



Universidade Federal do Tocantins
Programa de Mestrado Profissional em Filosofia
PROF-FILO

ANDRÉ FRANCISCO FREIRE MONTEIRO

**OS MANUAIS, COMPÊNDIOS E LIVROS DIDÁTICOS NA HISTÓRIA
DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL**

Palmas
2020

ANDRÉ FRANCISCO FREIRE MONTEIRO

**OS MANUAIS, COMPÊNDIOS E LIVROS DIDÁTICOS NA HISTÓRIA
DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu Mestrado Profissional em Filosofia, núcleo da
Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Práticas de Ensino de Filosofia
Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares

Palmas
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M775m Monteiro, André Francisco Freire.

Os Manuais, Compêndios e Livros Didáticos na História do Ensino de Filosofia no Brasil . / André Francisco Freire Monteiro. – Palmas, TO, 2020.

90 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Filosofia, 2020.

Orientador: Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares

1. Ensino de Filosofia. 2. Manuais e Compêndios . 3. Livros Didáticos . 4. Mercadoria . I. Título

CDD 100

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

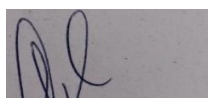
ANDRÉ FRANCISCO FREIRE MONTEIRO

OS MANUAIS, COMPÊNDIOS E LIVROS DIDÁTICOS NA HISTÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), núcleo da Universidade Federal do Tocantins, como quesito para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

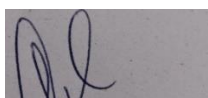
Data de aprovação: 30/09/2020

Banca Examinadora



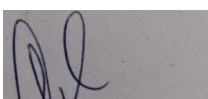
Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares
SIAPE: 1811827
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares
Orientador e Presidente da Banca



Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares
SIAPE: 1811827
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Roberto Rondon
Examinador externo



Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares
SIAPE: 1811827
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Pedro Erginaldo Gontijo
Examinador interno

Palmas
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais pelo carinho e pela compreensão durante toda minha existência.

Agradeço em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares pelos incentivos à pesquisa, no período da Graduação e do Mestrado

Agradeço aos Professores Pedro Gontijo (UnB) e Roberto Rondon (UFPB) pelas valiosas contribuições na qualificação.

Aos professores que ministraram as matérias no Mestrado Profissional.

A todos os colegas do curso pela motivação e pelas conversas.

RESUMO: O presente trabalho é historiográfico e pretende contribuir com o debate das políticas relacionadas ao livro didático, sobretudo no campo filosófico, à medida que faz uma análise da trajetória dos manuais escolares para o Ensino de Filosofia no Brasil. Partindo dos aspectos sociais, econômicos e das políticas educacionais, foi possível mapear o caminho que o manual para a disciplina de Filosofia percorreu, desde a época da educação Jesuíta até os atuais programas de avaliação dos livros didáticos. Foi discutido a historiografia dos manuais e compêndios para o Ensino de Filosofia no Brasil de 1500 a 1930, fase em que eles foram os suportes privilegiados para o ensino. O debate perpassou o processo de institucionalização da escolha dos livros didáticos e as avaliações dos manuais escolares, compreendendo o período de criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) e da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), até chegar ao atual contexto, marcado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em que se verifica que o livro didático passou a ser uma mercadoria, como mais um produto da indústria cultural e como item lucrativo. O livro didático, desde o início do processo de escolarização no Brasil, sempre fez parte da cultura escolar e a sua forma e conteúdo, no decorrer dos anos, começaram a ser controlados via órgãos governamentais de avaliação. Atualmente, a disciplina de Filosofia conta com vários manuais de ensino à disposição, e que foram aprimorados ao longo do tempo, devido, principalmente, a inserção da disciplina nos currículos escolares. Como mercadoria, o livro didático impresso tem sido distribuído nas escolas para os alunos, muitas vezes, como única fonte de leitura a que têm acesso. Evidenciamos que iniciativas como o Projeto Folhas, desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná, em que os próprios professores elaboraram os livros didáticos, de forma colaborativa, tiveram um valor de produção, por unidade, muito menor do que o ofertado pelas editoras. Trata-se de um livro didático produzido com Recursos Educacionais Abertos (REA), tornando o livro público e pronto para ser distribuído gratuitamente em endereço específico de *web*, com autorização para reprodução parcial ou total da obra. Fizemos um levantamento de preços e comparamos. Do ponto de vista econômico, a iniciativa se mostrou um verdadeiro avanço, cujo exemplo deveria ser seguido por outros estados da federação. Diante da constatação de que os REA são uma importante alternativa a atual política do livro didático, como produto dessa dissertação, fica a recomendação: educação não é mercadoria e o livro didático de Filosofia também não deveria ser.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Filosofia. Manuais e Compêndios. Livro Didático. Mercadoria.

ABSTRACT: The present work is historiographical and intends to contribute to the debate on policies related to textbooks, especially in the philosophical field, as it analyzes the trajectory of school textbooks for the Teaching of Philosophy in Brazil. Based on social, economic and educational policies, it was possible to map the path that the manual for the discipline of Philosophy took, from the time of Jesuit education to the current textbook evaluation programs. The historiography of manuals and textbooks for the Teaching of Philosophy in Brazil from 1500 to 1930 was discussed, a phase in which they were the privileged supports for teaching. The debate went through the process of institutionalizing the choice of textbooks and the evaluation of school textbooks, including the period of creation of the National Textbook Commission (CNLD) and the Technical Book and Textbook Commission (COLTED), until reaching the current context, marked by the National Textbook Program (PNLD), in which it appears that school textbooks are now examined as merchandise, as another product of the cultural industry and as a profitable item. The textbook, since the beginning of the schooling process in Brazil, has always been part of the school culture and its form and content, over the years, began to be controlled via governmental assessment bodies. Currently, the Philosophy discipline has several teaching manuals available, which have been improved over time, mainly due to the inclusion of the discipline in school curricula. As a commodity, the printed textbook has been distributed in schools to students, often as the only source of reading to which they have access. We show that initiatives such as the Folhas Project, developed by the Education Department of the State of Paraná, in which the teachers themselves prepared the textbooks in a collaborative way, had a production value, per unit, much lower than that offered by the publishers. It is a textbook produced with Open Educational Resources (OER), making the book public and ready to be distributed free of charge at a specific web address, with authorization for partial or total reproduction of the work. We did a price survey and compared. From an economic point of view, the initiative proved to be a real advance, whose example should be followed by other states of the federation. Given the realization that OERs are an important alternative to the current textbook policy, as a product of this dissertation, the recommendation is: education is not a commodity and the Philosophy textbook should not be either.

KEYWORDS: Philosophy Teaching. Manuals and Compendiums. Textbook. Merchandise.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1: Ensino de Filosofia no Seminário de Olinda..... | 23 |
| QUADRO 2: Livros para o Ensino de Filosofia durante o Período Colonial..... | 25 |
| QUADRO 3: Programa Ensino de Filosofia Colégio Pedro II..... | 30 |
| QUADRO 4: Programa Ensino de Filosofia Colégio Pedro II 1877..... | 33 |
| QUADRO 5: Programa Ensino de Filosofia Colégio Pedro II 1882..... | 35 |
| QUADRO 6: Principais Compêndios para o Ensino de Filosofia durante o Período Imperial.. | 36 |
| QUADRO 7: Currículo Liceu de Goyaz a partir de 1905..... | 40 |
| QUADRO 8: Programa curricular de Filosofia Colégio Pedro II 1926..... | 43 |
| QUADRO 9: Disciplinas do Ciclo complementar..... | 46 |
| QUADRO 10: Programa Ensino de Filosofia Reforma Francisco Campos..... | 47 |
| QUADRO 11: Livros didáticos de Filosofia autorizados pela CNLD (1938-1961)..... | 53 |
| QUADRO 12: Manuais e Livros didáticos para área de Filosofia publicados de 1961 a 2000.. | 58 |
| QUADRO 13: Manuais para o Ensino de Filosofia até 2007..... | 66 |
| QUADRO 14: Estatísticas do PNLD Ensino Médio 2011-2012..... | 73 |
| QUADRO 15: Livros Didáticos de Filosofia aprovados no PNLD 2012..... | 73 |
| QUADRO 16: Livros Didáticos de Filosofia aprovados no PNLD 2015..... | 74 |
| QUADRO 17: Livros Didáticos de Filosofia aprovados no PNLD 2018..... | 75 |
| QUADRO 18: Recursos gráficos-editoriais do livro Filosofando- Introdução à Filosofia..... | 78 |

SUMÁRIO

| | |
|------------------------|----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
|------------------------|----------|

CAPÍTULO I

HISTORIOGRAFIA DOS MANUAIS E COMPÊNDIOS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL - (1500-1930)

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | Ensino de Filosofia no Período Colonial..... | 13 |
| 2 | Ensino de Filosofia e Materiais didáticos a partir da Reforma Pombalina..... | 19 |
| 3 | Compêndios e Ensino de Filosofia no Século XIX | 25 |
| 4 | Currículo e Ensino de Filosofia de 1889 a 1930..... | 37 |

CAPÍTULO II

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS E AS AVALIAÇÕES DOS LIVROS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA - (1930-1984)

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | Revolução Burguesa e Educação | 45 |
| 2 | Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)..... | 48 |
| 3 | Compêndios Oficiais para o Ensino de Filosofia..... | 52 |
| 4 | A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED)..... | 55 |

CAPÍTULO III

O LIVRO DIDÁTICO COMO MERCADORIA E O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | Industria Cultural e produção de livros didáticos para área de Filosofia | 61 |
| 2 | O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)..... | 64 |
| 3 | Política do Livro Didático: PNLD para área de Filosofia 2012, 2015, 2018..... | 70 |
| 4 | Análise do Livro Didático “Filosofando: introdução à Filosofia” | 77 |

| | |
|----------------------------------|-----------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 81 |
|----------------------------------|-----------|

| | |
|--|-----------|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 85 |
|--|-----------|

INTRODUÇÃO

A trajetória do Ensino de Filosofia no Brasil não pode ser dissociada do principal material que se consolidou como suporte para sua realização: o livro didático. Os manuais escolares são importantes ferramentas para a pesquisa sobre a cultura escolar de determinados períodos históricos, pois fazem parte do ambiente de ensino e estão intrinsecamente ligados aos objetivos inerentes ao processo educativo.

A história dos manuais escolares para o Ensino de Filosofia no Brasil é o campo principal de investigação empreendido nessa dissertação, de cunho historiográfico, considerando que o livro didático, historicamente, tem sido um meio privilegiado para análise da estruturação escolar e da consecução dos fins da educação. Partindo dos aspectos sociais, econômico e das políticas educacionais, foi possível mapear o caminho que o manual para Ensino de Filosofia percorreu, desde a época do ensino jesuíta até os atuais programas de avaliação dos livros didáticos.

A pesquisa sobre os manuais, compêndios e livros didáticos não pode se desvincular da conjuntura das normas que regulamentam o processo de produção, distribuição, financiamento e utilização dos materiais escolares. A permanência do livro didático como meio privilegiado para o ensino demonstra, por um lado, a sua importância como fonte de transmissão dos conhecimentos acumulados pela sociedade, por outro, o poder das relações que o cerceiam, como interesses políticos e comerciais.

Como professor da disciplina de Filosofia na Educação Básica, foi possível observar a importância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, bem como presenciar a forma como os livros didáticos chegam às escolas e são distribuídos aos estudantes. O livro aparece como objeto basilar para execução dos conteúdos que precisam ser ministrados durante o período letivo. Sem ele, o trabalho seria mais complicado e árduo, já que é no livro didático que os professores e estudantes encontram à disposição os conteúdos a serem estudados, atividades, indicação de leituras complementares, bem como sugestões de outras fontes de estudo. Não é comum instruir o texto com citações logo na introdução, mas a que se segue expressa pressupostos que confluem para a compreensão sobre o tema, exposto ao longo da dissertação, conforme segue:

O livro didático de Filosofia é, de fato, um elemento que desempenha um lugar central no debate sobre a identidade do ensino de filosofia. Mais do que simples suporte ao trabalho docente nos mais diversos contextos e regiões do país, o livro didático se torna roteiro de trabalho, material de apoio, interlocutor do docente na sua concepção das práticas de ensino de filosofia. Através dele o professor debate com os

especialistas a atividade de docência em filosofia, sustenta histórica e teoricamente sua atuação em sala de aula, recebe materiais de apoio e textos, encontra alternativas de abordagem dos temas e dos roteiros de cursos. (BRASIL, 2011, p. 8-9).

Após constatar, mediante a experiência docente, a centralidade do livro didático para a disciplina de Filosofia na Educação Básica, surgiram os questionamentos: (a) Como eram os livros didáticos em outros períodos históricos e como foram utilizados no Ensino de Filosofia? (b) desde qual período os livros didáticos são utilizados para o Ensino de Filosofia no Brasil? (c) quais programas já foram implementados para a distribuição de livros escolares? (d) Quais conteúdos eram ministrados?

Sendo o livro didático, hoje, um material de ensino distribuído a milhões de estudantes brasileiros no Ensino Médio e após os estudos sobre o Ensino de Filosofia no Brasil, durante as disciplinas do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), núcleo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), surgiu a necessidade de realizar uma análise histórica dos livros didáticos de Filosofia que foram e são utilizados para ensinar Filosofia. Para tanto, a pesquisa que empreendi teve um caráter historiográfico e o objetivo de contribuir com Ensino de Filosofia, apresentando um levantamento dos principais títulos historicamente utilizados por professores para ensinar a disciplina, bem como a sua forma de inserção no ensino, até chegar na atualidade, em que se verifica a possibilidade de ampliação do campo de pesquisa sobre o Ensino de Filosofia, sobretudo com a criação do PROF-FILO.

No Brasil, os livros escolares carregam diversas denominações devido, principalmente, às diversas influências inseridas no sistema de ensino, como a dos portugueses, franceses e norte-americanos. Os mais utilizados foram manuais e compêndios, durante o período Colonial até meados do século XX, e livro didático, principalmente, a partir da criação dos órgãos governamentais para avaliação dos livros escolares.

Inicialmente, a educação instituída no Brasil teve uma função primária de escolarização, ensinar a ler e escrever a partir do idioma oficial dos colonizadores/invasores e ainda propagar a religião Católica. Segundo Reis Filho (1959), juntamente com a atividade de ensino primário desenvolvida pelos Padres Jesuítas, iniciou-se a educação secundária (atual Ensino Médio). Cartolano (1985) mostra que mediante a educação de nível secundário surgiu, também, o ensino da Filosofia no Brasil. Nessa época os jesuítas importavam manuais europeus para as aulas de Filosofia. Sabe-se que, em princípio, eram compêndios e em terras brasileiras foram elaborados livros-textos criados pelos professores que ministravam a disciplina, mas sem fugir dos manuais europeus. Ou seja, não havia uma política voltada especificamente para a

produção do material didático contextualizado com as necessidades do público alvo, pelo contrário, havia até a proibição de se produzir materiais aqui.

No Período Imperial e da República Velha, os compêndios se tornaram os principais materiais didáticos para o ensino da Filosofia no nível secundário, sendo utilizado nos Colégios e Liceus das províncias que mantinham a disciplina na sua grade curricular. Mesmo após a autorização para funcionamento das tipografias no Brasil, os compêndios de origem estrangeira continuaram sendo os mais utilizados.

Avançando no tempo, a criação, em 1938, da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) foi um marco inicial da institucionalização da definição dos livros que deveriam ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem, configurando, também, a presença do Estado na questão do livro didático.

A partir da década de 1960, o livro didático se consolidou como um instrumento privilegiado de comunicação e formação, tanto pelo Estado, que passou a financiar a aquisição do livro didático para o sistema público de ensino, sendo o professor o responsável por escolher, dentre os manuais autorizados pelo governo, qual seria o mais adequado para suas aulas, quanto para o aluno, que teve no livro didático a sistematização dos conteúdos curriculares, bem como o acesso gratuito ao livro, tendo em vista a dificuldade vivenciada, ainda hoje, pelos estudantes de comprar livros.

Já no século XXI, no ano de 2012, foi destinado, pela primeira vez, às escolas de Ensino Médio, o guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a área de Filosofia. A importância da escolha inicial de livros para o Ensino de Filosofia “[...] reside fundamentalmente na falta de uma tradição anterior consolidada de livros didáticos da área.” (BRASIL, 2011, p. 9). Mediante essa política pública, o Estado brasileiro reconheceu a centralidade do livro didático no sistema escolar.

Para muitos estudantes do Ensino Médio que frequentam as aulas de Filosofia, o livro didático talvez seja o único livro de Filosofia que terão acesso ao longo da vida. Da mesma forma, em diversas escolas brasileiras, o livro didático de Filosofia é o único material de ensino que o professor tem disponível (CASSIANO, 2007).

Partindo da compreensão de que o livro didático de Filosofia atualmente é o principal suporte para as aulas da disciplina no Ensino Médio, os objetivos dessa pesquisa consistem em investigar quais os manuais escolares foram e são utilizados para o ensino de Filosofia, desde o período Colonial até a atual edição do Programa Nacional do Livro Didático. Com base nesse objetivo buscou-se também analisar (A) a relação entre ensino de Filosofia e material didático; (B) o contexto político, econômico e social que o Ensino de Filosofia esteve inserido;

(C) as influências que o livro didático de Filosofia recebeu durante os diversos períodos da Educação no Brasil e ainda (D) analisar o livro didático a partir da sua forma de fabricação e comercialização, ou seja, como mercadoria, produto do mundo editorial.

A configuração dessa dissertação compõe-se de três capítulos. No primeiro é discutida a historiografia dos manuais e compêndios para o Ensino de Filosofia no Brasil de 1500 a 1930, período em que os compêndios foram os suportes privilegiados para o ensino. O foco do segundo capítulo é o processo de institucionalização da escolha dos livros didáticos e as avaliações dos livros para o Ensino de Filosofia, compreendendo o período de criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) e da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). No terceiro são examinados o livro didático como mercadoria e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Como disposto no Regulamento do Mestrado Profissional e requisito para a pesquisa, o discente tem que problematizar situações envolvidas no processo de ensino aprendizagem, desta forma, no último tópico do terceiro capítulo foi apresentado uma análise do livro didático de Filosofia mais adotado nas escolas brasileiras, após a criação do Programa Nacional do Livro Didático: “Filosofando- Introdução à Filosofia”, de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins.

Como mercadoria, o livro didático impresso tem sido distribuído nas escolas para os alunos, muitas vezes, como única fonte de leitura a que têm acesso. Evidenciamos que iniciativas como o Projeto Folhas, desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná, em que os próprios professores elaboraram os livros didáticos, de forma colaborativa, tiveram um valor de produção, por unidade, muito menor do que o ofertado pelas editoras. Trata-se de um livro didático produzido com Recursos Educacionais Abertos (REA), tornando o livro público e pronto para ser distribuído gratuitamente em endereço específico de *web*, com autorização para reprodução parcial ou total da obra. Fizemos um levantamento de preços e comparamos. Do ponto de vista econômico, a iniciativa se mostrou um verdadeiro avanço, cujo exemplo deveria ser seguido por outros estados da federação. Diante da constatação de que os REA são uma importante alternativa a atual política do livro didático, como produto dessa dissertação, fica a recomendação: educação não é mercadoria e o livro didático de Filosofia também não deveria ser.

A pesquisa sobre os livros didáticos para o Ensino de Filosofia no Brasil pode contribuir de forma significativa para compreensão da função do livro didático no ensino da disciplina na Educação Básica. A posição que adotei, nesse texto, é de concordância com a distribuição do livro didático de forma gratuita para todo e qualquer estudante, mas sem deixar escapar o olhar crítico sobre a formação em Filosofia e sobre o processo de mercantilização do

livro didático. O Ensino da Filosofia contribui com o processo civilizatório e tem sido assim desde a sua criação em estreita relação com os debates acerca da própria condição humana, desde a Grécia Antiga aos dias de hoje.

Para o Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), informo que a pesquisa que fiz apresenta uma análise sobre o Ensino de Filosofia, com fulcro nos livros didáticos utilizados para o Ensino de Filosofia na Educação Básica, desde o período colonial até a atual edição do PNLB para a disciplina. Conteúdo de suma importância para valorização da disciplina de Filosofia na Educação Básica. Foi possível mostrar, mediante a pesquisa que, pelo menos desde o século 18, os livros didáticos são utilizados para o Ensino de Filosofia em terras brasileiras. Sabemos da descontinuidade da disciplina nos currículos escolares e das dificuldades inerentes ao se ensino sem que haja uma construção histórica voltada para a formação.

Por meio do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) foi possível aprofundar os estudos sobre o Ensino de Filosofia na Educação Básica e pensar em questões que tocam na formação em Filosofia e sua importância para o desenvolvimento da autonomia humana, mas também para compreender a relevância da permanência da disciplina no Ensino Médio e dos materiais didáticos para auxiliar nesse longo processo de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO I

HISTORIOGRAFIA DOS MANUAIS E COMPÊNDIOS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL (1500-1930)

1. Ensino de Filosofia no Período Colonial

Essa seção aborda a temática do Ensino de Filosofia no período colonial. Entende-se como Período Colonial os anos entre 1500 e 1822 em que o Brasil foi colônia de Portugal. No início do século XVI as terras brasileiras, até então ocupadas por várias nações e populações, que possuíam diversas formas de transmitir sua cultura e conhecimento, foram invadidas por Portugueses, que em 1534 dividiram as terras em capitanias hereditárias, visando garantir seu domínio. Com o fracasso da política de capitanias hereditárias o Rei de Portugal D. João III decidiu criar um governo geral para toda a colônia, assim, em 1549, a Coroa Portuguesa enviou Tomé de Sousa para assumir o cargo de governador geral, trazendo em sua esquadra os primeiros seis missionários da Companhia de Jesus para iniciar o processo de catequização dos índios e educativo em terras brasileiras.

A Companhia foi fundada em 1534 pelo padre e antigo militar espanhol Inácio de Loyola. Desta forma, a Companhia de Jesus, instalada em Salvador (Bahia, sede do governo geral), iniciou o processo de educação formal a partir da metade do século XVI. Segundo Reis Filho (1959), o governador geral ofereceu em 1550 ao padre Manuel da Nóbrega, líder da Ordem dos Jesuítas no Brasil, um terreno em Águas de Meninos, localizado na Bahia, para construir o primeiro colégio.

A missão da Companhia de Jesus inicialmente era de catequização dos índios e ensinar a ler escrever. Constatase que

os catecismos jesuítas do século XVI se constituíram num instrumento de duplo significado: de um lado, possibilitavam o aprendizado das primeiras letras tanto no português quanto no tupi, isto é, transformaram-se em ‘cartilhas’ que eram utilizadas como material didático do processo pedagógico desenvolvido no âmbito das casas de bê-á-bá, embriões dos futuros colégios da Companhia de Jesus e, do outro, veiculavam a concepção de mundo da chamada ‘civilização ocidental cristã’ por meio da violência simbólica contra os elementos estruturais da cultura ameríndia. (FERREIRA JR, 2010, p. 21).

Surgiu dessa experiência de alfabetização em língua portuguesa os primeiros materiais didáticos utilizados em terras brasileiras. As cartilhas foram as principais ferramentas que auxiliaram na tarefa outorgada a Ordem dos Jesuítas de catequização dos nativos e escolarização dos filhos dos colonizadores. Para Vieira (2017, p. 27), a “cartilha, vista como

primeiro livro didático no processo de escolarização, foi tomada ao longo dos séculos como imprescindível para ensinar a ler e escrever, no processo de alfabetização”.

No Brasil as cartilhas foram os primeiros materiais didáticos a darem suporte ao processo de ensino e aprendizagem. Vieira (2017) aponta ainda que a primeira cartilha a ser utilizada no Brasil foi a “Cartinha com os Preceitos e Mandamentos da Santa Madre Igreja” escrita por João de Barros, publicada em 1540 e trazida de Portugal pela Companhia de Jesus.

A educação inicialmente instituída no Brasil teve uma função primária de escolarização, ensinar a ler e escrever a partir do idioma oficial dos colonizadores/invasores e ainda propagar a religião Católica. Segundo Reis Filho (1959), juntamente com a atividade de ensino primário desenvolvido no colégio baiano jesuíta se iniciou a educação secundária (atual Ensino Médio). Cartolano (1985) mostra que com o colégio e a educação de nível médio surgiu o ensino de Filosofia no Brasil. Reis Filho (1959, p. 4), afirma que “não há dúvida alguma, pois, de que se ensinava filosofia em pleno século XVI em terras da Colônia [...]”. No mesmo caminho Nunes (2004, p. 36) afirma que:

o ensino secundário foi introduzido pelos jesuítas na sociedade colonial brasileira há praticamente 500 anos, embora outras ordens religiosas, como os franciscanos, carmelitas e beneditinos, também estivessem realizando em nossa terra um apostolado que privilegiava a educação. Ao dirigirmos nossa atenção para o passado, percebemos uma herança que criou, mediante as instituições pedagógicas e os livros didáticos, de um modo silencioso e poderoso, representações centradas na Europa. É de lá que se definiu uma data, 1500, e um ponto de partida para toda uma trajetória que tem como protagonista o colonizador branco europeu na Terra das Palmeiras ou Pindorama e sua luta contra as sociedades ágrafas aqui existentes. Tornamo-nos território de experimentação das políticas colonizadoras. É nesse contexto que surgem os colégios de ensino secundário, como produtos da missão da Companhia de Jesus no Brasil.

Os recursos didáticos utilizados pelos professores jesuítas no ensino secundário eram em grande parte textos filosóficos e compêndios de Filosofia. Segundo Xavier (2015, p. 22), “[...] o compêndio de Filosofia consiste em uma síntese geral dos conhecimentos considerados filosóficos, possibilitando conhecer, sumariamente, autores conceituados e suas principais ideias”.

A utilização de manuais didáticos para o ensino não se consolidou como uma opção de fácil acesso durante todo o período Colonial. Serafim Leite (1948) afirma que existiram livros de Filosofia criados no Brasil, mas eles não conseguiam competir com os manuais que a Companhia de Jesus trazia da Europa, sendo o Padre Antônio Viera o primeiro a elaborar um livro de textos em terras brasileiras, intitulado “Curso de Filosofia”, destinado para suas aulas no curso de artes.

Domingues (2017) acrescenta que não foram muitos os livros voltados ao ensino e dos poucos que restaram o registro, vários não foram publicados. Ele elenca a hipótese de que a existência de livros-textos dentro dos padrões exigidos pela Companhia de Jesus acabava tornando dispensável criar novos manuais, devido aos “[...] pesados custos que uma publicação ordinária implicava na Colônia (censura, viagem dos originais e dos impressos nos dois lados do Atlântico, custo do papel, pequena escala do mercado), e recomeçar do zero” (DOMINGUES, 2017, p. 175-176).

No fim do século XVI se ensinava Filosofia em outros colégios construídos pela Companhia de Jesus, a Filosofia era ensinada no Colégio de Olinda em 1580, tinha-se colégios nas províncias de São Paulo, fundado em 1554, Rio de Janeiro em 1568. Até a expulsão dos jesuítas foram construídos outros colégios em diversas partes do Brasil.

levando-se em conta as dificuldades, seus objetivos, as dimensões geográficas do Brasil, as estruturas materiais, físicas e financeiras disponíveis e sua relativa autonomia, os números da obra jesuítica impressionam pela grandeza, pois foram fundadas 36 missões; escolas de ler e escrever em quase todas as povoações e aldeias; 25 residências dos jesuítas; 18 estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários, nos principais pontos do Brasil, entre eles: Bahia, Vicente, Rio de Janeiro, Olinda, Espírito Santo, São Luís, Ilhéus, Recife, Santos, Porto Seguro, Paranaguá, Alcântara, Vigia, Pará, Colônia do Sacramento, Florianópolis e Paraíba. (NETO; MACIEL, 2008, p. 169).

Em sua maioria, eram colégios de ensino primário e secundário voltados para o processo de alfabetização e integração do plano de estudo dos jesuítas, como instrumento de colonização e dominação. Segundo Saviani (2011, p. 57), as instituições jesuítas “[...] multiplicaram-se rapidamente, chegando a um total de 728 casas de ensino em 1750, nove anos antes da expulsão dos jesuítas do Brasil e dos demais domínios portugueses, e vinte e três anos antes da supressão da Ordem pelo papa Clemente XIV”. No período colonial “funcionavam diversas instituições do ensino secundário de tipo clássico. Nos colégios jesuítas da Bahia e do Rio de Janeiro ministrava-se o curso de artes, intermediário entre o de humanidades e os superiores” (PAIM, 1885, p. 20). O curso superior criado no Colégio da Bahia era destinado apenas para os jovens que iriam seguir carreira eclesiástica.

Segundo Cartolano (1985, p. 21), o Ensino de Filosofia que foi ofertado pela Companhia de Jesus era uma materialização das ideias da Contra Reforma Católica, caracterizando-se como uma reafirmação da Igreja, dos clássicos, apego ao dogmatismo e sendo uma “[...] reação contra o espírito crítico que nascia na Europa. [...]. O objetivo dessa educação filosófica era formar homens letrados e eruditos, e acima de tudo, católicos”.

Ferreira Jr (2010) mostra que os colégios jesuítas na Colônia eram diferentes dos mantidos pela Companhia na Europa, visto que no Brasil se mantinha o ensino primário, ação proibida pelo regulamento geral da Companhia de Jesus. Ele ressalta ainda que “o processo de criação dos colégios no Brasil Colonial, mantidos materialmente pelas fazendas de agropecuária (gado e cana-de-açúcar), efetivou-se concomitantemente à própria elaboração do método jesuítico de ensino e aprendizagem: o *Ratio Studiorum*” (FERREIRA JR, 2010, p. 24).

O plano geral de estudos da Companhia de Jesus o *Ratio Studiorum* (*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*) começou a ser construído a partir das experiências pedagógicas dos jesuítas e foi finalizado no ano de 1599, normatizando o sistema educacional em todos os países que eles estavam presentes. O plano de estudos era um conjunto de regras (cerca de 467) que estruturava todo o sistema de ensino, passando pela administração, currículo escolar e métodos de aprendizagens.

O método, por sua vez, estava assentado nos princípios pedagógicos herdados da universidade medieval e eram os seguintes: 1. Controle disciplinar rígido das normas pedagógicas estabelecidas; 2. Repetição (leitura por meio da memorização/aprendizagem mnemônica); 3. Disputas (emulação entre os grupos de alunos da mesma turma tendo como conteúdo as obras lidas, ou seja, exercícios coletivos de fixação dos conhecimentos por meio de perguntas e respostas); 4. Composição (redação de textos tendo como referência os temas de estudo); 5. Interrogações (questões formuladas sobre as obras clássicas latinas estudadas); 6. Declamação (exposição oral dos conhecimentos aprendidos por meio da retórica); 7. Prática sistemática de exercícios espirituais (FERREIRA JR, 2010, p. 25).

O método de estudo perpassava todas as disciplinas, tanto do ensino secundário quanto dos estudos superiores. A abordagem dos textos filosóficos começava com a memorização e elaboração de comentários. O sistema educacional era dividido em nível inferior (ensino secundário) e superior,

o novo Plano começava com o curso de humanidades, denominado no Ratio de — estudos inferiores, correspondentes ao atual curso de nível médio. Seu currículo abrangia cinco classes ou disciplinas: retórica; humanidades; gramática superior; gramática média; e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de filosofia e teologia, chamados de — estudos superiores. O currículo filosófico era previsto para a duração de três anos, com as seguintes classes ou disciplinas: 1º ano: lógica e introdução às ciências; 2º ano: cosmologia, psicologia, física e matemática; 3º ano: psicologia, metafísica e filosofia moral. (SAVIANI 2011, p. 56).

Os cursos específicos de Filosofia se voltavam para formação eclesiástica, entretanto, mantinha-se presente no ensino secundário, com o estudo da escolástica, centrado nas obras de Aristóteles e São Tomás de Aquino. No curso de Filosofia dos estudos superiores (*studia superiora*) estudava-se os textos de Aristóteles, “A Lógica”, no primeiro ano, *De Coleo, De Generatione e Meteoros* no segundo ano, continuava-se com *De Genertione, De Anima e*

Metafísica no último ano (CUNHA, 1980). Cabe ressaltar que o ensino superior ocorria nos colégios, visto que, Portugal proibia a abertura de universidades em terras brasileiras.

No plano de estudos dos jesuítas foram descritas várias regras aos professores indicando como deviam lecionar, quais livros deveriam ser lidos, regras provinciais, normas para os reitores e prefeitos de estudo. Na 17ª regra destinada ao Reitor observa-se que ele deveria cuidar para que os bibliotecários durante a “[...] distribuição de livros não se afaste das normas traçadas pelo Prefeito dos estudos” (FRANCA, 1952, p. 7), pois somente poderiam ser entregues livros permitidos no plano de estudos, devendo impedir acesso aos livros considerados perniciosos.

Na 30ª regra destinada ao prefeito de estudos observa-se os livros que os estudantes poderiam ter acesso:

30. Livros que se devem dar aos estudantes. — Nas mãos dos estudantes de teologia e filosofia, não se ponham todos os livros, mas somente alguns, aconselhados pelos professores com o conhecimento do Reitor: a saber, além da Suma de Santo Tomás para os teólogos e de Aristóteles para os filósofos um comentário para consulta particular. Todos os teólogos devem ter o Concílio Tridentino e um exemplar da Bíblia, cuja leitura lhes deve ser familiar. Consulte o Reitor se convém se lhes dê algum Santo Padre. Além disto, dê a todos os estudantes de teologia e filosofia algum livro de estudos clássicos e advirta-lhes que lhe não descuidem a leitura, em hora fixa, que parecer mais conveniente. (FRANCA, 1952, p. 9).

Normas semelhantes também foram prescritas para os professores das disciplinas dos estudos inferiores. Na 1ª regra para os professores de retórica aparece que “[...] em todas as fontes, não se deve, contudo explicar, na preleção quotidiana, senão nos livros retóricos de Cícero, na Retórica de Aristóteles, e, se parecer conveniente, também na sua Poética” (FRANCA, 1952, p. 26). Para os professores de Humanidades prescreve-se que devem ensinar os textos de Cícero, tão-somente os seus livros de filosofia moral, textos de Virgílio, Horácio, de alguns historiadores e de Cipriano Soares. Confirma-se então que os materiais de ensino mais utilizados nas aulas de nível secundário eram textos filosóficos aceitos pela Companhia de Jesus e elencados no seu plano de estudos.

A Filosofia era ensinada nos estudos inferiores a partir de diversos textos filosóficos. Alves (2002) afirma que o ensino de Filosofia durante o período colonial teve presença garantida, porém, a Filosofia estudada era aquela que correspondia a visão de mundo da Companhia de Jesus.

Cartolano (1985, p. 21) salienta que o plano de estudos elaborado pelos jesuítas não se adequava a toda a realidade da Colônia, excluindo índios e negros do sistema escolar, sendo “[...] dirigido exclusivamente aos filhos dos colonos e aos futuros sacerdotes que serviriam

como elementos de articulação entre os interesses metropolitanos as atividades coloniais”. A catequese era destinada aos índios, missão ordenada por Portugal, mas o ensino secundário e o superior eram voltados para os filhos de ricos proprietários de terras. O ensino de Filosofia ficava subordinado aos preceitos teológicos se tornando, “[...] juntamente com a posse da terra e de escravos, um sinal de classe” (CARTOLANO, 1985, p. 20). Ferreira Jr (2010, p. 26), sintetiza a empreitada jesuíta da seguinte maneira:

podemos dividir a educação jesuíta colonial em duas fases que se distinguiram entre si, mas que, ao mesmo tempo, estavam relacionadas historicamente: a primeira achava-se ligada à catequese dos índios, e a segunda, aos filhos dos colonos. Dito de outra forma, na mesma medida em que o processo colonizador luso-jesuítico avançava por meio da monocultura da cana-de-açúcar, que se utilizava da grande extensão territorial (latifúndio) e da mão de obra escrava (negros desafricanizados), desapareciam as populações ameríndias, isto é, o próprio objeto da missão evangelizadora dos padres jesuítas foi sendo extinto em decorrência da ocupação violenta do território brasileiro. Portanto, ao começar a segunda metade do século XVII, a educação jesuíta no Brasil Colonial já era quase exclusivamente uma educação de elite, ou seja, os colégios da Companhia de Jesus transformaram-se em verdadeiros redutos educacionais frequentados apenas pelas elites econômicas coloniais.

Temos então um sistema educacional voltado para os filhos dos colonizadores para cerca de cem famílias, principalmente das regiões da Bahia e de Pernambuco, sendo a Filosofia para poucos “[...] lunáticos que desviados da rota tradicional da aristocracia: primogênito herdeiro da casa-grande, o segundo varão advogado e o terceiro sacerdote, já que não havia cardeal ou bispo” (DOMINGUES, 2017, p. 177). A educação aparece como privilégio e manutenção de poder. Os próprios jesuítas se beneficiavam com o processo de escravização de pessoas. A Coroa portuguesa concedia aos jesuítas o direito de uma vez por ano receber um navio com pessoas escravizadas vindo da África, transporte livre de impostos, que traziam pessoas escravizadas para trabalhar nas criações de gado e plantações de cana de açúcar mantidas pelos jesuítas. Desta forma, a ordem dos jesuítas excluiu do processo educacional os indígenas e os negros escravizados, visando tanto manter a colonização portuguesa quanto os seus interesses políticos e econômicos.

Constata-se que no primeiro período do ensino de Filosofia os livros, textos, manuais e compêndios que aqui chegaram ou foram elaborados eram um privilégio, restrito aos missionários da Companhia de Jesus e aos que tinham acesso ao sistema de ensino. Domingues (2017, p. 178), afirma que:

dos lotes de livros ibérico aqui chegados havia, [i] constituído a base do edifício, os manuais padronizados e marcados pela mediania (média das opiniões filosóficas sem poder ousar muito e deles esperar qualquer criatividade ou originalidade), de ampla consulta e de tanto serem consultados, serem chamadas essas obras- as ‘postilas de

filosofia’ - de ‘sebentas’, [...], [ii] dispostos num nível acima da escala dos valores e da hierarquia colonial, os tratados e os comentários de textos, segundo o padrão de exegese, aparecendo na linha de frente os *Cursos conimbricenses* consagrados a Aristóteles, com vários autores, depois de anos de pesquisa histórica, filológica e filosófica, e considerados a perfeição máxima do gênero [...].

Com a proibição da impressão de livros juntamente com a política de importar os manuais que deveriam ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem ocorre que a Filosofia no ensino secundário surgiu tutelada tanto pelos interesses da Metrópole quanto pela formação eclesiástica tomista oferecida pela Ordem dos Jesuítas. Sendo assim, se tornou mais uma ferramenta no processo de manutenção da colonização/invasão portuguesa.

2. Ensino de Filosofia e Materiais didáticos a partir da Reforma Pombalina

Em 1750, D. José I assumiu o trono de Portugal e realizou reformas no país e em suas colônias, tanto administrativas e econômicas quanto educacionais, pondo fim a hegemonia da Companhia de Jesus no campo educacional. O Rei D. José I nomeou como primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, que ficou responsável por implementar as reformas necessárias para reestruturação do país.

No início do século XVIII, Portugal se encontrava em uma intensa crise econômica. De 1640 até 1759, a Companhia de Jesus concentrou um forte poder político e econômico em Portugal, se tornando até mais importante que o rei, o que gerou uma ruptura na relação entre Estado e Igreja, “[...] no contexto histórico do Império português, os jesuítas, em aliança com a nobreza lusitana, possuíam mais poderes para tomar decisões políticas que o próprio rei, que detinha a função efetiva de governante absoluto” (FERREIRA JR, 2010, p. 28).

Buscando restaurar a situação econômica de Portugal e os poderes da Coroa D. José I entregou ao Marquês de Pombal a responsabilidade de “[...] introduzir Portugal nos novos ideários liberais, pois o seu Antigo Regime, baseado no absolutismo e no mercantilismo, encontrava-se em crise diante das revoluções burguesas. Era necessário reerguer o País” (XAVIER, 2015, p. 26). Os ideais liberais e iluminista em ascensão em grande parte da Europa começou a ser aceito em Portugal, mudando os rumos ideológicos das políticas que foram implementadas pela Coroa.

Com a introdução das ideias liberais e iluministas em Portugal teve início o fim do período de hegemonia da Companhia de Jesus, que no Brasil perdurou por mais de duzentos anos, foram combatidos tanto os seus poderes econômicos e políticos quanto o seu sistema de ensino. “Ainda no reinado de D. João V a congregação do Oratório já iniciara esse combate, substituindo nas suas aulas de filosofia a rigidez da lógica dos jesuítas por doutrinas e livros

mais recentes” (CARTOLANO, 1985, p. 24). O sistema de ensino oratoriano, com novas diretrizes educacionais surgiu a partir do século XVIII, em Portugal, como alternativa a educação jesuíta. A educação de base oratoriana esteve presente em terras brasileiras, principalmente na província de Pernambuco.

Em 1759, na esteira das reformas o ministro de Portugal, Marquês de Pombal, expulsou a Companhia de Jesus dos territórios portugueses retirando suas funções de instituição responsável pelo ensino e estatizando suas riquezas, “[...] pois, para ele o atraso lusitano em relação à modernidade gerada pelo mundo burguês era causado pela ação jesuítica na gestão dos negócios do Estado português” (FERREIRA JR, 2010, p. 28). Desta forma, o sistema educacional passou a ser responsabilidade do governo.

Segundo Fávero (2000), a disputa de Pombal contra a Companhia de Jesus foi causada pelas diferenças entre os interesses do Estado e os da Ordem, que se subordinou mais a Igreja Católica do que ao Rei de Portugal. Ainda em 1759, foi publicado um Alvará Régio que reformulou os estudos inferiores, extinguiu todas as escolas jesuítas, criou o cargo de diretor de estudos (nomeado pelo rei) e instaurou um novo sistema de ensino, sendo estabelecidas as “aulas régias”.

As aulas régias foram mantidas diretamente pelo Estado português. Os professores lecionavam as disciplinas dos cursos de humanidades e posteriormente cobravam do governo os custos do ensino. Saviani (2011) aponta que com a reforma do ensino foram estipuladas normas destinadas ao diretor de estudos e aos professores das aulas de gramática latina, de grego e retórica, sendo que, após uma segunda reestruturação do ensino em 1772, foram inseridas aulas de Filosofia Racional e Moral e também aulas de lógica e ética para aqueles que prosseguiriam para os estudos superiores.

Entre as principais medidas adotadas se destacam: a figura do diretor geral de estudos, superior aos professores e que a ele estavam subordinados, a proibição do uso do livro de Manuel Álvares ou de seus comentadores, considerado pernicioso ao processo de ensino, estabelecimento de privilégios aos professores. Com relação ao ensino de Filosofia foi indicado evitar o ensino das obras de Aristóteles. “Substitui-se, assim, uma escola que servia à fé, por uma que servia ao Estado” (FÁVERO, 2000, p. 98).

As aulas régias estabelecidas em substituição ao ensino secundário continuaram organizadas em aulas de ler e escrever, de gramática portuguesa, de gramática latina, gramática grega, de retórica e aulas de Filosofia. Em relação as disciplinas, o modelo pombalino não se tornou muito diferente do sistema jesuíta. Ferreira Jr (2010) salienta que as aulas régias começaram a funcionar em terras brasileiras no ano de 1772, após Portugal criar o subsídio

literário, um imposto que serviria para o financiamento da educação e pagamento dos professores. Antes da instauração do imposto a educação na colônia sofreu com faltas de recursos e professores.

As aulas régias de Filosofia foram concentradas no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, somente as aulas de Ler e Escrever estiveram presentes em todas as regiões anteriormente com colégios da Companhia de Jesus. Segundo Paim (2007, p. 36, grifo nosso) “nas aulas régias, era obrigatória a adoção do “Compêndio de Genovesi” e do que se introduziu a partir de 1784, de autoria de Eduardo Job (1730/1821), dedicado à moral [...]”. O compêndio de Antonio Genovesi era o “Instituições de Lógica e Metafísica” e o manual de Eduardo Job dedicado à ética era o “Instituições de Filosofia Prática ou princípios de ética Universal e Particular e Direito Natural”.

Teixeira (2015) afirma que por determinações do Marquês de Pombal o compêndio de Filosofia escrito por Antonio Genovesi foi o primeiro a ser utilizado para o ensino de Filosofia no Brasil, tendo sido empregado nas aulas régias, a partir de 1773, e durante o período Imperial até 1856. Segundo Cardoso (2014), o compêndio de Eduardo Job, escrito em latim, foi oficialmente adotado nas aulas régias em Portugal e também nas aulas régias no Brasil.

Cartolano (1985, p. 25) aponta que na prática a situação do ensino escolar no Brasil não mudou pois os professores:

[...] eram filhos de proprietários rurais formados pelos colégios jesuítas, portanto, continuadores daquela ação pedagógica. Embora parcelado, fragmentário e de baixo nível, o ensino orientou-se ainda para os mesmos objetivos religiosos e livrescos dos jesuítas; realizou-se através dos mesmos métodos pedagógicos, com apelo à autoridade e à disciplina estreitas, [...]. Quanto ao ensino da filosofia, continuou também no mesmo estilo livreco e escolástico.

Com a expulsão dos jesuítas também foram expulsos os professores mantidos pela Ordem, restando apenas os antigos alunos das escolas jesuítas e professores de outras ordens religiosas que mantiveram centros de ensino no território brasileiro.

Devido a esses acontecimentos, o sistema de ensino demorou cerca de treze anos (de 1759 até 1772) para se concretizar nas regiões antes pertencentes aos jesuítas e somente após a instauração de um meio de financiamento pode-se chegar a mesma quantidade de disciplinas disponíveis no antigo - estudos inferiores. Xavier (2015, p. 29), mostra que:

[...] é razoável imaginar que, de um modo geral, nas aulas régias de filosofia racional e moral, devido à falta de estrutura e de organização e pelo fato de o corpo docente ser constituído de antigos alunos que estudaram segundo o método pedagógico jesuítico, mesmo após a intervenção de Pombal buscando eliminar a influência religiosa do ensino, os textos de filosofia disponíveis eram os mesmos da época dos colégios jesuítas, bem como os compêndios. Quanto aos objetivos a que serviam esses

textos, permaneciam também eles subordinados à religião, ainda distantes daquilo que se poderia denominar de formação crítica.

Constata-se que as reformas pombalinas não obtiveram êxito em substituir o sistema de ensino jesuíta, o método de ensino das aulas régias continuaram o mesmo do período anterior, os professores apesar de não serem da Companhia de Jesus foram em sua maioria formados por ela, mantendo as mesmas práticas rígidas de ensino, devido principalmente a falta de uma política de formação de professores, os materiais de ensino também continuaram os mesmos, pois lutava-se contra a escassez de recursos e com a proibição da tipografia.

em resumo, as reformas pombalinas se constituíram em descontinuidade sem ruptura no âmbito da história da educação colonial. Descontinuidade porque pôs fim ao 'sistema de ensino' montado pela Companhia de Jesus desde a segunda metade do século XVI; sem ruptura porque não mudou em nada a essência da educação que era ministrada no interior dos colégios jesuíticos. Em outras palavras, as reformas empreendidas pelo marquês de Pombal extinguíram os colégios jesuíticos e colocaram no seu lugar as aulas régias, mas os conteúdos continuaram os mesmos: as disciplinas das artes liberais (humanidades), descuradas das ciências da natureza em pleno século XVIII, ou seja, o século da ascensão da burguesia ao poder do Estado. (FERREIRA JR, 2010, p. 32).

A educação escolar continuou um privilégio para poucos e desligada do mundo do trabalho, destinada para os filhos dos ricos proprietários de terras, excluindo indígenas, negros e brancos pobres do sistema de ensino.

Para Alves (2002, p. 15), o que ocorreu na prática com a reforma pombalina “[...] foi o desmonte do que havia de estrutura pedagógica montada pelos jesuítas: escolas, professores, materiais didáticos, livros etc., sem colocar no lugar algo equivalente, no nível estrutural”. Todavia, o sistema de ensino pombalino não constituiu como um retrocesso em toda sua totalidade, um importante experimento educacional de ensino secundário, com bases liberais e com modernos livros para o ensino de Filosofia foi desenvolvido a partir de 1800 no Seminário de Olinda.

Em 1575, foi fundado em Olinda um colégio jesuíta, mantido pelo governo português. O colégio de nível secundário era destinado para a escolarização dos filhos dos colonizadores em Pernambuco. Foi fechado em 1630 devido as invasões holandesas e somente em 1655 foi reconstruído pelos jesuítas, sendo fechado novamente após a expulsão da Companhia de Jesus.

No início do século XIX, foi criado o Seminário de Olinda pelo Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho no local onde funcionou o colégio jesuíta. O Seminário foi criado a partir das reformas pombalinas e dentro do espírito iluminista da época (SAVIANI, 2011).

Azeredo Coutinho nasceu no Rio de Janeiro, membro de família abastada foi estudar letras, filosofia e direito canônico na Universidade de Coimbra, onde teve contato com ideias liberais e iluministas. Foi Bispo de Olinda entre 1794 e 1802, chegou à Pernambuco em 1779 e acumulou os cargos de Bispo-Governador e Diretor Geral de Estudos. Em 1798 redigiu o Estatuto que guiou os estudos implementados no Seminário de Olinda, “Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco”.

Para Saviani (2011), o Seminário de Olinda se consolidou como uma das melhores instituições de ensino secundário no início do século XIX. O Estatuto do Seminário definiu a divisão do curso de Filosofia em três partes

filosofia racional, filosofia moral e a filosofia natural. A filosofia racional compreendia: a lógica, que dirige as operações do entendimento; a ontologia, que prepara os princípios de todas as ciências; e a pneumatologia, que compreende a ciência dos Espíritos. Esta última se dividia em teologia natural e psicologia, que concorreriam para a formação da metafísica. A filosofia moral corresponderia à ética, tratando sobre os costumes e a moderação das paixões, e sobre a felicidade. E, por fim, a filosofia natural que envolvia tudo o que correspondesse à contemplação da Natureza. (XAVIER, 2015, p. 30).

O Ensino de Filosofia no Seminário recebeu um importante espaço, porém pautado na perspectiva burguesa da época de que a filosofia deveria ser compreendida como ciência da natureza, tendo utilidade para exploração das riquezas naturais, sobressaindo o ensino da Filosofia Natural sobre os demais. Segundo Costa e Paiva (2016), as disciplinas adotadas no Seminário eram divididas em humanísticas e científicas, que correspondiam a 80% do currículo, e ensino religioso, eclesiásticas facultativas. O ensino científico se iniciava com aulas de Gramática, e depois continuava com aulas de retórica, que também elencava História Universal e Geografia. As aulas de retórica tinham a duração de um ano e logo depois se iniciava o estudo da Filosofia. Com ênfase na Filosofia Natural eram estudados conteúdos de Física, Química e História Natural. Estudava-se por último a disciplina de Geometria.

QUADRO 1: Ensino de Filosofia no Seminário de Olinda

| |
|--|
| FILOSOFIA RACIONAL |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Lógica 2. Ontologia 3. Pneumatologia: Teologia Natural, Psicologia 4. Metafísica |
| FILOSOFIA MORAL |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Ética |
| FILOSOFIA NATURAL |

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Física 2. Química 3. História Natural |
|--|

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Costa e Paiva, 2016

No Ensino de Filosofia desenvolvido no Seminário de Olinda foram inseridos novos materiais de ensino. No Estatuto do Seminário são elencadas normas aos professores de Filosofia que ao ensinarem os conteúdos de Lógica, Metafísica e Ética deveriam partir sempre da utilização de “algum compêndio moderno” (ESTATUTOS, 1798, p. 60).

Xavier (2015, p. 31) mostra que no Estatuto do Seminário não consta a utilização de nenhuma outra obra para o ensino de Filosofia a não ser os compêndios modernos, definidos como “[...] um conjunto sumário de um determinado saber para fins pedagógicos, supõe-se que, de maneira geral, são textos segundos, ou seja, textos elaborados – em alguns casos pelos próprios professores - a partir das obras e ideias dos principais filósofos da época”.

Os compêndios se tornaram a base para o processo de ensino, foram textos que auxiliaram os professores nas diferentes disciplinas ofertadas. No Estatuto estava descrito que os compêndios deveriam ser escolhidos por um grupo de professores juntamente com o Diretor de Estudos reunidos em um conselho intitulado de Congregação Literária e em hipótese alguma podiam utilizar textos que não tinham sido aprovados pelo conselho.

No estatuto consta que os compêndios deveriam ser: elementares, bem ordenados na divisão das matérias e bem escritos. Orienta ainda que caso faltasse nos compêndios alguns dos Tratados que deviam ser estudados nas aulas os professores poderiam recorrer a outros compêndios ou elaborarem os textos e submeterem a Congregação Literária antes de distribuírem aos alunos (ESTATUTOS, 1798).

Observa-se a centralidade do texto filosófico como material didático para o processo de ensino, organizados na forma de compêndios, compostos por fragmentos e comentários. O Estatuto elaborado por Azeredo Coutinho perdurou até 1836, depois foram implantados outros estatutos centrados na formação eclesiástica.

Ocorreu nesse primeiro período da Educação Brasileira a inserção da Filosofia para formação eclesiástica. Posteriormente, ela assumiu um importante espaço para formação de uma elite intelectual fundamentada em preceitos liberais e iluministas vindos da metrópole portuguesa. A instrução de jovens mediante ideias iluministas acarretou na formação de alguns líderes políticos que tentaram a independência do território brasileiro, tais como:

Joaquim da Silva Rabelo, que posteriormente ficou conhecido como Frei Caneca, importante líder dos movimentos separatistas desencadeados em Pernambuco em 1817 e 1824, denominados Revolução Pernambucana e Confederação do Equador,

respectivamente. E [...] Miguel Joaquim d' Almeida Castro – o Padre Miguelinho –, líder e mártir da Revolução Pernambucana de 1817. (COSTA; PAIVA, 2016, p. 13).

Os materiais didáticos presentes no primeiro período se constituíram principalmente de livros-textos e compêndios filosóficos que auxiliaram no processo de ensino e aprendizagem, tanto na perspectiva eclesiástica quanto na liberal iluminista.

QUADRO 2: Livros para o Ensino de Filosofia durante o Período Colonial.

| Título | Autor |
|---|--------------------|
| Curso de Filosofia (livro-texto) | Pe. Antônio Vieira |
| Instituições de Lógica e Metafísica | Antonio Genovesi |
| Instituições de Filosofia Prática ou princípios de Ética Universal e Particular e Direito Natural | Eduardo Job |

Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos de Serafim Leite (1948), Paim (2007), Cardoso (2014) e Teixeira (2015).

3. Compêndios e Ensino de Filosofia no século XIX

A sociedade brasileira do século XIX era predominantemente agrária e alicerçada sobre uma relação escravocrata, onde os antigos colonizadores se tornaram proprietários de terras e desenvolveram as relações de produção mediante a escravização de negros e índios, que tratados como ferramentas, continuaram excluídos do processo educacional.

No fim do período Colonial, a estruturação social se manteve dividida entre proprietários de terras e trabalhadores escravizados, acrescida de uma cama social intermediária composta por comerciantes, imigrantes, pequenos proprietários de terras e funcionários do Estado, surgidos principalmente a partir do desenvolvimento da mineração. Segundo Cartolano (1985), essa classe intermediária se tornou a nova clientela do sistema educacional.

Santos (2013, p. 73) mostra que os compêndios de ensino que chegaram ao Brasil no século XIX atenderam um conjunto específico de interesses educacionais e ainda “na condição de objetos culturais, os manuais e compêndios circularam no Brasil em bibliotecas públicas, particulares, gabinetes de leitura e escolas”. Os compêndios se tornaram os principais materiais didáticos durante o Período Imperial.

Conhecido como período joanino, os anos entre 1808-1822 foi marcado por iniciativas tomadas por D. João VI visando a manutenção das terras brasileiras. Foram tomadas medidas tanto econômicas quanto educacionais buscando formar novos quadros políticos e administrativos para colônia. Uma das primeiras iniciativas tomadas no campo educacional foi a abertura de cursos de Medicina, modificando o ensino superior que se centrava na formação

religiosa. Surgiram cursos de Medicina e Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro. Foram criadas academias militares visando a formação de médicos e engenheiros, mantidas aulas régias e estabelecidos cursos técnicos de Agricultura, Química e Geologia. Segundo Cruz (2006, p. 28):

com o projeto de ensino instituído por D. João VI, altera-se de maneira substancial o sistema educacional do país, através da ruptura com o programa escolástico do período colonial e o controle total da Igreja. As disciplinas de ciências naturais como a Física, a Química, a Biologia, a Mineralogia e a Matemática foram deslocadas do curso de Filosofia para outros cursos da academia militar, para os cursos médicos, e posteriormente para as escolas politécnicas surgidas a partir de 1874. Esses cursos eram ministrados com livros-textos referentes a essas ciências, provindos principalmente da França, de lá vinham também muitos compêndios para o ensino secundário no Brasil. É indiscutível que essas reformas, assim como o aparecimento dos cursos de formação técnica-científica e a influência francesa no Brasil, trouxeram ideias e concepções que estavam em efervescência na Europa - em especial o pensamento positivista - que, mais adiante, no império e nos inícios da República, integraram a formação e o pensamento nacional.

Para o Ensino de Filosofia foram abertas novas aulas nas províncias de Pernambuco e Minas Gerais. O português Silvestre Pinheiro Ferreira, que ocupou a cadeira de professor de Filosofia Racional e Moral do Colégio de Artes na Universidade de Coimbra, veio para o Brasil em 1810 e trabalhou como professor de Filosofia na cidade do Rio de Janeiro. Em 1813, publicou suas aulas no livro intitulado “Preleções Filosóficas”, livro que foi bastante utilizado no período.

Em 1821, D. João autorizou o funcionamento da Imprensa Régia e a abertura de novas tipografias, medida que possibilitou a impressão de outros livros didáticos e textos para a matéria de Filosofia. A partir de 1822, o Brasil se tornou independente de Portugal, dando início ao período Imperial. Segundo Ferreira Jr (2010, p. 36):

O ano de 1822 constituiu-se num momento histórico de descontinuidade sem ruptura com as estruturas herdadas do período colonial, isto é, a separação administrativa do Brasil em relação a Portugal não significou uma ruptura com o modo de produção escravista e o sistema político baseado no Padroado que vigoravam no passado colonial. Em síntese: o Brasil permaneceu como uma economia agrária mantida pelo trabalho escravo e, por conseguinte, com uma estrutura social rigidamente constituída: a massa de escravos desafricanizados, de um lado, e as elites agrárias regionalizadas, do outro. Assim, o Brasil continuou sendo um país periférico, economicamente dependente em relação aos centros metropolitanos europeus, cujo capitalismo avançava rapidamente para a plena era industrial.

Desta forma, mesmo com a independência, as estruturas sociais brasileiras continuaram as mesmas. No sistema educacional foram feitas mudanças passando a contar com o ensino particular. O ensino secundário nesse período manteve o caráter propedêutico, perdendo espaço para exames e preparatórios para o ensino superior, com maior importância, pois, com a

estruturação de uma nova classe intermediária o ensino se transformou em meio de ascensão social.

Visando formar novos administradores do Estado, foram abertos em 1827 nas províncias de São Paulo e Recife os primeiros cursos de Direito no Brasil. Segundo Cartolano (1985, p. 27):

[...] o título de doutor valia tanto quanto o de proprietário de terras, pois era garantia para a conquista do poder político e do prestígio social. A classe emergente incorpora e assimila as ideias da classe dominante da metrópole e nada a aproxima das classes dominadas que fornecem a força de trabalho; aliás, o trabalho físico, manual, dos negros, índios e imigrantes que cultivavam a terra, era tido como inferior e degradante.

Toda essa estruturação social foi mantida durante o século XIX, principalmente após a publicação da primeira constituição brasileira em 1824, que não modificou as relações políticas, econômicas e educacionais vigentes, determinou a instrução primária como direito de todos os cidadãos. Os negros não foram reconhecidos como cidadãos pela Constituição do Império, desta forma, continuaram excluídos da educação pública, pois ainda constituíam a principal força de trabalho.

Segundo Caio Prado Jr (1979, p. 48), a independência do Brasil foi um arranjo político articulado entre a elite agrária brasileira e a manutenção dos interesses da Inglaterra, sendo feita mediante “[...] uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. Na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas nesse processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia”. A emancipação ocorreu à revelia do povo, assim sendo, eles também ficaram fora das políticas econômicas e educacionais implementadas.

Em 1834 foi aprovada a Lei nº. 16, que transferiu a responsabilidade de manutenção, financiamento e organização do ensino primário e secundário para as províncias, ficando o Império encarregado pelo ensino superior. Entretanto, poucas províncias conseguiram manter as escolas. A descentralização da responsabilidade pelo ensino básico significou uma maior precarização do sistema educacional, relegando as províncias a educação do povo e ao Império a formação de novos dirigentes. Os Liceus provincianos, centros de ensino secundário, foram criados a partir do Ato Adicional de 1834 com a finalidade de reunir em um único estabelecimento as aulas avulsas que eram administradas em diversas regiões. Segundo Cruz (2006, p. 73), o ensino secundário nesse período era:

fracionado e dual, não possuía um currículo propriamente dito, devido à escolha aleatória das disciplinas ou a inexistência de qualquer exigência em se completar um curso para poder iniciar outro. A princípio, o ensino secundário era ministrado por

professores particulares, em aulas avulsas, lembrando que esse tipo de aula existia desde o período colonial, e que, neste momento, passou a estar subordinado ao Estado que deveria se incumbir de organizar o ensino a ser ministrado; no entanto, o Estado estava isento de qualquer responsabilidade no ensino particular privado.

Visando acabar com as aulas avulsas no Distrito Federal (Rio de Janeiro) a Corte portuguesa criou um colégio voltado para educação dos filhos da aristocracia e da camada intermediária da sociedade. O Seminário de São Joaquim foi convertido pelo decreto nº. 2 de dezembro de 1837 em Imperial Colégio de Pedro II, onde foram lecionadas as disciplinas de língua latina, grega, francesa, inglesa, retórica e os princípios elementares de geografia, história, Filosofia, zoologia, mineralogia, álgebra, geometria e astronomia. O Colégio Pedro II se consolidou como modelo para as demais escolas provincianas e era o único a conferir o diploma de bacharel, requisito necessário para ingressar nos cursos superiores. Segundo Teixeira (2015, p. 116), o Colégio Pedro II foi o primeiro de nível secundário “[...] pensado sob a forma de um sistema curricular com elenco de matérias e de manuais escolares”.

Ferreira Jr (2010) demonstra que com a descentralização do ensino o que ocorreu na prática foi que as províncias passaram a copiar para o ensino primário e secundário as políticas educacionais adotadas pela Corte, que acabou mantendo controle sobre os conteúdos e práticas de ensino.

Paim (1983, p. 7) mostra que “com a efetiva organização dos cursos jurídicos, a consolidação das escolas de medicina e a estruturação dos liceus estaduais, criam-se as premissas para o debate em torno à escolha de novos compêndios de filosofia”, visto que, foi facilitada a impressão de livros no Brasil, tanto didáticos quanto literários.

Santos (2013, p. 74) afirma que a partir da segunda metade do século XIX editoras nacionais se voltaram para o processo de publicação e importação de compêndios escolares, e que essas livrarias eram responsáveis pela circulação dos manuais e compêndios, nelas circulavam livros de diversos países, principalmente da França e Portugal, entre as livrarias se destacaram “[...] a Garnier, Laemmert, Leuzinger e Lambaerts, dentre outras”.

Reis Filho (1959, p. 8, grifo nosso) mostra que apesar de não terem sido criados cursos de nível superior em Filosofia, a disciplina se manteve no currículo dos liceus e colégios em todas as províncias, pois era cobrada nos exames do Colégio Pedro II, desta forma se tornou necessária para ingresso no ensino superior. O ensino de Filosofia estava presente nas províncias de “[...] São Paulo e Ceará em 1831; 1836, na Bahia; 1837, em Pernambuco e Minas Gerais; 1838, no Maranhão; 1847, no Rio Grande do Norte e 1851 no Rio Grande do Sul. [...] O compêndio seguido era o clássico e sebento *Genuense*, aristotélico-tomista”.

Em 1847, foi criado o primeiro Liceu, escola de ensino secundário, na província de Goyas (atuais estados de Goiás e Tocantins), constituído a partir da Lei nº. 9, de 20 de junho de 1846. No currículo do Liceu foram implementadas as disciplinas de Filosofia, Retórica e Poética, Metafísica, Ética, Lógica, Aritmética e Geometria, Geografia, História, Francês e Latim. De sua fundação até o ano de 1896 cerca de 54 alunos frequentaram o curso de Filosofia.

Somente em 1872 foi aberta outra instituição de ensino secundário na província de Goyas (VIEIRA, 2007). Segundo Maciel (2012), provavelmente, as disciplinas de Filosofia, Gramática Latina, Geometria e Francês contavam com compêndios escolares. Não foram encontrados registros de quais compêndios eram utilizados na província de Goyas, mas provavelmente foram os mesmos empregados no Colégio Pedro II, pois os livros didáticos encomendados para o Liceu de Goyaz eram comprados nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.

Os compêndios se tornaram os principais materiais didáticos para o ensino de Filosofia no nível secundário, se sobressaindo até mesmos sobre os livros-textos, pois tais compêndios mantinham um aspecto enciclopédico visando abarcar os conteúdos cobrados nos exames de acesso ao ensino superior. Silvestre Ferreira, buscando implementar um novo compêndio de Filosofia, que substituísse o livro Genuense, publicou, em 1836, o compêndio “Noções elementares de ontologia” e, em 1839, o compêndio “Noções elementares de filosofia geral e aplicada às ciências morais e política” (PAIM, 1983).

Em 1845 Salustiano José Pedroza, professor no liceu de Cachoeira, na província da Bahia, publicou o manual *Esboço de História da Filosofia* e em 1846 o *Compêndio de Filosofia Elementar* para serem utilizados em suas aulas (PAIM, 1983).

Segundo Paim (1983), no Colégio Pedro II foram utilizados compêndios com inspiração na corrente de pensamento eclética¹, tendo adotado o compêndio “Curso de Filosofia”, em francês, de Phelisbert Damirone. Como o colégio era referência, os cursos preparatórios e várias outras escolas provincianas acabaram adotando os textos. Os demais Liceus, Colégios provincianos e instituições particulares eram incentivados a “[...] adotar os mesmos livros didáticos utilizados no Colégio de Pedro II, principalmente a partir de 1854, quando os exames preparatórios passaram a ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição” (LORENZ; VECHIA, 2004, p. 55).

¹ O ecletismo de Victor Cousin consistiu “[...] na primeira corrente filosófica rigorosamente estruturada no país, tendo logrado ganhar a adesão da maioria da intelectualidade e manter uma situação de domínio absoluto da década de quarenta à de oitenta”. (PAIM, 1986, p. 40)

Em fevereiro de 1854, foi aprovado um regulamento para reforma do ensino primário e secundário, público e privado, no município da Corte (Decreto n°. 1331/1854). A reforma tentou melhorar a estruturação do ensino primário e secundário nas escolas mantidas pela Corte, organizar o ensino particular e instituir um sistema de inspeção nos estabelecimentos públicos e particulares de ensino.

O decreto 1331, também conhecido como Reforma Couto Ferraz, no artigo 54, instituiu que nas escolas públicas só poderiam ser adotados livros autorizados pelas autoridades competentes, e ainda garantia prêmios aos “professores ou quaisquer pessoas que compuserem compêndios ou livros para uso das escolas, e aos que melhor traduzirem os publicados em língua estrangeira, depois de serem adotados pelo governo”.

O decreto se tornou o primeiro a regulamentar os livros que deveriam ser destinados ao ensino no período Imperial. Segundo Lorenz e Vechia (2004, p. 57), o decreto “[...] estipulou, também, que os Exames Gerais de Preparatórios deveriam ser realizados com base nos referidos compêndios e programas de ensino, desta forma, traçando as diretrizes para o ensino em todo o país”.

O decreto reformulou o ensino secundário e estabeleceu outra estruturação das etapas escolares no Colégio Pedro II. O ensino secundário foi dividido em dois cursos: (a) de primeira classe, sendo estudos científicos com duração de quatro anos, e (b) segunda classe, de caráter humanístico e literário, com duração de três anos compreendendo o quinto, o sexto e o sétimo ano, voltado para conduzir ao bacharelado, requisito para ingresso no ensino superior. O ensino de Filosofia estava inserido nos três anos do curso de segunda classe, nas disciplinas de Filosofia Racional e Moral no quinto ano, estudos de Metafísica, Teologia Natural e Moral no sexto ano, História da Filosofia no sétimo ano (CRUZ, 2006). O conteúdo programático das disciplinas foi estruturado da seguinte forma:

QUADRO 3: Programa Ensino de Filosofia Colégio Pedro II

| QUINTO ANO |
|---|
| Objeto e divisão da filosofia, suas relações com as ciências. 2. Da consciência; certeza da observação interna. 3. Das faculdades da alma: sensibilidade, entendimento, vontade. 4. De nossas ideias em geral; suas diversas espécies. 5. Das primeiras fontes de nossos conhecimentos: intuição dos sentidos, senso íntimo, razão. 6. Operações do entendimento: atenção, comparação. 7. Abstração, formação das ideias gerais. 8. Do juízo e do raciocínio. 9. Da memória, da associação de ideias, da imaginação. 10. Dos signaes em geral, dos vocábulos em particular. 11. Da influência dos signaes sobre a formação das ideias. 12. Do método; análise e síntese. 13. Das proposições, suas espécies. 14. Da equipolência, conversão e oposição das proposições. 15. Regras da definição e divisão. 16. Das classificações naturais e artificiais. 17. Da evidencia e da certeza, suas espécies. 18. Regras da observação externa e da experiencia. 19. Da analogia e da indução. 20. Das hipóteses, dos grãos de probabilidade. |

21. Dos axiomas e das demonstrações. 22. Do silogismo simples, suas regras e figuras. 23. Do silogismo complexo; do condicional, do copulativo e do disjuntivo. 24. Dos discursos, dilemas, sortes e mais argumentos. 25. Regras da discussão científica. 26. Do testemunho humano. 27. Regras da crítica histórica. 28. Regras da interpretação. 29. Dos sofismas; meios de resolvê-los. 30. Dos erros, suas causas e remédios.

LIVRO: Barbe: *Cours élémentaire de Philosophie*

SEXTO ANO

1. Questão da origem das ideias. 2. Das noções fundamentais: Substancia, unidade, causa, tempo, espaço, &c. 3. De sensibilidade: sensações, sentimentos 4. Da atividade espontânea: instintos, desejos, paixões. 5. Da atividade voluntária: atos ilícitos e imperados. 6. Demonstrações da liberdade: influência dos motivos sobre a vontade. 7. Da unidade e identidade pessoal. 8. Espiritualidade da alma. 9. União da alma com o corpo: sistema do influxo físico. 10. Dos sistemas das causas ocasionais. 11. Dos sistemas da harmonia preestabelecida.

TEOLOGIA NATURAL

12. Provas metafísicas da existência de Deus. 13. Provas físicas da existência de Deus. 14. Provas Moraes da existência de Deus. 15. Dos atributos de Deus. 16. Da criação e conservação do mundo: da providencia. 17. Da origem do mal: do Optimismo. 18. Refutação do Panteísmo.

MORAL

19. Dos motivos dos atos humanos. 20. Críticas das principais opiniões dos Filósofos sobre a natureza do dever. 21. Demonstração da lei natural: lei positiva. 22. Consciência moral: imputação. 23. Do mérito de demérito: pena e prêmio. 24. Moral individual: dos deveres relativos ao espirito. 25. Dos deveres relativos ao corpo e aos bens extrínsecos. 26. Moral social dos deveres de beneficência. 27. Noção do direito: deveres gerais da justiça. 28. Dos deveres gerais na sociedade doméstica e civil. 29. Moral religiosa: culto interno e externo. 30. Destino do Homem: imortalidade da alma.

SÉTIMO ANO

HISTÓRIA DA FILOSOFIA

1. Do método que se deve seguir no estudo da História da Filosofia. 2. Divisão da História da filosofia: generalidade sobre os sistemas. 3. Vista rápida sobre a filosofia oriental. 4. Da filosofia entre os Gregos. Seita Jônia. 5. Da seita Itálica. 6. Seita metafísica de Eléa. 8. dos sofistas. 9. De Sócrates, e da revolução que ele obrou na ciência. 10. Das seitas Cínica, Cirenaica, Megarica e Eretriana. 11. Da seita Platônica. 12. Da seita Peripatética. 13. Da seita de Epicuro. 14. Da seita Estoica. 15. Nas seitas Sépticas. 16. Da filosofia entre os romanos. 17. Da Filosofia eclética de Alexandria. 18. Filosofia dos Padres da Igreja. 19. Filosofia escolástica: 1º época do 9º ao 12º século. 20. Filosofia escolástica: 2º época do 13º ao 14º século. 21. Decadência e desaparecimento da filosofia escolástica. 22. Estado da filosofia na época do renascimento das letras. 23. Bacon: análise do *Novum Organon*. 24. Descartes: análise do Discurso sobre o método. 25. Dos mais distintos filósofos da escola Cartesiana no 17º século. 26. Escola de Leibniz e de Wolf. 27. Escola sensibiliza do 18º século. 28. Escola Escocesa, seus mais distintos representantes. 29. Escola Alemã: Kant, Fichte, Hegel. 30. Da utilidade que se pode colher da História da filosofia.

LIVRO: Barbe: *Cours élémentaire de Philosophie*

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Vechia e Lorenz *apud* Cruz (2006, p. 84-86)

Todas as disciplinas de Filosofia foram realizadas a partir do compêndio francês *Cours Elementaire de Philosophie*, de Eustache Barbe, publicado originalmente em 1846, sendo o primeiro manual oficialmente escolhido pelo Colégio Pedro II para a disciplina de Filosofia a partir do ano de 1856. Segundo Teixeira (2015, p. 127), “[...] a obra de Barbe divide-se em Introdução, Divisão do curso de filosofia, Psicologia, Lógica, Teodiceia, Moral (acrescida de um apêndice sobre a revelação divina) e uma parte especial contendo a História da Filosofia”. Segundo Cornelli et al (2019), o compêndio de Barbe “[...] seguia à risca o currículo estabelecido por Cousin para o ensino de Filosofia francês”.

Vários outros compêndios foram publicados durante o período Imperial, dentre eles se destacam o “Compêndio de Filosofia” publicado em dois volumes por Manuel de Moraes do Vale, em 1851, o *Compendio de Filosofia (1852)* de D. José de Moraes Torres, o *Compendio de Filosofia (1859)* do Frei Francisco Mont’Alverne, “Compendio de Filosofia ordenado segundo os princípios e o método do Doutor Angélico S. Tomás de Aquino” (1867) e “Lições de Filosofia Elementar Racional e Moral” (1871), de José Soriano de Sousa (REIS FILHO, 1959).

José Soriano de Souza foi professor de Filosofia no Ginásio Provincial de Pernambuco e um dos primeiros brasileiros a publicar um compêndio de Filosofia na área de Filosofia Racional e Moral. Publicou, em 1867, o “Compêndio de Filosofia” e em 1871 as “Lições de Filosofia Elementar Racional e Moral” (1871), livro que teve os direitos de reprodução reservados a editora francesa Livraria de Vva J.P. Aillaud, Guillard e Cia.

Foram utilizados durante o século XIX e início do século XX juntamente com os livros de Soriano de Souza e faziam parte da Biblioteca do Estudante de Filosofia em Pernambuco os compêndios: *Ethicae seu philosophia e moralis elementa* (1808); *Manuel de Logique* (1855); *Curso de Filosofia elemental* (1858) de Jaimes Balmes; *La Philosophie de saint Thomas d’Aquin*, (1858) de C. Jourdain; *Théorie de la connaissance intellectuelle* (1863) e *Institutiones philosophicae* (1864) de Mathaei Liberatore; *Institutiones philosophicae ad mentem divi Thomae tironum usui*, (1865); *Elementos de Filosofía especulativa, segun las doctrinas de los escolásticos y singularmente de Santo Tomas de Aquino* (1866), de José Prisco; e *Ceuvres philosophiques de Bossuet* (1867) (SANTOS, 2013).

Na província da Bahia, foram utilizados nos Colégios e Liceus os compêndios: *Instituições de Lógica e Metafísica* de Antônio Genovesi; “Compêndio de Filosofia Elementar” (1852) de Antonio da Virgem Maria Itaparica (Frei Itaparica); “Instituições de Filosofia Prática ou princípios de Ética Universal e Particular e Direito Natural”, de Eduardo Job; *Cours Elementaire de Philosophie* (1846), de Eustache Barbe.

Teixeira (2015) diz que o manual *Questões de Philosophia*, de Antoine Charma foi utilizado por algumas escolas particulares e Santos (2013) mostra que o livro também foi utilizado para o ensino de Filosofia em Sergipe durante o século XIX.

O decreto nº. 6.130, de 1876, ou Reforma José Bento da Cunha Figueiredo alterou os regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II. Devido a reestruturação do ensino foram extintas as aulas avulsas e as disciplinas de Filosofia foram transferidas para o quarto ano, porém com aumento no número de conteúdo a serem estudados e com a substituição do compêndio de Barbe pelo *Précis d'un cours complet de Philosophia élémentaire* (Compêndio de um curso completo de Filosofia elementar) de Antonin Pellissier, as matérias implementadas no quarto ano foram:

QUADRO 4: Programa Ensino de Filosofia Colégio Pedro II 1877

| QUARTO ANO |
|--|
| Noções de psicologia, logica, moral, Teodiceia, rápido esboço da história da filosofia, defesa de proposições, mensalmente, pelos alunos que a sorte designar. 1. Objeto da Filosofia, suas relações com as mais ciências. Psicologia. 2. Faculdades da alma. Sensibilidade. Inteligência. Vontade. 3. Da sensibilidade: sensação, sentimentos. 4. Operações da inteligência; ideias em geral, seus caracteres e espécies. 5. Operações pelas quais o espirito adquire as ideias. Percepção. Senso íntimo. Atenção. Comparação. 6. Da Razão: noções e verdades primeiras. 7. Operações pelas quais o espirito une ideias. Juízo. Raciocínio. 8. Operações pelas quais o espirito conserva ideias. Memória. Associação de ideias. 9. Operações pelas quais o espirito modifica as ideias. Abstração. Generalização, Imaginação. 10. Linguagem, sua origem e utilidade; influência dos signaes sobre a formação as ideias. 11. Da vontade: Demonstração da liberdade. Personalidade. 12. Espiritualidade da alma: distinção da alma e do corpo; suas relações. |
| LÓGICA |
| 13. Método em geral. Análise e síntese. 14. Método experimental. Observação. Classificação. Analogia. Indução. 15. Método demonstrativo. Axiomas. Definições. Demonstração. 16. Silogismos, suas figuras e regras: uso e abuso. 17. Autoridade do testemunho humano: regras da crítica histórica. 18. Certeza. Evidencia. Probabilidade. 19. Erros, suas causas e remédios. |
| MORAL ESPECULATIVA |
| 20. Diversos motivos de nossas ações. Consciência moral. Distinção do bem e do mal. Dever. Virtude. 21. Lei moral e suas diversas sanções. |
| TEODICEIA |
| 22. Demonstração da existência de Deus. 23. Dos atributos e da providencia de Deus. 24. Do destino do homem e da imortalidade da alma. |
| MORAL PRÁTICA |
| 25. Classificação dos deveres. Moral individual ou deveres do homem para consigo. 26. Moral social ou deveres do homem para com seus semelhantes: a humanidade, a família, o Estado. 27. Moral religiosa ou deveres do homem para com Deus. |
| HISTÓRIA DA FILOSOFIA |
| 28. Principais seitas da Filosofia Grega. 29. Ideia geral da Filosofia Escolástica. 30. Filosofia moderna, principais reformadores. |
| COMPENDIO: A. PELLISSIER. - <i>Précis d'un cours complet de Philosophia élémentaire</i> |

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Vechia e Lorenz *apud* Cruz (2006, p. 93-94)

Teixeira (2015, p.131), mostra que o Compêndio de Pellissier tinha a seguinte divisão:

Objeto da Filosofia, Psicologia, Lógica, Moral Teodicéia e História da Filosofia. [...] os estudos acerca da História da Filosofia, dividida em filosofia greco-romana (Tales, Pitágoras, Sócrates, Platão, Aristóteles, Zenão, Cícero e Sêneca), escolástica (Santo Anselmo, São Tomás e Ramus) e moderna (Bacon, Descartes, Port-Royal, Bossuet, Fénelon, Locke, Kant e Reid).

O decreto n°. 7.247, Reforma de Leôncio de Carvalho, de 1879, empreendeu outra grande reforma no ensino. A lei reformou e liberou o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, manteve o ensino de Filosofia no Colégio Pedro II, inserida nos dois últimos anos do ensino secundário, com as disciplinas de Psicologia, Lógica e Teodiceia no sexto ano, Moral e História da Filosofia no sétimo ano. No currículo foi definido que em todas as disciplinas de Filosofia seria utilizado o Compendio didático de A. Pellissier.

O decreto n°. 8.227 ou Reforma Homem de Melo de 1881, foi a última alteração no sistema de ensino do Colégio Pedro II durante o período Imperial. Com relação ao ensino de Filosofia, a disciplina de Teodiceia foi transferida para o currículo do sétimo ano e o compêndio de Pellissier foi substituído pelos de Paul Janet *Traité élémentaire de philosophie a l'usage des classes* (Tratado Elementar de Filosofia) e da quinta parte do livro *Cours de philosophie* (Curso de Filosofia) do Padre L.P. Jaffre. No sexto ano foram inseridos os conteúdos de Introdução a Filosofia, Ontologia Elementar e Psicologia, no sétimo ano Teodiceia, Moral e História da Filosofia. O programa de ensino ficou da seguinte forma:

QUADRO 5: Programa Ensino de Filosofia Colégio Pedro II, 1882

| SEXTO ANO |
|---|
| <p>Introdução: Definições, objeto, divisão, importância da filosofia; suas relações com as outras ciências. 2. Ontologia elementar: Do ser. Da essência. 3. Do infinito e do finito, do absoluto e do relativo, da substância, do atributo e do modo. 4. Da causa em geral: causa eficiente, ocasional, material, instrumental e final. 5. Do verdadeiro, do bem e do belo. Noções de estética. 6. Do espaço, do tempo. 7. Psicologia: O composto humano, passagem da fisiologia à psicologia. Dos factos psicológicos. Faculdades da alma. 8. Da sensibilidade em geral. Da sensibilidade física. Das sensações. 9. Da sensibilidade intelectual e moral. Sentimentos e afeições. 10. Da inteligência em geral. Da consciência e afeição íntima. 11. Da percepção externa. Elementos da percepção. Os sentidos e seus erros. 12. Das ideias em geral: Definições, diferenças, características, origem e formação. 13. Da atenção. Da reflexão. Da comparação. 14. Da razão pura. Noções e verdades primárias. 15. Do juízo. Do raciocínio. 16. Da memória. Da associação das ideias. 17. Da abstração. Da generalização. Da imaginação. 18. Da linguagem: Definição. Diferenças, classificação, origem e utilidade. 19. Da vontade: do instinto e do hábito. Da atividade livre. 20. Da liberdade e suas provas. Dificuldades e teorias. 21. Da unidade, identidade e espiritualidade d'alma. Argumentos e objecções. União da alma com o corpo. 22. Lógica: Objeto da lógica. Método em geral. Análise e síntese. 23. Métodos particulares. Classificação das ciências. 24. Do método indutivo; observação experimentação e classificação. 25. Da analogia, indução e hipótese. 26. Do método demonstrativo; axiomas; definições; demonstração. 27. Do silogismo; matéria e forma, termos e proposições, figuras e regras. 28. Grãos de assentimento. Probabilidade, evidência e certeza. 29. Autoridade do testemunho humano. Regras de crítica histórica. 30. Dos erros causas e remédios.</p> |
| Livros: Paul JANET e L. P. JAFFRE. |
| SÉTIMO ANO |
| <p>1. Teodiceia: Noções preliminares. Da ideia de um ente supremo. Argumentos físicos da existência de Deus. 2. Argumentos Moraes e metafísicos da existência de Deus. Crítica de todos os argumentos. 3. Principais atributos de Deus. 4. Da providência e seus atos. Argumentos a priori, a posteriori e indiretamente. 5. Erros acerca de Deus: ateísmo, dualismo, politeísmo, panteísmo. 6. Moral: Princípios das ações humanas. O prazer e o bem. O útil e o honesto. Sistema de Stuart Mill. 7. Da consciência moral. Distinção do bem e do mal. 8. Da lei moral e suas partes componentes. 9. Destino do homem e imortalidade da alma. Argumentos principais e complementares. 10. Moral prática: deveres do homem para consigo mesmo. 11. A moral perante a humanidade, a família e o Estado. 12. Moral religiosa ou deveres do homem para com Deus. 13. História da Filosofia: Objeto, utilidade, métodos. 14. Filosofia antiga. Origens orientais. Filosofia Grega antes de Sócrates. 15. Filosofia Socrática: Platão e a Academia. 16. Filosofia depois de Sócrates. Aristóteles, Pirro, Epicuro e Zeno. 17. Filosofia Romana. Escola de Alexandria. Os padres da Igreja. 18. Filosofia Medieval. Fases da escolástica. 19. Filosofia moderna. Bacon e Descartes. 20. Filosofia do século XVII. Sectários de Bacon e Descartes. 21. Filosofia do século XVIII em França. 22. Filosofia inglesa no século XVIII. 23. Filosofia do século XVIII na Alemanha. 24. Filosofia do século XIX na Inglaterra, em França, na Itália, na Alemanha e na Bélgica. 25. Resumo de todos os sistemas de filosofia contemporânea e sua influência no Brasil.</p> |
| Livros: Paul Janet e L.P. Jaffre. |

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Vechia e Lorenz *apud* Cruz (2006, p. 99-100)

A partir da análise dos programas da disciplina de Filosofia no Colégio Pedro II constata-se que o ensino manteve um caráter enciclopédico durante todo o período Imperial.

A educação no final do período Imperial foi um campo de disputa no processo de ruptura com a monarquia, instauração do sistema republicano e modernização da sociedade, que passou a contar com um aumento da imigração, desde 1870, com o processo de industrialização e modificação das relações de trabalho a partir do fim oficial da escravidão. A educação secundária, em uma sociedade marcada pela desigualdade, se tornou uma instância propedêutica e preparatória ao ensino Superior.

O ensino primário e o secundário continuaram sendo negados aos negros até após a abolição da escravatura em 1888, manteve o caráter restrito da educação formal e do ensino de Filosofia, que ao final do século XIX atendia uma pequena parcela do povo brasileiro. Os compêndios mais utilizados para matéria de Filosofia eram estrangeiros, principalmente franceses, mesmo após a autorização para funcionamento das tipografias.

QUADRO 6: Principais Compêndios para o Ensino de Filosofia durante o Período Imperial

| Título | Autor |
|--|--|
| Instituições de Lógica e Metafísica | Antonio Genovesi |
| Instituições de Filosofia Prática ou princípios de Ética Universal e Particular e Direito Natural | Eduardo Job |
| Noções elementares de ontologia | Silvestre Pinheiro Ferreira |
| Noções elementares de filosofia geral e aplicada às ciências morais e política | Silvestre Pinheiro Ferreira |
| Esboço de História da Filosofia | Salustiano José Pedroza |
| Compêndio de Filosofia Elementar | Salustiano José Pedroza |
| Curso de Filosofia | Phelisbert Damirone |
| Curso de História da Filosofia | Victor Cousin |
| Compêndio de Filosofia Elementar | Antonio da Virgem Maria Itaparica (Frei Itaparica) |
| <i>Cours Elementaire de Philosophie</i> | Eustache Barbe |
| Compêndio de Filosofia | Manuel de Moraes do Vale |
| Compendio de Filosofia | D. José de Moraes Torres |
| Compendio de Filosofia | Francisco Mont'Alverne |
| Compendio de Filosofia ordenado segundo os princípios e o método do Doutor Angélico S. Tomás de Aquino | José Soriano de Sousa |
| Lições de Filosofia Elementar Racional e Moral | José Soriano de Sousa |
| Questões de Philosophia | Antoine Charma |

| | |
|--|--------------------|
| <i>Précis d'un cours complet de Philosophie élémentaire</i> | Antonin Pellissier |
| <i>Cours de philosophie</i> | L.P. Jaffre |
| <i>Traité élémentaire de philosophie a l'usage des classes</i> | Paul Janet |

Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos de Reis Filho (1959), Paim, (1983), Santos (2013) e Teixeira, (2015)

4. Currículo e Ensino de Filosofia, de 1889 a 1930

A transição do período Imperial para o Republicano foi condicionada principalmente por interesses econômicos surgidos a partir das novas relações de produção iniciadas com o fim da escravidão, base sobre a qual se mantiveram os períodos Monárquico e Imperial. Segundo Ferreira Jr (2010) com o gradual processo de passagem do trabalho escravo para o trabalho livre iniciado em 1845 e mediante a Lei da Terra de 1850, que instituiu a obrigatoriedade das terras públicas somente serem adquiridas a partir do processo de compra e venda, a aristocracia agrária conseguiu manter seus poderes políticos e econômicos mesmo com a mudança para um novo regime. Segundo Cartolano (1985, p. 33):

setores descontentes da camada média da sociedade, sob a liderança dos elementos militares e com o apoio significativo da camada dominante dos cafeicultores, e a aparente omissão da maioria da classe trabalhadora, compuseram suas forças na luta pela República. Com a queda da monarquia e da centralização, o novo regime permitiu a participação da classe média no poder, embora transitoriamente [...].

Foram implementadas novas políticas econômicas e educacionais, fundamentadas nos ideários positivistas que buscavam desvincular os interesses da Monarquia e da Igreja Católica das ações do governo.

Com a promulgação da primeira Constituição da República em 1891 foram instituídos o Federalismo, uma das primeiras medidas adotadas visando a descentralização do poder, transformando as províncias em Estados autônomos, o presidencialismo, laicidade do ensino ministrados nas escolas públicas, que diminuiu o poder dos colégios católicos, a igualdade jurídica dos cidadãos. Ferreira Jr (2010), discutindo os impactos que a transição do Império para a República gerou no âmbito do sistema de ensino, mostra que a política educacional foi influenciada a partir de aspectos socioeconômicos e ideológicos.

Cruz (2016, p. 110) afirma que as camadas médias da nova sociedade, militares e intelectuais progressistas, apesar de terem participado do processo de substituição do regime imperial, foram afastados do poder político, pois não eram proprietários dos meios de produção, esses fatores impediram uma mudança de orientação econômica, defendida por um grupo de

políticos e intelectuais “[...] que tinham como projeto a diversificação das atividades e incentivo à industrialização; com relação à educação insistiam na necessidade de implementar a educação do povo através da escola elementar, que seria o caminho fundamental para a resolução dos problemas existentes”.

Cartolano (1985, p. 46) mostra que a Constituição de 1891 também implementou a descentralização da educação, ficando a União responsável pela criação e controle das instituições de ensino superior, dos Ensino Secundário acadêmico nos Estados e pela instrução primária na capital federal; os Estados ficaram responsáveis por criar e legislar o ensino primário e profissional, com abertura da escola normal (curso de formação de professores) para as mulheres e cursos técnicos para homens, criando, desta forma, uma educação dual, reforçando “[...] a separação entre educação para a classe dominante- escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores- e educação para o povo- escolas primárias e profissionais”. A camada média da sociedade reivindicava acesso ao ensino superior, porém, ele continuou restrito a aristocracia.

A educação ganhou espaço como ferramenta de implementação da ideologia republicana, vista como meio para solucionar os problemas sociais e formar indivíduos para a administração do Estado. Sendo assim, foi criado o Ministério da Instrução Pública, dos Correios e Telégrafos, definido como ministro Benjamim Constant Botelho de Magalhães, defensor do positivismo. Benjamim Constant foi o responsável por instituir a primeira mudança no ensino na era republicana, reformando o Ensino Primário e Secundário no Distrito Federal a partir do Decreto n.º. 981, de 8 de novembro de 1890, que transformou o Instituto Nacional de Instrução Secundária, antigo Colégio Pedro II, em Ginásio Nacional, definido como modelo para as demais escolas secundárias. A reforma também apresentou mudanças para o ensino técnico e superior de todo o país, sendo que “os programas de todos os cursos das escolas de um ou outro grau, a designação ou composição dos livros escolares, bem como a escolha de todo o material das escolas, tudo era formulado e indicado por um conselho diretor, com a aprovação do governo” (CARTOLANO, 1985, p. 34).

Com a proposta de descentralização da organização e manutenção do sistema educacional e autonomias dos Estados, a partir da Constituição de 1891, ocorreu que nos primeiros anos da República o governo central não manteve a tarefa de implementar políticas educacionais de abrangência nacional, assim sendo, o ensino de Filosofia foi estruturado mediante diversas reformas ocorridas no Distrito Federal e nos demais Estados.

O currículo do ensino secundário no Ginásio Nacional, com duração de 7 anos, praticado em 1892 a partir do artigo 26 da Reforma Benjamim Constant implementou as

disciplinas de “Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Alemão, Matemática, Astronomia Física, Química, História Natural, Biologia, Sociologia e Moral, Geografia, História Universal, História do Brasil, Literatura Nacional, Desenho, Ginástica, Evoluções militares, esgrima e Música”. A partir de 1892, as matérias de História Literária, Italiano, Retórica e Filosofia foram retiradas do currículo escolar do ensino secundário no Distrito Federal e também dos exames necessários para ingressar no ensino superior.

A retirada do ensino de Filosofia do currículo do Ginásio Nacional ocorreu buscando implementar as ideias positivistas nos centros de ensino, e para tal concepção, os estudos humanísticos deveriam ser preteridos aos das ciências naturais, vistas como mais úteis para a manutenção e desenvolvimento da República. Todavia, os Estados tinham autonomia para realizar reformas nos seus respectivos sistemas de ensino, desta forma, a reforma educacional implementada no Distrito Federal (Rio de Janeiro), não foi seguida por todos os entes federativos, exemplo disto foi a reforma de 1892 no Estado de São Paulo.

A Reforma da Instrução Pública no Estado de São Paulo, instituída pela Lei n.º 88, de setembro de 1892, reorganizou o sistema de ensino e o dividiu em: primário, secundário e superior. O ensino secundário, com duração de 6 anos, ficou dividido em Literário e Científico. Os primeiros 4 anos do ensino secundário eram obrigatórios para todos os alunos e os 2 últimos divididos entre literário e científico. O currículo do curso literário incluía as disciplinas de Filosofia, Grego, Latim, Literatura Portuguesa, Francesa, Inglesa ou Alemã, História da Civilização. Desta forma, o ensino de Filosofia teve continuidade durante a primeira república, dependendo das reformas educacionais estabelecidas nos diversos Estados.

se, por uma lado, a reforma de Benjamim Constant, de inspiração positivista, enfatizou as disciplinas científicas, por outro, o Regulamento do Ginásio Nacional (Decreto n.º 3.94 de 20-1-1901) que determinou o currículo proposto Código Epitácio Pessoa, introduziu a lógica, no sexto ano do ensino secundário, com três aulas semanais, e retirou biologia, a sociologia e a moral, acentuando, desse modo, a parte literária. Mesmo integrando o currículo, como era o caso da lógica, nem ela nem a filosofia eram exigidas nos ‘exames parcelados’, que davam ingresso às escolas superiores. O ensino secundário já nessa época tinha como função principal a preparação para o ensino superior [...]. A equiparação dos exames dos estabelecimentos oficiais e particulares aos exames realizados no Colégio Pedro II visava o acesso ao 3º grau, e portanto, o entendimento das classes médias que, a exemplo das oligarquias dominantes, aspiravam à matrícula no ensino Superior. (CARTOLANO, 1985, p. 47).

O Código Epitácio Pessoa abriu a possibilidade de equiparação oficial das escolas secundárias mantidas pelos estados, municípios e particulares com o Ginásio Nacional. Nem todos os estados aderiram ao processo de equiparação dos Liceus ao Ginásio Nacional, mas alguns, como o Liceu de Goyaz, buscaram a equiparação. Segundo Vieira (2007), nos anos de

1904 e 1905, o principal objetivo na área da educação do Estado de Goyaz foi conseguir a equiparação do estabelecimento de ensino. Em 1905, foi instituído um outro regulamento para o Liceu de Goyaz, que inseriu o ensino seriado e a duração total de seis anos. Ao final do ensino secundário os alunos do Liceu receberiam o título de Bacharel em Letras.

QUADRO 7: Currículo Liceu de Goyaz a partir de 1905

| Primeiro Ano | Quarto Ano |
|--|---|
| Português Francês Geografia | Latim; Trigonometria Geometria; Desenho Álgebra; Inglês |
| Segundo Ano | Quinto Ano |
| Português Francês Geografia: Cosmografia e Aritmética | Latim Geometria Álgebra História Universal |
| Terceiro Ano | Sexto Ano |
| Português Aritmética Escrituração Mercantil Inglês Latim | História Universal Ciências Físicas e Naturais Constituição política da República e Constituição política do estado de Goiás. |

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Vieira (2007, p.154).

Observa-se a ausência da matéria de Filosofia no currículo do Liceu de Goyaz, apesar da disciplina de Lógica ter voltado ao programa do Ginásio Nacional. O Ensino de Filosofia, como afirmado anteriormente, durante o primeiro período de 1889-1930 dependeu das reformas educacionais implementadas nos diferentes Estados e no Distrito Federal.

No ano de 1922, foi criado no norte do Estado do Goiás (atual Estado do Tocantins) a primeira instituição escolar que ofereceu aos moradores da região o ensino secundário. Instituição ligada à Igreja Católica, O Seminário de São José /Externato São Thomaz de Aquino ofereceu o ensino primário, complementar e também o secundário. Conforme Barros (2010, p. 144), o fiscal de governo junto ao Seminário São José atestou em 1929 que o curso secundário “[...] seguia o programa do Liceu de Goiás e, mais ou menos, o do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro”, e ainda que o Reitor da instituição, Frei Antônio Sela, era o responsável por ministrar as disciplinas de Filosofia e Música. Não foram encontrados registros dos materiais didáticos utilizados no ensino de Filosofia.

Dez anos após a reforma de Epiácio Pessoa, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Correia, buscou implementar uma reforma educacional que

eliminasse a característica propedêutica do ensino secundário. Segundo Cruz (2006, p. 120), o ministro “Rivadavia Correia, em 1910, fazia críticas à situação do ensino no país, que havia se tornado um caos. Não se fazia mais questão de ensinar ou aprender; os pais preocupavam-se somente com que seus filhos completassem o secundário no menor prazo possível [...]”, e também que os estabelecimentos privados estavam centrados nos ganhos econômicos em detrimento do ensino. Desta forma, ele promulgou o decreto número 8.659, em abril de 1911, Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na República, que estabeleceu a liberdade de ensino nos estabelecimentos mantidos pela União. A partir do decreto o Ginásio Nacional voltou a ter o nome do Colégio Pedro II e manteve o ensino seriado. O decreto criou o exame de admissão ao ensino superior, acessível a qualquer pessoa com no mínimo 16 anos, substituindo os exames preparatórios.

Com a reforma de Rivadavia Correia, que buscava uma organização mais prática do ensino, fundamentado nos ideais positivistas, o programa de ensino do Colégio Pedro II de 1912 não contemplou o ensino de Filosofia e Lógica. A disciplina de Filosofia só retornou como ensino obrigatório nos estabelecimentos educacionais mantidos pela União após a Reforma João Luiz Alves (decreto n.º. 16. 782-A de 1925, ou Reforma Rocha Vaz). Nagle (1976, p. 144), afirma que:

De 1890 a 1920, importa dizer ainda, o Poder Público se interessa apenas pela manutenção de estabelecimentos-padrão que sirvam de modelo para as demais escolas secundárias do País. [...] Limita-se a conservar, na Capital da República, O Ginásio Nacional, isto é, O Colégio Pedro II, com seu Internato e Externato. Também os Estados, assim mesmo nem todos, mantêm em regra, apenas um ginásio modelo nas suas capitais. A estatísticas comprovam, então, ser a iniciativa particular que praticamente assume a responsabilidade de ministrar, no País, o ensino secundário.

A partir da reforma Rocha Vaz, foi criado o Departamento Nacional de Ensino e o Conselho de Ensino Secundário e Superior. O ensino secundário, no Colégio Pedro II e nos liceus equiparados mantiveram o sistema seriado com duração de seis anos. A disciplina de Filosofia foi inserida no 5º e 6º ano, devendo ser geral e sumário.

A reforma Rocha Vaz, apesar de não ter conseguido alcançar os objetivos propostos, foi implementada em um contexto de importantes mudanças econômicas, políticas e sociais. Na área econômica ocorria a ascensão do sistema urbano-industrial, na área social organizava-se as bases da sociedade de classes, com os estratos da burguesia urbana e do proletariado ganhando forças políticas e aumentando a pressão por acesso ao sistema de ensino. A crescente demanda por acesso ao Ensino Secundário esbarrou na pequena quantidade de estabelecimentos públicos existentes no período.

Apesar dos esforços empreendidos pelas políticas de cunho positivista, a Igreja voltou a ganhar forças durante o período 1889-1930, “[...] nas escolas secundárias, as doutrinas evolucionistas, o darwinismo e o lamarckismo eram proibidos, e, em seu lugar, adotados os velhos compêndios jesuítas da famosa série F.T.D” (CARTOLANO, 1985, p. 50).

Em 1918, o Padre Leonel Edgar da Silveira Franca publicou pela Livraria Drummond a primeira edição do manual *Noções de História de Filosofia*, livro didático que foi bastante utilizado no ensino secundário durante a primeira metade do século XX nos Colégios, Liceus e Seminários católicos. Segundo Japiassú e Marcondes (2006, p. 112), o livro do Padre Leonel Franca “[...] durante muito tempo foi um dos principais manuais de ensino da Filosofia”, principalmente porque a partir da 2ª edição (1921) o manual se tornou o primeiro a contar com um capítulo sobre a Filosofia no Brasil. Silva (2015, p. 48-49), mostra que o manual estava configurado da seguinte forma:

composto na capa apenas pelas informações nome do autor/parte superior, título da obra/centralizado, editora/parte inferior; formato brochura, capa dura; contém 311 páginas; dimensão de 23,5 cm x 16,5 cm x 2,7 cm; fonte Times New Roman; tamanho entre 11 e 12; com caracteres em maiúsculo e negrito; apresenta apenas um esquema gráfico na pg. 148; não constam imagens, exercícios, espaço para escrever ou instrução de uso; contém epígrafe; apresenta o prefácio da primeira e segunda edição; nas notas de rodapé, consta a bibliografia do capítulo correspondente, como expressões em outros idiomas (latim, grego, francês e alemão); no final do manual consta em ordem os temas Apêndice, Índice Onomástico, Índice Analítico (Sumário) e Errata.

Observa-se que o manual foi estruturado de forma simples privilegiando o conteúdo escrito, textos, comentários e excertos. O manual se encaixava no padrão dos demais livros didáticos publicados no período.

Segundo Nagle (1976, p. 196), entre os anos de 1920 e 1929, as instituições públicas de ensino sofreram várias mudanças que geraram uma ampliação e melhoramento da rede escolar e foram criados órgãos técnicos para a organização do sistema de ensino, havendo a introdução de um novo modelo para estruturação das instituições e práticas escolares. As reorientações implementadas a partir dos movimentos reformistas geraram “[...] a primeira e mais profunda mudança que sofre a educação brasileira em sua história: a substituição de um ‘modelo político’ por um ‘modelo pedagógico’”. Desta forma, os conhecimentos técnicos pedagógicos foram se sobressaindo sobre as soluções políticas e os órgãos de caráter técnico passaram a elaborar e executar as alterações no sistema de ensino, tanto nos Estados quanto no Distrito Federal.

O programa de curricular de Filosofia adotado no Colégio Pedro II a partir da Reforma Rocha Vaz ficou delimitado da seguinte forma:

QUADRO 8: Programa curricular de Filosofia Colégio Pedro II 1926

| QUINTO ANO |
|---|
| <p>1. Filosofia - conceito - divisão. 2. Psicologia - objeto – evolução - método. 3. O facto psicológico - condições. 4. Consciência - grãos - funções gerais. 6. Memória 7. Associação de ideias. 8. Atenção. 9. Sensibilidade - estudo analítico das sensações. 10. Factos representativos. Percepção. Mundo exterior, Personalidade. 11. Imaginação, Ideação. 12. Juízo, Raciocínio. Princípios do conhecimento. 13. Linguagem. 14. Factos afetivos, Prazer e Dor. 15. Emoções. Paixões, Sentimentos, tendências e inclinações. 16. Factos de atividade, Reflexo, Instinto. 17. Vontade, Hábito. 18. Caractere. 19. O físico e o moral. Relações normais e anormais.</p> <p>Lógica: objeto e divisão 21. Termo. Proposição. Oposição e conversão. 22. Silogismo. Formas redutíveis. Nova analítica. 23. Categorias. Divisão e Definição. 24. Método. Dedução e Indução. Análise e Síntese. 25. Classificação das Ciências. 26. Logica da matemática. Axiomas e Postulados. Demonstrações. 27. Logica das ciências físicas. Observação e experimentação. 28. Hipótese, Analogia, Probabilidade. 29. Logica das ciências naturais. Comparação e classificação. 30. Logica das ciências sociais. Método histórico e crítico. 31. Criteriologia - Verdade - Erro - Sofismas.</p> <p>Estética. Objeto. Principais conceitos, Escolas.</p> <p>Ética. Objeto. Método, Divisão. 33. Moral teórica. Dever. Sanção. Fundamentos propostos. Direito moral. Direitos fundamentais. 35. Moral pratica - Individual - Domestica - Social. Teorias metafísicas. Os grandes problemas. Principais correntes. 37. Conhecimento - Causa em si - Empirismo e Racionalismo. Relativismo. 38. Matéria e Alma. Exposição e critica. 39. Liberdade e Determinismo. 40. Existência de Deus. Exposição e critica. Ciência, Filosofia. Moral e Religião.</p> |
| SEXTO ANO |
| <p>História da Filosofia: 1. Utilidade. - Método - Divisão. 2. Filosofia oriental. 3. Filosofia grega pré-socrática. 4. Sócrates. 5. Platão. 6. Aristóteles. 7. Epicurismo e Estoicismo. 8. Filosofia Latina - Escolas de Alexandria. 9. Filosofia Escolástica. 10. Filosofia do Renascimento - Bacon - Hobbes. 11. Descartes - Cartesianismo. 12. Spinoza e Leibniz. 13. Locke - Berkeley - Hume - Escola Escocesa. - Empirismo. 14. Condillac - Enciclopedistas. 15. Kant - Criticismo. 16. Augusto Comte -positivismo. 17. Filosofia alemã no século XIX. 18. Filosofia francesa e inglesa no século XIX. 19. Principais correntes da filosofia contemporânea - Neotaoismo - Neo-criticismo - Pragmatismo - Intuicionismo. 20. Filosofia no Brasil.</p> |

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Vechia e Lorenz *apud* Cruz, (2006, p. 136-137).

Independentemente das reformas estabelecidas no sistema escolar de nível secundário, tanto pela União ou pelos Estados, o ensino de Filosofia continuou ocorrendo predominantemente a partir dos compêndios escolares, em sua maioria, de origem estrangeira. Posto que a Igreja voltou a ter influência no sistema de ensino, os compêndios católicos retornaram à sala de aula. É importante ressaltar que nos primeiros anos do século XX os livros didáticos correspondiam a dois terços de todos os livros publicados (CHOPPIN, 2004).

A educação escolar nos três primeiros decênios do século XX continuou tendo um caráter dualista e elitista. As diversas reformas do ensino não lograram êxito na tentativa de

uma ampla generalização do Ensino Secundário a outras camadas populares e em torna-lo meio de formação ao invés de intermediário ao ensino superior, sendo um ensino destinado para menos de 90% dos adolescentes na época. Segundo Silva (20015, p. 44-45):

nesse período, existiam publicações de materiais para o ensino de Filosofia, porém, a legislação vigente não regulamentava as normas aos mercados editoriais, deixando ao encargo dos professores e diretores das instituições a escolha de tais manuais escolares. Contudo, essa situação foi reestruturada após 1938, ano em que a legislação educacional brasileira instituiu regulamentações que disciplina os livros didáticos, estabelecendo às regras desse processo, como avaliação pela CNLD e, posteriormente, a publicação das listas dos livros didáticos aprovados no Diário Oficial da União (DOU).

A criação, em 1938, da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) marcou o início da institucionalização da definição dos livros que deveriam ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem. As implicações da criação da CNLD serão analisadas no próximo capítulo da dissertação.

CAPÍTULO II

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS E AS AVALIAÇÕES DOS MANUAIS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA (1930-1984)

1. Revolução Burguesa e Educação

A Escola formal, principalmente a partir da Revolução de 1930², passou a institucionalizar a transmissão dos valores políticos, econômicos, sociais e ideológicos escolhidos para legitimar a visão de mundo do Estado brasileiro de acordo com os interesses dos grupos e classes sociais dominantes. O modo de funcionamento da Escola, seus processos de ensino, seus conteúdos e objetivos encontraram-se então no centro do campo de disputa entre os diferentes grupos sociais buscando a delimitação do que deveria ser ensinado aos que conseguiam ingressar no sistema de ensino.

Com a Revolução de 1930, houve a ascensão da classe média brasileira e principalmente da burguesia industrial. Desta forma, o Estado brasileiro, antes voltado para atender os interesses dos latifundiários, passou por uma reestruturação visando abarcar os interesses dos setores da classe média. Ferreira Junior (2010, p. 61) aponta que a revolução burguesa de 1930 “[...] se caracterizou por ser tardia e autoritária. Foi essa combinação que possibilitou a sobrevivência de elementos da estrutura agrária secular na nova ordem urbano-industrial”.

Em 1930, foi instalado o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, com apoio tanto da classe burguesa quanto das forças armadas, iniciando mais tarde o período conhecido como Estado Novo, um golpe político que favoreceu a promoção da indústria no Brasil.

Segundo Cartolano (1985, p. 55), com as mudanças ocorridas na infraestrutura econômica a partir da década de 1930, o sistema de ensino ganhou novas tarefas, sendo o meio para qualificação e treinamento dos trabalhadores necessário para a ampliação do setor industrial. Com a ascensão da industrialização houve uma maior pressão pela expansão do sistema de ensino, assim sendo, as elites que tinham poder sobre o Estado buscaram manter o controle sobre a educação, desta forma “a luta pela escola pôde então assumir o caráter de uma

² O que se convencionou chamar de Revolução de 1930 foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica. Foram esses movimentos que, em seu conjunto e pelos objetivos afins que possuíam, iriam caracterizar a Revolução Brasileira, cuja meta maior tem sido a implantação definitiva do capitalismo no Brasil (ROMANELLI, 1986, p. 47).

‘luta de classes’ à medida que as camadas mais baixas da população passaram a forçar a entrada na escola de modo a conseguir, através dela, a ascensão a posições de maior destaque na sociedade”.

Romanelli (1986) mostra que as mudanças ocorridas no sistema de ensino visando atender os interesses no setor Industrial foram de forma quantitativa, pois os integrantes da camada emergente da sociedade brasileira buscaram o modelo educacional destinado aos filhos dos latifundiários, ocasionando a busca pelo ensino propedêutico e elitista.

Durante o governo provisório foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto n.º. 19.402 de 14 de novembro de 1930), comandado inicialmente por Francisco Campos, intelectual vinculado as oligarquias mineiras e ao movimento Escola Nova.

O ideário escolanovista, em debate durante os anos de 1920 e consolidado em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, mostrava-se progressista no tocante ao desenvolvimento social, constituindo-se em representação política contra a estrutura arcaica das oligarquias rurais. Porém, defendia que o campo educacional deveria ser neutro e despolitizado, conforme prescrevia as tendências positivista, cientificista e liberal, em voga no mundo. (SOARES, 2016, p. 12-13).

Fundamentado nos ideais da Escola Nova o Ministro da Educação e Saúde Pública implementou várias reformas de âmbito nacional, decretou o fim da laicidade no sistema de ensino, criou o Conselho Nacional de Educação (Decreto n.º. 19.850/1931), reorganizou o Ensino Secundário em regime seriado, presença obrigatória e meio exclusivo para acesso ao ensino superior nos cursos de Direito, Medicina e Engenharia (Decretos n.º. 19.890/1931 e 21.241/1932), visando garantir a intervenção do governo para transformar as ações educacionais em política de âmbito nacional.

O ensino secundário foi dividido em dois cursos seriados: (a) fundamental, com 5 séries e duração de cinco anos, comum para todos os alunos, não constando no currículo as disciplinas de Filosofia e Sociologia, todavia, os estabelecimentos poderiam inserir disciplinas de caráter facultativo que não tivessem prescritas no Decreto n.º. 21.241, de 1932; (b) complementar, com 2 séries e duração de 2 anos, sendo obrigatório para pleitear uma das vagas em determinados institutos de ensino superior, contando com as disciplinas de:

QUADRO 9: Disciplinas do Ciclo complementar

| | |
|-------------------------|-------------------------|
| Alemão ou Inglês | Latim |
| Literatura | Geografia |
| Geofísica e Cosmografia | História da Civilização |
| Matemática | Física |
| Química | História Natural |
| Biologia Geral | Higiene |

| | |
|--------------------|------------------------------|
| Psicologia | Lógica |
| Sociologia | História da Filosofia |
| Noções de Economia | Estatística |
| Desenho | Cosmografia |

Fonte: Elaboração própria com base no Decreto nº. 21.241, de 1932.

A matéria de Lógica era obrigatória no primeiro ano para todos os alunos e a disciplina de História da Filosofia obrigatória na segunda série apenas para os alunos que buscavam vagas nos cursos jurídicos. Não houve mudanças significativas no currículo da disciplina de História da Filosofia, continuou basicamente os mesmos temas desde 1915.

QUADRO 10: Programa Ensino de Filosofia Reforma Francisco Campos

| |
|--|
| 1. Utilidade. - Método - Divisão. 2. Filosofia oriental. 3. Filosofia grega pré-socrática. 4. Sócrates. 5. Platão. 6. Aristóteles. 7. Epicurismo e Estoicismo. 8. Filosofia Latina - Escolas de Alexandria. 9. Filosofia Escolástica. 10. Filosofia do Renascimento - Bacon - Hobbes. 11. Descartes - Cartesianismo. 12. Spinoza e Leibniz. 13. Locke - Berkeley - Hume - Escola Escocesa. - Empirismo. 14. Condillac - Enciclopedistas. 15. Kant - Criticismo. 16. Augusto Comte -positivismo. 17. Filosofia alemã no século XIX. 18. Filosofia francesa e inglesa no século XIX. 19. Principais correntes da filosofia contemporânea - Neotaoismo - Neo-criticismo - Pragmatismo - Intuicionismo. 20. Filosofia no Brasil. |
|--|

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Vechia e Lorenz *apud* Cruz (2006, p. 136-137).

Ferreira Junior (2010) afirma que a reforma educacional implementada por Francisco Campos ao dividir o ensino secundário em dois ciclos acabou determinado que esse nível escolar fosse ainda mais elitista e excludente, pois continuou tendo três características, sendo enciclopédico, formação propedêutica ao ensino superior e tornando-se inacessível para os filhos das classes mais pobres.

Segundo os dados Estatísticos da Educação Nacional, publicados pelos Ministério da Educação em 1933, o Ensino Secundário em todo o território brasileiro contava com cerca de 477 estabelecimentos de ensino (sendo 5 no Estado de Goiás) e com um total de 145. 644 estudantes matriculados (ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO NACIONAL,1933).

Segundo Ferreira (2008, p. 24), em 1939, das escolas de Ensino Secundário cerca de 99 eram mantidas pelo poder público e 530 pela iniciativa privada. Em 1940 o total de alunos matriculados no Ensino Secundário passou para cerca de 260.202 alunos. É importante ressaltar que existiam cerca de 697 estabelecimentos de Ensino Secundário que ofereciam o Ciclo Fundamental com a disciplina de Lógica e apenas 60 escolas disponibilizavam o ciclo complementar podendo oferecer o ensino de História da Filosofia para os postulantes aos cursos de Direito (ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO NACIONAL,1940).

Romanelli (1986, p. 78) aponta que nas décadas seguintes a revolução burguesa houve um exponencial aumento no número de matrículas na educação secundária, na década de 1970 “[...] para uma população escolarizável da faixa etária de 11 a 19 anos, no montante de 21.869.216 habitantes, tínhamos [...] frequentando a escola média 4.007, 475 [...]. A escola média atingia, nessa faixa etária, 18,49% de pessoas”.

Desta forma, de 1930 até a década de 70, devido tanto ao processo de Industrialização-Urbanização e das lutas para ingresso no sistema de ensino, ocorreu um grande aumento na taxa de escolarização da população brasileira, motivo pelo qual o Estado buscou mediante vários mecanismos institucionais centralizar e controlar as decisões sobre o setor educacional, tanto mediante a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) quanto por meio de Constituições, Decretos, Leis e ainda os Conselhos e Comissões Nacionais, dentre elas a Comissão Nacional do Livro didático (CNLD), órgão responsável por padronizar os livros escolares e as metodologias de ensino com a Ideologia do Estado.

2. Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)

A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), criada ao apagar das luzes de 1938, ou melhor, em 30 de dezembro do referido ano, por meio do Decreto-lei 1.006, foi o primeiro órgão de abrangência nacional estabelecido pelo governo brasileiro visando o controle do conteúdo pedagógico e também ideológico dos livros didáticos.

Gustavo Capanema (1900-1985), Ministro da Educação e Saúde durante os anos de 1934 até 1945, foi o responsável pelo projeto de criação da Comissão Nacional do Livro Didático. O Decreto-lei n.º 1.006 foi elaborado durante o período de um ano, confluindo os interesses dos grupos militares, das editoras e dos católicos, interessados em controlar, por meio das normas para produção, importação e utilização dos livros didáticos voltados para o ensino primário e secundário, os conteúdos para o processo de aprendizagem e principalmente para adequação do ensino à ideologia do Estado. Durante o período conhecido como Estado Novo (1937-1945) o campo da Educação formal e institucionalizada se tornou um dos principais meios para o processo de fortalecimento do Estado e construção de uma identidade Nacional.

Segundo Choppin (2002, p. 14), os manuais escolares buscam “[...] transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o ‘saber-ser’) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se”. Capanema considerava a avaliação dos livros didáticos um dos problemas educacionais que mais rapidamente precisavam ser solucionados. Choppin (2002, p. 14) afirma ainda que os livros

didáticos veiculam “[...] um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude”.

Em um documento intitulado “Livros Escolares : projeto de exposição de motivos” enviado juntamente com o decreto para criação da CNLD Gustavo Capanema afirmou ao Presidente Getúlio Vargas que os livros didáticos são os instrumentos educacionais de maior alcance, pois os alunos levam para suas casas e ainda ao propor as lições e temas a serem estudados ajudam a regular o trabalho docente (FERREIRA, 2008).

Presente em quase todas as salas de aula, os compêndios escolares passam a ter uma ligação direta com os alunos e seus familiares, com os professores, as editoras e todos envolvidos nos processos educacionais, sendo assim, o controle da produção e veiculação dos manuais escolares se tornou durante o Estado Novo uma fonte de controle ideológico e pedagógico.

O 2º artigo da Lei nº. 1.006, de 30 de dezembro de 1938, definiu que “são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe”, sendo que os compêndios “são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares”. O primeiro artigo estabeleceu que a produção e importação dos livros didáticos era livre em todo o território nacional. Vale também ressaltar que o quinto artigo instituiu que “o poder público não poderia determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferências entre os livros didáticos de uso autorizado [...]”.

Os diretores e professores da educação básica eram livres para escolher os livros que tivessem sido aprovados e publicados a autorização pelo Ministério da Educação e Saúde no Diário Oficial. Os livros aprovados recebiam um número de registro e o selo “livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação. A partir de janeiro de 1940 somente poderiam ser utilizados os livros aprovados pelos governos e em janeiro de cada ano subsequente o Ministério da Educação publicaria no Diário Oficial os livros que mantinham ou conseguiam autorização.

Foi decretado também que a partir de 1 de janeiro de 1940 era proibido utilizar “livros didáticos de autoria do professor, na sua classe, do diretor, na sua escola, e de qualquer outra autoridade escolar de caráter técnico ou administrativo, na circunscrição sobre que se exercer a sua jurisdição, salvo se esse livro for editado pelos poderes públicos”, desta forma, impedindo que os professores e diretores escolares utilizassem livros de suas autorias, prática comum nos períodos anteriores a primeira avaliação dos manuais escolares.

No Capítulo IV, artigo 1.006, foram delimitadas as causas que impediam a autorização do livro didático, sendo elas:

Art. 20. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático: a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional; b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação; c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais; d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria; e) que encerre qualquer armação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira; f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões; g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras; h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais; i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa; j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais; k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Nesse artigo, sobre as causas que impediam a autorização de um livro didático, foram implementados mecanismos para proibir críticas ao regime adotado durante o Estado Novo e aos chefes da nação, que inspirasse a oposição ou luta de classe, ou contra a ordem religiosa, mostrando a preocupação em preservar as políticas ideológicas do governo. Somente nos artigos seguintes foram instituídas regras sobre questões técnicas, erros gramaticas e conteúdos programáticos.

Art. 21. Será ainda negada autorização de uso ao livro didático; a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termo ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo; b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica; c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão; d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores; e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Art. 22. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional. Art. 23. Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei. Art. 24. Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de sua orientação religiosa.

Assim, fica claro o objetivo da Comissão Nacional do Livro Didático de mediante o controle da produção e utilização de livros didáticos atender os interesses dos diferentes grupos sociais que mantinham o regime político do Estado Novo - políticos, militares, Igreja Católica e empresários - impondo que somente os manuais de ensino que apresentassem a Ideologia vigente poderiam ser adotados nos estabelecimentos de ensino.

Segundo Filgueiras (2011), com o aumento no número de matrículas na educação primária e secundária e com a política do livro didático, durante os anos de 1930 e 1940 o número de editoras no Brasil aumentou em cerca de 50%, sendo que nesse período as que mais se destacavam na produção dos livros didáticos eram a Francisco Alves, criada ainda no século XIX, a F.T.D (criada em 1902), a Livraria Acadêmica (criada em 1914, atual Saraiva), a Companhia Melhoramentos (compradas por Weizflog Irmão & Cia na década de 1920), a Companhia Editora Nacional (1925) e a Editora Brasil (1943). Os autores e editoras que buscavam autorizar um livro didático deveriam enviar três exemplares dos livros impressos para serem avaliados e ainda uma petição ao Ministro da Educação requerendo a autorização.

Os primeiros membros da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) eram ligados aos grupos políticos de Gustavo Capanema, membros da Igreja Católica e das forças armadas. Segundo Filgueiras (2011, p. 34-35):

A CNLD foi constituída, dessa forma, por pessoas de diversos grupos que discutiam a educação desde os anos 1920. Vinculados à Igreja estavam o padre Leonel Franca e Maria Junqueira Schmidt. Jonathas Serrano era católico, mas também participava das discussões do movimento da Escola Nova. Os membros das Forças Armadas não foram escolhidos somente por suas patentes, eram pessoas envolvidas com a educação, professores das escolas da Marinha e do Exército. O Comandante Armando Pinna participou das discussões educacionais dos anos 1930, como foi possível verificar no seu trabalho apresentado na IV Semana de Educação da ABE e, o Comandante Adalberto Menezes de Oliveira era membro da ABE e da ABC. Carneiro Leão, Carlos Delgado de Carvalho, Euclides Roxo e o próprio Jonathas Serrano eram educadores que discutiam desde a década anterior projetos de renovação pedagógica, na ABE e no Colégio Pedro II. Um outro grupo, constituído por Mello Leitão, Adalberto Menezes de Oliveira e Pecegheiro do Amaral, buscavam consolidar o conhecimento científico na área das Ciências.

Além de membros da Comissão Nacional do Livro Didático, esses intelectuais também estavam inseridos em outras esferas do sistema educacional, como professores do ensino primário, secundário, superior, formação de professores, diretores, participaram da implementação de reformas escolares em diferentes Estados da federação, eram membros de associações que discutiam os rumos da educação nacional, ligados principalmente ao Movimento Escola Nova e produziram livros didáticos para as diferentes etapas escolares. Filgueiras (2011, p. 37) mostra que o Ministro Gustavo Capanema partiu dos critérios de especialidade, qualidade moral e de compreensão do problema educativo para escolher os membros da CNLD e ainda “[...] enfatizava a liberdade de produção dos manuais escolares pelas empresas privadas, mas reforçava os dois principais objetivos da avaliação dos livros didáticos: o controle político-ideológico e o técnico-científico”.

A portaria ministerial n.º 253, de 24 de dezembro de 1940, definiu o modo de estruturação e funcionamento da CNLD. Foram implementadas 9 seções, compostas por três a

cincos membros, sendo que cada seção juntamente com a de Redação era responsável por avaliar os livros didáticos de sua área. Foram então criadas as seções: (A) Línguas e Literaturas; (B) Matemática e Desenho; (C) Ciências Físicas e Naturais; (D) Geografia; (E) História; (F) Filosofia, Sociologia e Pedagogia; (G) Metodologia das Técnicas; (H) Matérias de Ensino Primário; (I) Redação.

O Padre Leonel Franca (educador jesuíta, primeiro Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio), Antônio Carneio Leão (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, antigo professor de Filosofia da Universidade do Recife e vinculado ao Movimento Escola Nova) e Jonathas Serrano (Bacharel em Direito, Professor de História Universal do Colégio Pedro II, membro da ABE, ligado ao Movimento Escola Nova e Militante católico) foram os escolhidos para a seção (F) Filosofia, Sociologia e Pedagogia, responsáveis por avaliar os livros dessas áreas.

3. Compêndios Oficiais para o Ensino de Filosofia

Até o final de 1941, foram enviados para avaliação na Comissão Nacional do Livro Didático um total de vinte compêndios de Filosofia, destes, apenas um tinha sido aprovado, 6 não foram autorizados, cinco ainda dependiam da avaliação da seção de Redação, um dependia de votação podendo ser aprovado ou reprovado, e sete não tinham sido avaliados.

O único compêndio de Filosofia aprovado até 1941 foi o intitulado “Filosofia: sumário e dicionário” do autor Monsenhor Pedro José Castro Nery, publicado pela Editora Companhia Nacional, sendo a 3ª edição (1934) aprovada pela CNLD e publicada a autorização no Diário da União em 4 de julho de 1942. Castro Nery (1901-1972) estava ligado aos setores da Igreja Católica (SILVA, 2015).

Todos os livros didáticos de Filosofia aprovados pela CNLD somente foram utilizados após a Reforma Educacional de Gustavo Capanema, que pelo Decreto-Lei nº. 4.244, de 9 de Abril de 1942, implementou a primeira Lei Orgânica do Ensino Secundário, reestruturando o ensino secundário em Curso Ginásial, com duração de quatro anos, e Cursos Clássicos e Científicos (Colegial), cada um com duração de três anos. Sendo a disciplina de Filosofia inserida no último ano dos cursos Clássicos e Científicos.

Durante o seu período de funcionamento a CNLD chegou a autorizar a utilização de oito livros didáticos de Filosofia. A Comissão Nacional do Livro Didático foi extinta no ano de 1969, todavia, as publicações com autorizações de livros ocorreram apenas até 1961.

QUADRO 11: Livros didáticos de Filosofia autorizados pela CNLD (1938-1961)

| TÍTULO | AUTOR |
|--|---------------------------------------|
| Filosofia: sumário e dicionário, 3º Edição, autorizada em 1942 | Monsenhor Pedro José Castro Nery |
| História da Filosofia, 1º Edição, autorizado em 1946 | Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano |
| Noções de História da Filosofia, 8º e 10º edições, autorizadas em 1947 | Padre Leonel Edgar da Silveira Franca |
| Pontos de Filosofia, 1º Edição, autorizado em 1947 | Isidoro Dumont |
| Introdução à Filosofia da Lógica, 1º edição, aut. Em 1947 | Leonardo Van Acher |
| Manual de Filosofia, 5º edição, autorizado em 1947 | Ludgero Jasper O.S.P |
| Compêndio de Filosofia, 1º Edição, autorizado em 1947 | José Bonifácio R. e José Silva |
| Compêndio de Filosofia, 2º edição, autorizado em 1947 | Henrique Greenen |

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Silva (2015).

Segundo Ferreira (2008), a demora na publicação dos primeiros livros didáticos autorizados pela CNLD acabou privilegiando os autores de manuais escolares que eram membros da comissão, pois os livros deles permaneceram como referência nacional. O Padre Leonel Edgar da Silveira Franca e Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano eram membros da CNLD e tiveram seus livros didáticos de Filosofia autorizados pelo MEC. Conforme Ferreira (2008) e Filgueiras (2011), um dos motivos para o fechamento da Comissão Nacional do Livro didático foi os livros dos membros da comissão terem sido aprovados em detrimento de outros que buscavam autorização.

O Pe. Leonel Franca e Jonathas Serranos além de membros da Comissão Nacional do Livros Didático também estavam vinculados ao Conselho Nacional de Educação e ao Movimento Ação Católica³. Silva (2015, p. 70), ao analisar os livros “Noções de História da Filosofia”, do Padre Leonel Franca, “Filosofia: sumário e dicionário”, do Monsenhor Pedro

³ O Movimento Ação Católica, articulado sob direção do intelectual Alceu Amoroso Lima, com apoio de Dom Sebastião Leme e Pe. Leonel Franca, tinha como estratégia a organização de militância mais ampla, por meio de movimentos especializados, destinados a aglutinar a juventude na Ação Católica, na defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo de atuação política. Assim, no campo pedagógico e cultural, a Ação Católica, além das lutas que travou e das iniciativas que tomou em defesa da primazia da Igreja no exercício da função educativa, deu especial atenção ao problema da formação de líderes intelectuais impregnado do espírito católico. (SAVIANI, 2011, p. 256).

José Castro Nery e “História da Filosofia”, de Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano, concluiu que eles não continham atividades, lista de exercícios, sendo que tinham “[...] as mesmas dimensões, mantêm as expressões em latim e grego, entre outros aspectos, e estão inseridos em diferentes momentos da educação nacional, perpetuando as edições de Franca entre 1918 e 1990, de Nery entre 1931 e 1934, e de Serrano apenas em 1944”.

Tanto as edições dos livros didáticos do Padre Leonel Franca quanto do Monsenhor Pedro de Castro Nery foram publicadas pela Companhia Editora Nacional, a principal gráfica que se beneficiou com a criação da CNLD, visto que foi a editora que mais teve livros aprovados. Hallewell (1985, p. 254), mostra que entre 1921 até a década de 1970 a Companhia Editora Nacional “[...] ocupou o primeiro lugar entre as firmas brasileiras dedicadas exclusivamente à edição de livros [...]. Na São Paulo de 1920 era a única firma dedicada unicamente à edição de livros [...]”.

Os compêndios didáticos produzidos por autores brasileiros e publicados por editoras brasileiras foram uma consequência direta da Revolução de 1930. Somente a partir de 1930 os livros produzidos no Brasil se tornaram mais baratos que os importados, devido principalmente a crise econômica de 1929 (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989).

Apesar das intenções de aumentar o controle sobre os conteúdos e metodologias do ensino secundário e dos desvios do processos de avaliação dos compêndios escolares a criação da Comissão Nacional do Livro Didático representou o início do processo de valorização e divulgação do conhecimento científico, da política do livro didático, aumentando gradativamente a inserção do material escolar no sistema de ensino público e privado.

Os oito compêndios escolares aprovados pela CNLD para área de Filosofia legitimaram a influência da Igreja Católica no processo de ensino e aprendizagem, os livros em sua maioria eram de autores ligados tanto ao movimento católico quanto ao da Escola Nova, como exemplo, as várias edições do compêndio “Noções de História da Filosofia”, do Padre Leonel Franca, que perdurou por várias décadas no sistema escolar brasileiro, até meados de 1990, gerando a manutenção do ideário jesuíta no Ensino de Filosofia. A partir da década de 1960, foram assinados diversos acordos visando a expansão da política nacional do livro didático e o governo brasileiro passou a financiar a distribuição dos livros.

4. A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED)

Durante o regime militar no Brasil (1964-1985) e da existência da Comissão Nacional do Livro Didático (1938-1969), o Ministério da Educação (MEC), em 06 de janeiro de 1967,

assinou um acordo (MEC/USAID) juntamente com a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Nacional (USAID) e o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) para aquisição de 51 milhões de livros para serem distribuídos de forma gratuita aos estudantes da rede pública de ensino.

Anteriormente, em 04 de outubro de 1966, foi instituída pelo Ministério da Educação por meio do Decreto n°. 59.355 a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), órgão responsável por “[...] incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, a edição o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos” (BRASIL, 1966). A Comissão foi criada para atender os seguintes objetivos:

Facilitar a distribuição e utilização de livros pela criação de bibliotecas escolares e pelo suprimento às já existentes, de um número adequado de livros selecionados pela COLTED. Promover, por contrato comercial com as editoras, em decorrência da maior e imediata demanda desses livros, e tendo em vista os termos do Decreto N° 59 355, substancial aumento no número de livros disponíveis nos níveis de ensino primário, médio e superior e sua distribuição oportuna e econômica, através da rede comercial. Promover a edição de livros didáticos nas matérias em que não haja publicações em Português, ou quando as disponíveis não atenderem aos requisitos de qualidade exigidos pelo ensino. Aperfeiçoar as técnicas da indústria editorial e gráfica e os sistemas usuais de distribuição de livros. Estimular os autores e ilustradores brasileiros de livros técnicos e didáticos. Difundir entre os três níveis de ensino os meios de aperfeiçoar técnicas didáticas, pelo melhor uso dos livros e dos materiais didáticos e científicos. (BRASIL, 1967).

Professores e críticos da educação do período denunciaram que o acordo MEC/USAID era na realidade um meio para o governo americano controlar o mercado de livro didático no Brasil e por conseguinte o controle ideológico do que era ensinado nas escolas (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989).

Romanelli (1986) aponta que mediante o acordo o Ministério da Educação e o Sindicato Nacional de Editores de Livros ficaram responsáveis apenas pela execução do programa, cabendo a USAID as questões técnicas de fabricação dos livros, elaboração, editoração, distribuição e orientação no processo de compra por parte das editoras brasileiras dos direitos autoras de livros estrangeiros, em sua maioria, livros norte-americanos. Em 1965 também foi assinado um acordo, MEC-CONTAP (Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso) – USAID, onde o órgão americano ficou responsável por fornecer assessorias técnicas para o planejamento do ensino secundário.

Segundo Hallewell (1985), o setor editorial foi um dos principais beneficiários do acordo MEC-USAID pois fortaleceu o comércio de livros didáticos, beneficiando desde os livreiros varejistas até mesmo os que fabricavam tinta para impressão.

A COLTED começou a funcionar em Março de 1967, tendo como objetivo a criação de Bibliotecas básicas em língua portuguesa nas escolas de nível primário, médio (criado pela Lei nº. 4.024, de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, englobando o ensino secundário, cursos técnicos e de formação de professores) e ainda no Ensino Superior. No total, durante a vigência do acordo, foram criadas cerca de 23.024 bibliotecas.

Foi nesse período, juntamente com os livros didáticos, também passaram a ser entregues manuais didáticos para os professores. Ainda foram implementados cursos e treinamento para os professores mostrando como utilizar os livros. No primeiro ano de funcionamento da COLTED foram entregues cerca de 2.563.175 livros para as Bibliotecas escolares. As duas primeiras etapas do programa da COLTED foram voltadas para a entrega de livros de leituras e livros didáticos.

O Programa da COLTED compreendeu na sua primeira etapa prioritariamente a distribuição de três categorias de livros: de leitura ou consulta básica, os livros de leitura complementar e suplementar e os livros de referência. Nesta primeira fase a COLTED utilizou a bibliografia existente em circulação no país. Na segunda etapa o Programa já se encontrava mais solidificado a partir dos anos de 1968 e 1969, e o foco passou a ser o setor do livro didático. Tal setor responsabilizava-se por verificar as necessidades para edição dos livros em colaboração com entidades oficiais e consultores especializados para o planejamento da aquisição de livros e atualização dos cadastros e catálogos referentes às editoras e aos autores nacionais. (KRAFZIK, 2006, p. 69).

Na segunda etapa do Programa da COLTED foi instituído o processo de avaliação dos novos livros didáticos que deveriam ser enviados as escolas. Na terceira etapa do programa constou a seleção dos livros e a fase de distribuição para os alunos e professores da rede pública de ensino, sendo que o processo de seleção e avaliação ocorreu no final do primeiro semestre de 1968, “[...] a edição dos livros em grandes tiragens aconteceu durante praticamente todo o segundo semestre do mesmo ano. A distribuição dos livros para o uso dos alunos e o último livro entregue ao destinatário estendeu-se até o ano de 1969” (KRAFZIK, 2006, p. 70).

A COLTED foi extinta em junho de 1971, tendo distribuído para o nível médio, durante a primeira e segunda etapa do seu plano de ação, cerca de 765.500 livros para o Ginásial e 226.000 para o Colegial. Cerca de 107.539 foram entregues no Estado de Goiás (atuais Goiás e Tocantins). A COLTED desempenhou durante o período da ditadura militar no Brasil as mesmas funções que a CNLD teve no período do Estado Novo (KRAFZIK, 2006).

Com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, a disciplina de Filosofia perdeu o status de obrigatória na grade curricular da União, passando a se tornar no sistema Federal de Ensino uma disciplina complementar. O Conselho Federal de Educação definiu que somente as disciplinas de Português, Matemática, Geografia,

História e Ciências seriam obrigatórias no ensino secundário, cabendo aos Conselhos Estaduais de Educação escolher as disciplinas optativas e complementares que deveriam constar na grande curricular de suas escolas.

Cartolano (1985) analisando o período da retirada da disciplina de Filosofia dos currículos das escolas mantidas pela União e pelos Estados mostra que isso ocorreu visando atender os diversos interesses dos grupos dominantes que controlavam o poder Estatal.

A expansão econômica impulsionada pela penetração do capital estrangeiro e sua proteção pelo governo militar, a segurança nacional como princípio norteador da política interna e externa do país, e a ajuda externa ao desenvolvimento econômico, por meio de investimentos na educação, todos esses fatores contribuíram para a extinção, paulatina, da filosofia (dentre as humanidades) do currículo da escola secundária. Os acordos MEC-USAID, com a intenção manifesta de ‘ajudar’ a expansão do ensino, a fim de atender ao aumento da demanda social da educação, de melhorar a ‘qualidade do ensino’ denunciada pela crise que se instaurou logo após 1964, na realidade, o que pretendiam era a imposição dos valores culturais norte-americanos, personificados num modelo ‘ideal’ de educação para o Brasil. (CARTOLANO, 1985, p. 71).

A disciplina de Filosofia passou então a ser vista como uma questão de segurança nacional, pois ao não se enquadrar nos mecanismos do governo militar para o controle político-ideológico do sistema educacional e no modelo tecnicista que as escolas deveriam seguir, foi sendo retirada do currículo das escolas públicas por meio de regulamentações institucionais, como Leis, decretos e pareceres dos conselhos Federais e Estaduais de Educação.

Cartolano (1985, p. 74) diz que apesar da disciplina de Filosofia ter sido tratada durante o período da Ditadura Militar como uma ameaça ao poder da época, pois poderia formar indivíduos que refletissem sobre os reais problemas da sociedade, contribuindo para um pensamento crítico e transformador, era na realidade “[...] um ensino da filosofia que em geral tivemos no transcorrer de toda nossa história da educação: um ensino centrado em conteúdos acadêmicos e enciclopédicos que primavam por cindir a teoria da prática social”.

A partir de 1961, a disciplina de Filosofia passou a figurar hora como complementar nos currículos escolares e mais tarde, pela lei n.º 7.044 de 1982, se tornou optativa, sendo assim, ficou a cargo dos Estados definirem a sua implementação no Ensino Médio, o que impactou na produção de livros didáticos para área de Filosofia, uma vez que não havia uma demanda para produção dos manuais, compêndios ou livros de Filosofia.

Apenas na primeira década do século XXI, por meio do decreto Lei n.º 11.684 de junho de 2008, a disciplina de Filosofia voltou a ser obrigatória em todas as escolas de nível médio. Mesmo com a política educacional mantida após 1961 restringindo a presença da

disciplina de Filosofia, ainda foram publicados alguns manuais e livros didáticos para área entre os anos de 1961 até 2000, sendo eles:

QUADRO 12: Manuais e Livros didáticos para área de Filosofia publicados de 1961 a 2000

| TÍTULO | ANO/EDITORA | AUTOR | CATEGORIA |
|---|---|--|---|
| Introdução ao estudo de Filosofia | 1967/ Ática | Teles, Antônio Xavier | Manual. Colegial |
| Obras básicas: fundamentos do pensamento moderno | 1969/ Gráfica Editora Livro | Downs, Robert B. | Manual. Secundário/ <i>Livro distribuído pela COLTED.</i> |
| Filosofia: curso anglo latino | 1971/Anglo Vestibulares | Anglo | Curso vestibular |
| História da Filosofia | 1972/melhoramentos | Padovani, Umberto; Castanhola, Luiz. | Manual. Colegial |
| Trabalho dirigido de filosofia: 2º grau | 1977/Saraiva | Parisi, Mário; Cotrim, Gilberto | Manual. IIº grau |
| A Filosofia e sua evolução: pequena história do pensamento humano | 1979/: Dag Gráfica | Lobo, R. Haddock | Manual. Colegial |
| Primeira filosofia: lições introdutórias: sugestões para o ensino básico de filosofia | 1984/Ed. Brasiliense | Chauí, Marilena e outros | Manual. Colegial |
| Filosofia Básica | 1986/ Editora Atual | Neto, Henrique N. | Manual. Colegial |
| Curso de filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação | 1986/: Jorge Zahar; Editora Brasil-América (EBAL) | Rezende, Antonio | Manual. IIº Grau |
| Filosofando: introdução à filosofia | 1986/ Moderna; Hamburg | Aranha, Maria Lúcia de Arruda; Martins, Maria Helena Pires | Manual. IIº Grau |
| Filosofia: iniciação à investigação filosófica | 1992/Atual | Cunha, José Auri | Manual. Colegial |
| Filosofia: manual do aluno | 1993/ | Colégio Pedro II | Manual. IIº Grau |
| Filosofia | 1994/ Cortez | Severino, Antônio Joaquim | Manual. IIº Grau |
| Elementos de filosofia I: introdução geral à filosofia | 1994/AGIR | Maritain, Jacques | Manual. IIº Grau |
| Convite à filosofia | 1994/ Ática; W. Roth | Chauí, Marilena. | Manual. IIº Grau |

| | | | |
|--|--------------------------------------|--|------------------------------|
| Fundamentos da filosofia: ser, saber e fazer | 1995/Saraiva | Cotrim, Gilberto | Manual. IIº Grau |
| Para filosofar | 1995/ Scipione; Prol Editora Gráfica | Cordi, Cassiano | Livro do Professor. IIº Grau |
| Um outro olhar: Filosofia | 1995/FTD | Souza, Sonia Maria Ribeiro | Manual. IIº Grau |
| Filosofia para jovens: uma iniciação à filosofia | 1996/VOZES | Teles, Maria Luiza Silveira | Manual, IIº GRAU |
| Temas de filosofia | 1996/ Moderna; Lis Gráfica e Editora | Aranha, Maria Lúcia de Arruda; Martins, Maria Helena Pires | Manual. IIº Grau |
| Vivendo a filosofia: filosofia antiga | 1998/ Minden | Chalita, Gabriel | Manual. IIº Grau |
| Curso de Filosofia | 1998/Agir | Jolivet, Régis | Manual. IIº Grau |

Fonte: Elaboração própria com base no Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros – LIVRES e no trabalho de Grisotto (2012).

A disciplina de Filosofia passou a figurar como complementar ou optativo nos últimos 40 anos do século XX, os livros aqui listados foram utilizados apenas em algumas escolas que continuaram ofertando a disciplina em sua grade curricular. Esses manuais escolares foram mais utilizados em cursos preparatórios para as Faculdades de Direito e Filosofia.

Mediante o processo de expansão das escolas visando atender a demanda pelo Ensino, da necessidade de formação técnica para o aumento da produção industrial-capitalista, do processo de institucionalização da escolha dos livros didático e de escolha dos conhecimentos válidos para escolarização, o livro didático no Brasil passou a ser a mercadoria mais lucrativa para o setor gráfico e editorial, integrando o livro didático a lógica do mercado.

Desta forma, além de ser um objeto com valores culturais e educacionais, o livro didático se tornou uma ferramenta que possibilitou atender os interesses de controle político-ideológico dos diferentes grupos que influenciavam as políticas educacionais.

O papel do livro didático na vida escolar pode ser de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado. É necessário enfatizar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. Os usos que os professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo [...]. Assim, mesmo considerando que o livro escolar se caracteriza pelo texto impositivo e diretivo acompanhado de exercícios

prescritivos, existem e existiram formas diversas de uso nas quais a atuação do professor é fundamental. (BITTENCOURT, 1998, p. 73-74).

O livro didático no Brasil, a partir da década de 1960, consolidou-se como um instrumento privilegiado de comunicação e formação, tanto pelo Estado, que passou a financiar a aquisição do livro didático, do professor do sistema público de ensino que se tornou o responsável por escolher qual o melhor livro para o processo de escolarização, quanto para o aluno que teve no livro didático a sistematização dos conteúdos curriculares. Desta forma, o livro didático se consolidou como um instrumento multifacetado buscando atender os interesses dos diversos personagens envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO III

O LIVRO DIDÁTICO COMO MERCADORIA E O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

1. Indústria Cultural e produção de livros didáticos para área de Filosofia

O objetivo desse capítulo é analisar o livro didático a partir de elementos como a fabricação e a comercialização, ou seja, como mercadoria. Vale ressaltar que o conceito de livro escolar é recente na História da Educação e que tal objeto é apresentado por uma variedade de denominações em diferentes países.

Existe uma série de termos, o mais frequentemente retirado da minuta dos títulos, que remete à matéria em que a obra é conhecida. Alguns fazem referência a sua organização interna, especialmente quando se referem a um conjunto de textos (português *antologia*; italiano *florilegio*; francês *recueil, jardin*; etc.); outros designam sua função sintética (espanhol *compendio*; português *compêndio*; francês *précis, abrégé, tableau; feroïen samandrátur - de saman*, conjunto; italiano *ristretto*; etc.) ou seu papel diretivo (espanhol *guía*; lituâneo *vadovelis -de vadov*, guia; alemão *Hilfsbuch*; francês *mentor*; etc.); outros ainda evocam o método de aprendizagem que trabalham (inglês *method*; francês *cours*; etc.), o mais comum é caracterizar positivamente no título das obras (*fácil, rápido, completo, novo, etc.*), a alternância de questões e de respostas (francês *catéchisme*; sueco *katekes*; espanhol *catecismo*; italiano *dialoghi*; etc.), ou a exposição organizada, do simples ao complexo que é mais freqüente (francês *rudiments*; espanhol *nociones*; inglês *elements*; etc.). (CHOPPIN, 2009, p. 15-16).

A despeito da conceituação, conforme Apple (1995, p. 86), desde que começou a ser produzido industrialmente, os livros didáticos se tornaram mais um dos produtos mercantis, mesmo sendo “[...] produzidos com propósitos acadêmicos ou humanísticos, mas acima de tudo, sua função principal foi a de manter e sustentar seus produtores”.

O livro didático como um dos principais materiais para o processo de ensino e aprendizagem se encontra cerceado por diversos mecanismos de controle, tanto ideológico, quanto formas de regulamentação, avaliação e processos de produção e distribuição (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989).

No Brasil, a partir da década de 1960, com as pressões das camadas populares para ingresso na escola, da conseqüente expansão das vagas no sistema de ensino, da criação das políticas públicas para controle, institucionalização e distribuição dos livros didáticos, iniciadas em 1938, os livros didáticos passaram a ser produzidos e distribuídos em uma maior escala, tanto para atender os objetivos das políticas educacionais quanto para alavancar os lucros das editoras. Esse processo propiciou a legitimação do livro didático como objeto oficial para transmissão das práticas e conhecimentos considerados válidos pelo governo e pelas classes dominantes, se tornando “[...] uma mercadoria produzida pela indústria cultural, assumindo,

assim, todas as características dos produtos dessa indústria” (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989, p. 60).

Apple (1995, p. 82) mostra que, apesar do livro didático ser um objeto parcialmente libertador ao fornecer o conhecimento necessário para o processo de ensino, ele se tornou na realidade um mecanismo de controle, visto que poucas escolhas são deixadas a cargo do professor, “[...] medida que o estado controla cada vez mais os tipos de conhecimento que devem ser ensinados, os resultados e objetivos desse ensino e a maneira segundo a qual este dever ser conduzido”.

Segundo Marx (1980, p. 41), a mercadoria é um objeto externo que “[...] por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza”. Partindo desse princípio, o livro didático surgiu como um objeto, mercadoria, oficial para transmissão dos conhecimentos considerados legítimos. O livro didático, como produto do trabalho humano convertido em mercadoria com valor de troca e de uso, que satisfaz as necessidades educacionais de transmissão dos conhecimentos culturais acumulados, está subordinado tanto aos interesses do mercado Editorial quanto das políticas educacionais.

O livro didático é, antes de tudo, *uma mercadoria*, um produto do mundo de edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores. É importante destacar que o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor. (BITTENCOURT, 1998, p. 71, grifo do autor).

No processo de fabricação, distribuição, comercialização, avaliação e uso dos livros didáticos estão envolvidas diversas empresas e pessoas (muito além de professores e alunos) que inserem o livro em um processo de produção industrial-capitalista e o condicionam por meio de razões econômicas (mercado), técnicas (governo) e ideológicas (classes sociais). Segundo Freitag, Motta e Costa (1989, p. 63), o livro didático como objeto do mercado capitalista “[...] tem valor de uso e valor de troca. Seu valor de uso se realiza nas mãos do professor desqualificado e da criança frustrada do verdadeiro aprendizado, como valor de troca, o livro didático enriquece editores e burocratas”.

A partir de 1960, o Estado brasileiro passou a ser o principal financiador da produção dos livros didáticos, tanto no início do planejamento do livro, por meio de normas e regulamentos, quanto na parte final do processo produtivo, sendo o responsável pela compra e distribuição (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989).

Década após década, as editoras conseguiram se adaptar as exigências dos órgãos do Estado brasileiro que controlam a política do livro didático, padronizando os livros conforme as alterações curriculares e ideologias de novos governos, conseguindo a cada ciclo de compra e distribuição do material, manter suas margens de lucro, independentemente do tipo de governo, autoritário, militar, democrático, que estiver financiando o programa educacional.

O Estado brasileiro, mediante os Parâmetros Curriculares Nacionais, reconheceu a centralidade que o livro didático assume no sistema de ensino, principalmente em ambientes escolares precários.

O ambiente da sala de aula, o número excessivo de alunos por sala, a quantidade de classes assumidas pelos professores e os controles administrativos exigidos no espaço escolar contribuem para a escolha de práticas educacionais que se adaptem à diversidade de situações enfrentadas pelos docentes. Geralmente, isso significa a adoção ou a aceitação de um livro, um manual ou uma apostila, como únicos materiais didáticos utilizados para o ensino. Muitas vezes, tal escolha implica a transferência parcial ou integral, para o autor do material e editores responsáveis, da definição dos objetivos, abordagens, conteúdos, métodos e recursos didáticos trabalhados nas salas de aula. Tais materiais já foram organizados com a preocupação de que textos, exercícios e questionários garantam uma educação eficiente, independentemente das situações reais, diversificadas e concretas dos professores, alunos, escolas e realidades sociais. (BRASIL, 1998, p. 79).

Em redes com sistemas precários de ensino onde a transferência parcial ou integral *do que e como ensinar* é levada para o livro didático, ocorre a intensificação do controle que o Estado tem sobre o ensino.

Os livros, os manuais e apostilas são bem aceitos no sistema educacional brasileiro. Atendem a expectativas e concretizam modelos, concordâncias e aceitações por parte de um grande número de agentes sociais e institucionais. Para o Estado e algumas escolas particulares, representam um instrumento de controle do sistema escolar, a garantia de uma certa qualidade de ensino e a difusão de valores. Para o professor, asseguram um modelo de prática, segurança no processo de desenvolvimento do trabalho e eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas ou currículos. Para as famílias, expressam um sinal de qualidade da educação. E para a indústria editorial garantem mercado certo e seguro. (BRASIL, 1998, p. 79).

As políticas do livro didático, mediante os processos de avaliação, foram meios para que o Estado passasse a intensificar o controle sobre o sistema de ensino e, por ser um Estado de base capitalista, financiasse o mercado Editorial, garantindo o lucro dos empresários e assumindo até mesmo o processo de *marketing* e distribuição dos livros, pois a cada ciclo de avaliação distribui às escolas um cardápio com resumo sobre os livros aprovados e a partir da definição, por parte dos professores, de quais irão utilizar nas aulas, financia a distribuição e armazenamento do material escolar, um excelente negócio para o mercado livreiro.

Munakata (2012, p. 61) mostra que atualmente a relação entre o Estado brasileiro e o mercado de livros didáticos é “[...] mediada pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), criado em 1985, pelo qual o governo compra os livros solicitados pelos professores para serem distribuídos a todos os alunos das escolas públicas”. O Programa, criado pelo Ministério da Educação a partir do período de redemocratização do país, é o responsável pelas etapas de planejamento até a compra e distribuição dos livros didáticos para os alunos das escolas públicas, tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio.

2. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Criado em 1985 a partir do Decreto nº. 91.542, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) surgiu como uma nova proposta visando a distribuição de livros escolares para estudantes da educação básica. Iniciado no período da Nova República, o PNLD foi lançado no processo de expansão da educação no momento democrático e como uma ferramenta para desvincular o novo governo das políticas do livro didático adotadas no período da Ditadura Militar.

Os livros didáticos entregues durante o regime militar eram em sua maioria de má qualidade e descartáveis, produzidos para uma duração de 8 meses de uso nas escolas, com exercícios que deveriam ser preenchidos no próprio livro, impossibilitando a reutilização em outras séries ou ano letivo (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989).

O PNLD, inicialmente, definiu como requisito para execução do programa a adoção de livros reutilizáveis. Cassiano (2012) afirma que a criação do PNLD, dentro de uma política de assistência ao aluno carente revolucionou o mercado de livros didáticos no Brasil, tornando-se o maior programa mundial de compra e distribuição de livros, despertando o interesse de diversos grupos estrangeiros no mercado editorial brasileiro, uma vez que o Estado passou a comprar cerca de 70% da produção dos livros didáticos.

Em 1996, o Ministério da Educação implementou o processo de avaliação dos livros didáticos que deveriam ser adquiridos via PNLD. Foram criadas comissões para avaliações dos livros e posterior apresentação dos resultados por meio de “Guias de Livros Didáticos”, que, desde então, são distribuídos às escolas e aos professores para que possam escolher, entre os livros previamente autorizados pelo Programa Nacional do Livro Didático, os que serão utilizados durante as aulas.

Em 2003, como ampliação do PNLD, foi criado, por meio da Resolução nº. 38, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM), com distribuição gratuita de livros didático para todos os alunos dos três anos do Ensino Médio.

No Brasil, no período compreendido entre as décadas de 1970 a 2000, a concentração era uma realidade do mercado de didáticos, porém se caracterizava basicamente por ser composta por grandes editoras de cunho familiar, salvo raras exceções, sendo a história desse grupo de editoras atrelada à história dos homens que as criaram. No início do século XXI há uma reconfiguração desse mercado, tanto pela entrada das multinacionais espanholas como pela entrada de grandes grupos nacionais no segmento, além da formação de outros – por meio da incorporação das menores editoras pelas maiores. (CASSIANO, 2007, p. 3).

Gimeno Sacristán (1995) afirma que os editores tem um duplo papel no mercado de livros, sendo de empresários e agentes culturais, porém, a concentração de capital se torna o fator principal, privilegiando o lado empresarial e o lucro em detrimento da qualidade da educação. Afirma ainda que os conteúdos dos livros didáticos são uma elaboração intermediária entre as prescrições curriculares e o que realmente é ensinado na sala de aula.

Cassiano (2007) mostra que da criação do Programa Nacional do Livro Didático até o ano de 2006, cerca de sete editoras, sendo elas, Ática, Scipione, FTD, Saraiva, Brasil, IBEP e Nacional, eram responsáveis por cerca de mais de 80% de todos os livros didáticos adquiridos pelo PNLD. De 1994 a 2005, o governo federal, via PNLD, comprou cerca de 1, 026 bilhões de livros didáticos para serem distribuídos as escolas públicas, desembolsando cerca de R\$ 3,8 bilhões de reais, dinheiro concentrado quase exclusivamente nas sete principais editoras.

Com a promulgação da Lei nº. 11.684 em junho de 2008, alterando o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1993), o Brasil em um período democrático, são reincluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.

A partir de 2012, foi destinado pela primeira vez as escolas de Ensino Médio o guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a área de Filosofia. A importância desta escolha inicial de livros para o ensino de Filosofia “[...] reside fundamentalmente na falta de uma tradição anterior consolidada de livros didáticos da área” (BRASIL, 2011, p. 9). Visto que a disciplina, desde o período da Ditadura Militar, estava fora do currículo das escolas públicas.

Ainda que estas leis e parâmetros constituam um importante e recente avanço no sentido de garantir a presença da filosofia na Educação Básica, a comunidade filosófica nacional começou imediatamente a perceber que o caráter transversal dos conteúdos filosóficos excluía, de fato, dois protagonistas essenciais, sem os quais o ensino de filosofia não poderia acontecer e encontrar seu lugar no interior da oferta didática, cada dia mais ampla e complexa, do currículo do ensino médio: o professor e o livro. Na prática escolar, de fato, acontecia normalmente que era o professor de outras disciplinas (‘afins’) a desenvolver estes conteúdos transversais; e isso a partir

de uma oferta didática não organizada, isto é, sem um livro que o auxiliasse neste sentido. (BRASIL, 2011, p. 7-8).

A partir de 2008, com a reinserção da disciplina de Filosofia no currículo do Ensino Médio o governo federal investiu no aumento do número de vagas nos cursos de Licenciatura para formação de novos professores para a área de Filosofia. Com a distribuição de livros didáticos mediante o PNLD de 2012, o processo de ensino e aprendizagem da disciplina passou a ser subsidiado por livros previamente autorizados pelo governo.

[...] Brasil chegou ao século XXI com uma diversidade e organização acadêmica sem precedentes em nossa história. Em primeiro lugar, consolidou-se e ampliou-se a Pós-Graduação em Filosofia em todo o país. Houve a criação de 24 novos mestrados (140% de crescimento) e 15 novos doutorados (200% de crescimento) de 1998 a 2014. No rastro da consolidação e ampliação dos cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em Filosofia, ampliou-se a oferta de cursos *lato sensu* (especialização) em Ensino de Filosofia no Ensino Médio em diferentes instituições de Ensino Superior, respondendo a uma demanda crescente por qualificação tanto de docentes licenciados em Filosofia quanto de docentes que atuam no ensino de Filosofia, mas não possuem a Licenciatura na área. Nesse sentido, um passo importante se deu em 2017, quando se iniciou o Mestrado Profissionalizante em Filosofia (PROFFILO), o qual já está presente em 17 instituições de ensino superior. As consequências dessas iniciativas serão sentidas em breve tanto no ensino quanto na produção de material didático de Filosofia. (CORNELLI et al, 2019, p. 11).

As políticas públicas voltadas para reinserção da Filosofia no Ensino Médio provocaram também a necessidade de formação e qualificação dos professores para a disciplina, em nível de Graduação e Pós-Graduação, meios que podem melhorar tanto o ensino quanto os materiais didáticos da área.

Grisotto (2012) publicou uma pesquisa mostrando os manuais direcionados para o ensino de Filosofia que foram publicados até o ano de 2007, anterior a reinserção da disciplina no currículo escolar. Dos livros listados por Grisotto, temos os seguintes que não foram apresentados nos capítulos anteriores:

QUADRO 13: Manuais para o Ensino de Filosofia até 2007

| Título | Autor | Editora | Edição/Ano |
|---|--------------------------------------|----------------|-------------------|
| Aprendendo Filosofia | César Aparecido Nunes | Papirus | 2ª ed./ 2001 |
| História da Filosofia | Bryan Magee | Loyola. | 3ª ed./2001 |
| Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar | Cipriano C. Luckesi | Cortez | 4ª ed./2002 |
| Pensando melhor: iniciação ao filosofar | Angélica Sátiro e Ana Miriam Wuensch | Saraiva | 4ª ed./2003. |

| | | | |
|---|--|---|--------------|
| Ética e Cidadania: caminhos da Filosofia | Sílvio Gallo | Papirus | 11° ed./2003 |
| Filosofia (Série Novo Ensino Médio) | Marilena Chuí | Ática | 1ª ed./2004 |
| Explicando a Filosofia com Arte | Charles Feitosa | Ediouro | 2004 |
| Pensando para viver: alguns caminhos da Filosofia | Mauri Luiz Heerdt | Sophos | 5ª ed./2005 |
| Construindo Ética e Cidadania todos os dias: reflexões sobre temas filosóficos | Mauri Luiz Heerdt | Sophos | 5ª ed./2005 |
| O Livro Completo de Filosofia: entenda os conceitos básicos dos grandes pensadores: de Sócrates a Sartre. | James Mannion | Madras | 2005 |
| Filosofia: Ensino Médio | Marilena Chuí | Ática | 2005 |
| Eureka: construindo cidadãos reflexivos | José Roberto Garcia e Valdecir da Conceição Veloso | Sophos | 2006 |
| Filosofia | Vários autores | Livro Didático público produzido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (Projeto Folhas ⁴) | 2° ed./2006 |
| Antologia de Textos Filosóficos | Jairo Marçal (org) | Livro público produzido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (Projeto Folhas) | 2009 |

Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos de Grisotto (2012), Santana, Rossini e Pretto (2012).

Na aquisição de livros para serem distribuídos no período letivo de 2012 foram comprados cerca de 79.565.006 livros didáticos das disciplinas de Português, Matemática, Física, Biologia, Geografia, História, Química, Espanhol, Inglês, Filosofia e Sociologia, beneficiando cerca de 7.981.590 de alunos, de 18.862 escolas, pelo investimento total de R\$ 720.629.200,00 de reais. Os livros adquiridos para a disciplina de Filosofia, sendo eles, (a)

⁴ O Projeto Folhas, executado entre os anos de 2003-2010 no Estado do Paraná, foi um dos primeiros no Brasil a distribuir livros e materiais didáticos para os alunos da rede Estadual de Ensino mediante programas de Recursos Educacionais Abertos (REA). Em 2006 distribuiu para as escolas da rede de ensino do Paraná livros didáticos públicos para as disciplinas escolares (SANTANA; ROSSINI; PRETTO, 2012).

“Iniciação à Filosofia”, Editora Ática, foram comprados 1.074.713 exemplares pelo valor unitário de R\$ 8,13; (b) “Filosofando: Introdução à Filosofia”, Editora Moderna, foram adquiridos 1.719.221 exemplares pelo valor de R\$ 10,23 e (c) “Fundamentos de Filosofia”, Editora Saraiva, comprados 992.968 exemplares pelo valor de R\$ 8,05.

Segundo Hutner (2012), mediante o Projeto Folhas, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, os professores da rede estadual de educação elaboraram de forma colaborativa os livros didáticos para todas as disciplinas do Ensino Médio, distribuídos para mais de 450 mil alunos, com custo unitário de cerca de R\$ 2,50 reais.

[...] do ponto de vista econômico, ele representa um avanço, pois, calculando-se o custo de impressão, do afastamento dos professores durante seis meses para produzir o material, o processo de consultoria e editoração, cada exemplar saía, em média, por R\$ 2,50, certamente bem abaixo do mercado e dos valores com que trabalha o Plano Nacional do Livro Didático. A grande quantidade de livros produzidos, o custo quase zero dos autores e a ausência de vínculo com editoras permitiu essa boa condição de custo. Ele simplesmente respeita o conceito de ‘público’: se todo o investimento parte da esfera pública, ou seja, com recursos de impostos e arrecadações, é inconcebível e inaceitável o cerceamento do material produzido. Fizemos questão de colocar no livro a seguinte frase: ‘Este livro é público e está autorizada a reprodução parcial ou total’ (HUTNER, 2012, p. 237)

Livros Didáticos produzidos a partir do modelo de Recursos Educacionais Abertos (REA) são produtos que objetivam expandir o acesso ao conhecimento, uma forma de democratizar os conteúdos escolares produzidos de forma compartilhada principalmente por professores das redes de ensino. Os recursos educacionais abertos como ferramentas pertencentes as tecnologias de informação e comunicação (TIC) favorecem o fim específico de expandir o acesso ao conhecimento.

Os REA são materiais, métodos de pesquisa, registros de práticas pedagógicas, com licença aberta e produzidos para o processo de ensino e aprendizagem sendo um caminho alternativo para elaboração e distribuição de livros didáticos na Educação Básica. (FERREIRA; CARVALHO, 2018).

Os livros didáticos produzidos pelos professores da rede estadual de ensino do Paraná mediante o Projeto Folhas foram liberados de forma gratuita no endereço *Web* do projeto com código de licença aberta, sendo possível que professores de diversos municípios do Estado do Paraná pudessem editar e utilizar os livros mediante as diversas necessidades e diferenças regionais de cada escola.

Com a publicação dos materiais de ensino, livros, atividades, videoaulas, antologia de textos, com licença aberta, possibilitou também que professores, alunos e pais de todas as

regiões do Brasil tivessem acesso aos conteúdos escolares produzidos, podendo editá-los e adaptá-los às diferentes necessidades de ensino.

O Programa Nacional do Livro Didático trouxe grandes avanços para a política educacional e principalmente na tarefa de distribuir livros didáticos para todos os estudantes da educação básica. O Programa Nacional do Livro Didático é uma política que favorece o fim específico de distribuição de material de ensino, todavia, não é o único meio existente e nem o que melhor aproveita a utilização dos recursos públicos.

Os livros didáticos distribuídos via PNLD apresentam características de não poderem ser editados pelos professores que os utilizam em sala de aula, acarretando um conteúdo engessado que é distribuído para todas as regiões do país, dificultando a adaptação dos conteúdos para as diversas diferenças regionais. Apesar de alguns livros distribuídos via PNLD contarem com versões digitais, eles, por não terem código de licença aberta, não podem ser editados pelos professores e alunos que os utilizam.

Apesar de bem formulado e implementado, na medida em que regulariza e universaliza a oferta de livros didáticos para as escolas públicas, o PNLD apresenta uma fragilidade estrutural. As duas fases do processo de produção do livro são tratadas de forma conjunta pelo programa: a elaboração do conteúdo e a produção industrial do livro. Essa estrutura é sustentada pela política de direitos autorais, garantindo que o conteúdo produzido para os livros didáticos adquiridos pelo PNLD seja de propriedade das editoras que os comercializam. Essa fragilidade do PNLD produz uma série de efeitos negativos sobre o próprio programa, com consequências para o mercado e para o acesso ao material didático. Do ponto de vista da sua gestão, provoca o aumento dos custos de distribuição, a redução do poder de negociação do governo e o aumento do preço pago pelos livros. Além disso, perpetua muitos problemas do mercado editorial, tais como a concentração empresarial e a baixa remuneração dos autores. (ROSSINI; GONZALES, 2012, p. 45)

Outro problema aparente nos livros didáticos distribuídos via PNLD consiste no período necessário para atualização dos conteúdos escolares, enquanto nos livros produzidos mediante a ferramenta de recursos educacionais abertos apresenta a vantagem de poder ser reescrito e disponibilizado para utilização assim que um novo conhecimento e resultados de pesquisas são publicados, os livros didáticos via PNLD são trocados a cada 3 anos.

A associação das fases de elaboração do conteúdo e de produção industrial do livro pelo PNLD também acaba reproduzindo a estrutura tradicional da indústria do livro, na qual as editoras preponderam sobre os autores. Isso é evidenciado pela exigência de que o sujeito que se inscreve no edital deve ser ao mesmo tempo o titular do direito autoral e o responsável pela produção e impressão dos livros, dentro dos parâmetros de qualidade e na quantidade exigida pelo governo, pela realização, em um mesmo processo, da análise pedagógica (ligada ao conteúdo) e da análise dos critérios físicos e técnicos (ligada à impressão) dos livros didáticos, e pela compra apenas do substrato físico e não dos direitos autorais das obras. Com essas exigências, os autores não conseguem inscrever suas obras diretamente no programa sem a intermediação das

editoras, já que, como pessoas físicas, não têm a capacidade de editar e imprimir os livros. Por sua vez, esse também acaba sendo um problema para o governo. Ao não adquirir o direito autoral, e ao permitir que o conteúdo dos livros didáticos comprados pelo Programa continue sendo propriedade das editoras que os comercializam, torna-se impossível fazer outros usos (como cópias, digitalização e disponibilização pela internet) das obras compradas com dinheiro público. A reprodução dessa estrutura faz menos sentido no caso do mercado de didáticos, em que o Estado possui um papel preponderante, dado o volume de compras. (ROSSINI; GONZALES, 2012, p. 47)

Desta forma, o Programa Nacional do Livro didático se consolidou como uma importante política educacional de universalização de acesso aos livros didáticos, mas que precisa ser reestruturado pensando nas outras possibilidades de produção, elaboração e distribuição de livros didáticos para a Educação Básica. Os programas de política pública pautados na criação e disponibilização de livros e materiais didáticos elaborados como Recursos Educacionais Abertos (REA) aparecem como uma importante alternativa a atual política do livro didático, podendo tanto melhorar os conteúdos escolares quanto os custos para democratização dos materiais de ensino e aprendizagem.

3. Política do Livro Didático: PNLDs para área de Filosofia 2012, 2015, 2018

Como política pública mantida pelo Ministério da Educação, vinculado à Secretaria de Educação Básica e subsidiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Nacional do Livro Didático para área de Filosofia lançou em 2011 o Guia PNLD 2012 com os primeiros livros aprovados para o ensino da disciplina nas escolas de nível médio (antigo ensino secundário, agora com duração de 3 anos).

Com a reinserção da Filosofia na etapa final da educação básica o Brasil passou a ser um dos “[...] países com maior presença do Ensino de Filosofia na formação geral de seus educandos: são mais de 9 milhões de alunos por ano a ser expostos à filosofia. Um número certamente invejável por parte de qualquer país ocidental” (BRASIL, 2011, p. 8). Desta forma, ficou claro ao governo vigente à época, a necessidade de investir e controlar os materiais didáticos necessários para o processo de aprendizagem da disciplina, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º. 9.394/96), deveria contribuir para formação crítica dos estudantes com os conteúdos necessários para o “exercício da cidadania”.

Saltou aos olhos também das editoras que já vinham vendendo livros para outras disciplinas inseridas no PNLD um nicho maior de alunos que obrigatoriamente frequentavam as aulas de Filosofia e Sociologia e, a partir de 2012, passaram a contar com livros didáticos distribuídos pelo governo.

O livro didático de filosofia é, de fato, um elemento que desempenha um lugar central no debate sobre a identidade do ensino de filosofia. Mais do que simples suporte ao trabalho docente nos mais diversos contextos e regiões do país, o livro didático se torna roteiro de trabalho, material de apoio, interlocutor do docente na sua concepção das práticas de ensino de filosofia. Através dele o professor debate com os especialistas a atividade de docência em filosofia, sustenta histórica e teoricamente sua atuação em sala de aula, recebe materiais de apoio e textos, encontra alternativas de abordagem dos temas e dos roteiros de cursos. (BRASIL, 2011, p. 8-9).

Para muitos dos alunos do Ensino Médio que frequentam as aulas de Filosofia, o manual é o único livro sobre Filosofia que terão acesso durante toda a sua vida, e ainda, em diversas escolas brasileiras, o livro didático de Filosofia é o único material de ensino que o professor tem disponível (CASSIANO, 2007).

Segundo Cornelli et al (2019, p. 12), o PNLD para área de Filosofia “[...] trata-se do maior processo de avaliação, aquisição e distribuição de material didático em Filosofia do mundo”. Por sua dimensão e influência cultural, tal programa precisa sempre passar por uma análise e crítica, visto que abrange vários setores, desde a gestão governamental, mercado Editorial, verba pública, política educacional, professores e principalmente estudantes adolescentes, menores de idade, que estão em uma etapa de formação da consciência e personalidade, sendo influenciados por diversos contatos sociais, familiar, Estado, mídia, Escola, professores e livros didáticos ou não didáticos.

A avaliação dos livros didáticos para Ensino de Filosofia no PNLD 2012, buscando evitar textos que contivessem uma abordagem dogmática ou que privilegiasse uma determinada visão de mundo, foi pautada partindo do critério da História da Filosofia, pois, segundo a comissão de avaliação, a Filosofia se alimenta de sua própria história.

Para a comissão de avaliação dos livros de Filosofia, que ficou sob a responsabilidade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), para o ensino da disciplina “[...] uma sólida formação em História da Filosofia tem papel central, pois ela permite ao aluno entrar em contato com posições, questionamentos e problemas rigorosamente formulados, que são, no mais das vezes, por paradoxal que isso possa parecer, conflitantes entre si”. (BRASIL, 2011, p. 10).

Não é uma exclusividade do retorno da Filosofia na Educação Básica buscar que o ensino seja executado a partir da História da Filosofia. O que a avaliação do PNLD 2012 trouxe de novo foi a especificação de que o ensino não fosse pautado por dogmas ou vieses ideológicos, que impossibilitaria “[...] o contato efetivo do aluno com a multiplicidade do debate filosófico” (BRASIL, 2011, p. 10).

Cientes da ação formadora que os livros didáticos exercem, os pareceristas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) têm dedicado atenção especial ao manual do professor. Este critério tem sido um ponto comum em todas as edições do

Programa. Nas edições 2005, 2008 e 2011, por exemplo, no Guia do Livro Didático afirmava-se que o manual do professor não deve se restringir à mera apresentação de respostas prontas aos exercícios formulados na coleção. Os manuais devem apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos da obra e servir como uma ferramenta auxiliar à reflexão e prática docentes. Se o livro didático já é um instrumento de destaque excessivo no cotidiano das salas de aula, credita-se a ele também responsabilidades adicionais como a de formação do professor. (SILVA, 2012, p. 807).

Foram distribuídos também, a partir de 2012, juntamente com os livros didáticos de Filosofia para os alunos, os manuais para os Professores. Manuais esses que foram feitos pelas Editoras com vistas a auxiliar o professor durante a elaboração e execução das aulas, objeto que ajuda principalmente os docentes da disciplina de Filosofia que não têm formação na área.

Conforme o Censo Escolar da Educação Básica de 2018, o Brasil contava com cerca de 28.673 escolas de Ensino Médio, para 7.709.929 alunos matriculados, com 513.403 docentes, sendo 210.191 homens e 303.212 mulheres, desse total 93,9% concluíram o nível superior, sendo que 88,6% em Licenciatura. O Censo Escolar revelou também que nas turmas do Ensino Médio apenas 45,4% das aulas de Filosofia eram ministradas por professores com formação na área.

Gontijo (2019, p. 137), membro da equipe de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático, adverte que com o processo de distribuição massivo de livros didáticos, por meio do PNLD para área de Filosofia, juntamente com o cenário de falta de professores com formação específica para ministrar a disciplina “[...] pode gerar um uso inadequado de um material que deve ter espaço importante no trabalho pedagógico e ser acompanhado de outras estratégias didáticas”.

No primeiro PNLD de Filosofia foram inscritos quinze livros didáticos para serem avaliados pela comissão e somente três se enquadraram em todos os critérios avaliados e foram aprovados, “O índice reduzido de aprovação é uma indicação clara de que o processo de consolidação de uma tradição de livro didático de Filosofia no Brasil encontra-se num estágio bastante inicial” (BRASIL, 2011, p. 12). Desta forma, apenas três livros didáticos de Filosofia foram distribuídos para as mais de 20 mil escolas de Ensino Médio.

QUADRO 14: Estatísticas do PNLD Ensino Médio 2011-2012

| Ano de aquisição | Ano | Alunos Beneficiados | Escolas Beneficiadas | Livros | Investimento | Atendimento |
|------------------|------------------------------|---------------------|----------------------|------------|----------------|---|
| 2011 | PNLD EM 2012 | 7.981.590 | 18.862 | 79.565.006 | 720.629.200,00 | Livros de Português, Matemática, Biologia, Física, História, Geografia, Química, Inglês, Espanhol, Filosofia e Sociologia. |
| 2012 | PNLD ENSINO MÉDIO + EJA 2013 | 8.780.436 | 21.288 | 40.884.935 | 364.162.178,57 | Reposição dos livros nos 3 anos. Componentes curriculares: português, matemática, biologia, física, história, geografia, química, inglês, espanhol, filosofia e sociologia. |

Fonte Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-Coordenação-Geral dos Programas do Livro, Dados Estatísticos

As editoras que mais venderam para o governo via PNLD 2012 foram: Moderna, Editora Saraiva e Ática.

QUADRO 15: Livros Didáticos de Filosofia aprovados no PNLD 2012

| Título | Autores | Editora | Quantidade | Valor Total |
|-------------------------------------|--|-------------------------------|------------|---------------|
| Filosofando: introdução à Filosofia | Maria Helena Pires Martins Maria Lúcia de Arruda Aranha | Editora Moderna LTDA | 1.743.289 | 17.587.630,83 |
| Iniciação à Filosofia | Marilena Chauí | Editora Ática S/A | 1.074.713 | 8.737.416,69 |
| Fundamentos de Filosofia | Gilberto Cotrim Mirna Fernandes | Saraiva SA Livreiros Editores | 992.968 | 7.993.392,40 |

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-Coordenação-Geral dos Programas do Livro, Dados Estatísticos

Segundo os avaliadores, as obras aprovadas apresentam a Filosofia a partir de sua História, elencando a multiplicidade do pensamento, sem dogmas ou proselitismo, permitindo que o professor “[...] coloque o aluno em contato direto com a filosofia, isto é, em contato direto

com o objeto do conhecimento, de modo que o professor seja apenas um instrumento que possibilita e facilita o aprendizado” (BRASIL, 2011, p. 13).

Por sua vez, no PNLD 2015, segundo para área de Filosofia, sob a responsabilidade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), foram inscritos treze livros para o processo de avaliação e cinco foram aprovados, quatro contaram com uma versão digital. As obras foram avaliadas partindo de critérios comuns de eliminação, sendo eles:

1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio;
2. Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
4. Respeito à perspectiva interdisciplinar na apresentação e abordagem dos conteúdos;
5. Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
6. Observância das características e finalidades específicas do Manual do Professor e adequação da obra à linha pedagógica nela apresentada;
7. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra;
8. Pertinência e adequação do conteúdo multimídia ao projeto pedagógico e ao texto impresso. (BRASIL, 2014, p. 14-15).

Deveriam também fazer referências aos textos e aos debates pertinentes a tradição filosófica, contextualizados a partir de temas e problemas tanto filosóficos quanto de outras disciplinas, da conquista da cidadania e da construção das identidades culturais.

QUADRO 16: Livros Didáticos de Filosofia aprovados no PNLD 2015

| Título | Autores | Editora | Quantidade | Valor Total |
|---|--|----------------------------------|-------------------|--------------------|
| Filosofando: introdução à filosofia | Maria Helena Pires Martins Maria Lúcia de Arruda Aranha | EDITORA MODERNA LTDA | 1.964.008 | 19.424.039,12 |
| Fundamentos de Filosofia | Gilberto Cotrim Mirna Fernandes | SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES | 1.801.507 | 18.537.507,03 |
| Filosofia: experiência do pensamento | Sílvia Gallo | EDITORA SCIPIONE S.A. | 1.686.387 | 14.148.786,93 |
| Iniciação à Filosofia | Marilena Chauí | EDITORA ATICA S/A | 1.512.625 | 13.719.508,75 |
| Filosofia: por uma inteligência da complexidade | Celito Meier | Pax Editora | 486.250 | 4.886.812,50 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados estatísticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Coordenação-Geral dos Programas do Livro.

Nota-se a continuidade dos três livros aprovados no PNLD 2012, sendo assim, no PNLD 2015, houve o acréscimo de mais dois livros para o processo de ensino e aprendizagem da disciplina.

Na terceira avaliação dos livros para o componente curricular de Filosofia, PNLD 2018, sob responsabilidade da Universidade de Brasília (UNB), foram aprovados 8 livros, predominando também “[...] uma orientação teórico-metodológica temática associada com a qualificada presença da História da Filosofia”. (BRASIL, 2017, p. 18). Outra diferença, em relação a realização do PNLD de 2015, foi a descontinuação da necessidade de as editoras apresentarem as versões digitais dos livros didáticos.

QUADRO 17: Livros Didáticos de Filosofia aprovados no PNLD 2018

| Título | Autores | Editora | Quantidade | Valor Total |
|--|--|-------------------------------|-------------------|--------------------|
| Filosofando: introdução à Filosofia | Maria Helena Pires Martins Maria Lúcia de Arruda Aranha | Editora Moderna LTDA | 2.319.632 | 27.371.657,60 |
| Fundamentos de Filosofia | Gilberto Cotrim Mirna Fernandes | Saraiva SA Livreiros Editores | 1.606.689 | 18.701.859,96 |
| Iniciação à Filosofia | Marilena Chauí | Editora Ática SA | 820.321 | 9.491.113,97 |
| Filosofia: experiência do pensamento | Sílvio Gallo | Editora Scipione SA | 799.035 | 7.790.591,25 |
| Diálogo: primeiros estudos em Filosofia | Ricardo Melani | Editora Moderna LTDA | 675.314 | 7.968.705,20 |
| Reflexões: Filosofia e cotidiano | José Antonio Vasconcelos | Edições SM LTDA | 634.729 | 7.635.789,87 |
| Filosofia e filosofias - existência e sentidos | Juvenal Savian Filho | Autêntica Editora LTDA | 453.130 | 6.606.635,40 |
| Filosofia: temas e percursos | Vinicius de Figueiredo (Org); João Vergílio Cuter; Luiz Repa; Marco Valentim; Paulo Vieira Neto; Roberto Bolzani Filho. | Berlendis Editores LTDA | 193.119 | 3.221.224,92 |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
|--|--|--|--|--|

Fonte: Elaboração própria com base nos dados estatísticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Coordenação-Geral dos Programas do Livro.

O livro “Filosofia: por uma inteligência da complexidade” não voltou a figurar na lista do PNLD 2018. No Guia, quatro livros foram mantidos, sendo os mais escolhidos pelos professores da rede pública, e quatro outros foram aprovados. Importante ressaltar que entre os novos livros aprovados consta mais um da Editora Moderna, “Diálogo: primeiros estudos em Filosofia”.

Nota-se também que dos quatro novos livros aprovados no PNLD 2018 para área de Filosofia, dois são de ex-avaliadores do PNLD. Juvenal Savian Filho, autor do livro didático “Filosofia e Filosofias - existência e sentidos”, foi avaliador dos livros de Filosofia nos PNLDs 2012 e 2015. Vinicius de Figueiredo e Marco Valentim, autores do livro “Filosofia: temas e percursos”, foram avaliadores do PNLD 2012 na área de Filosofia.

Em 2017, por força da Lei n.º 13.415, operou-se uma marcante reestruturação do Ensino Médio que, na esteira reformista, determinou a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1993. Com a reforma, o ensino de Filosofia deixou de ser obrigatório e em 2019 foi decidido que no próximo PNLD, de 2021, os livros didáticos passarão a ser por área do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Geografia, História, Sociologia, Filosofia). Talvez o PNLD 2018 tenha sido o último ciclo do programa que entregou um livro didático exclusivamente com os conteúdos de Filosofia para os alunos da rede pública de ensino.

Como materiais de ensino custeados com recursos públicos, os livros didáticos comprados e distribuídos via PNLD deveriam ser disponibilizados para todas as pessoas de forma livre e gratuita e não somente para alunos e professores da rede de ensino, pois os materiais educacionais devem ser voltados para o benefício de todas as pessoas, tornando-se bens públicos.

Gonzalez (2012, p. 48) mostra que o PNLD, por meio da estrutura de escolha de livros didático “[...] cria para as empresas uma situação de monopólio. Após a escolha dos livros pelos professores, o governo possui apenas um único fornecedor de cada livro que deve comprar, que é justamente a editora que detém o direito autoral do livro em questão”. A política do livro didático ao não adquirir o direito autoral dos livros comprados acaba impossibilitando que os

professores da rede de ensino possam modificar o conteúdo das obras escolhidas, o que acaba se tornando uma desvantagem, pois deixa a cargo apenas dos agentes privados a elaboração dos conteúdos escolares que irão estar presentes nos livros didáticos, limitando o uso do recurso educacional por de quem irão utilizá-los, alunos e professores.

Os livros didáticos de Filosofia poderiam ser mais atraentes e adaptados a sala de aula das diversas escolas brasileiras se contassem com versões digitais que os próprios professores pudessem editar e complementar com os conteúdos que irão ser tratados em sala de aula, acrescentando todos os recursos necessários, como vídeos, *link* para acesso a obra dos filósofos estudados, atividades interativas, vídeo aulas, textos complementares, ontologia de textos, *link* para obra de outros comentadores, etc., conforme as demandas atendidas por estado.

Apenas versões físicas dos livros didáticos com restrição a edição e atualização, trocados a cada três anos, não são suficientes para o processo de ensino e aprendizagem da Filosofia no Ensino Médio. Livros didáticos construídos de forma colaborativa pelos próprios agentes do ensino, sendo constantemente revisados, atualizados e complementados aparecem como ferramenta que elevaria a qualidade do processo de ensino, além de democratizar o acesso aos recursos didáticos.

4. Análise do Livro Didático “Filosofando: introdução à Filosofia”

Como disposto no Regulamento do Mestrado Profissional e requisito para a pesquisa, o discente tem que problematizar situações envolvidas no processo de ensino aprendizagem, desta forma, nesse tópico é apresentada uma análise do livro didático de Filosofia que foi mais adotado nas escolas brasileiras após a criação do Programa Nacional do Livro Didático: “Filosofando- Introdução à Filosofia”, de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, 6ª Edição, exemplar do aluno, publicado pela Editora Moderna, em 2016.

O livro “Filosofando: introdução à Filosofia” teve a primeira edição publicada em 1986, tendo uma estruturação temática agrupadas em seis unidades, passando por várias revisões para aprimoramento da obra e para enquadramento nos requisitos dos programas governamentais de avaliação e autorização de livros didáticos até chegar na atual edição de 2016. A 4ª edição do livro foi aprovada no PNLD 2012, com 37 capítulos organizados em sete unidades. A 5ª edição foi autorizada pela comissão de avaliação do PNLD 2015, composta por 31 capítulos distribuídos em sete unidades.

Atualmente, a 6ª edição, aprovada no PNLD 2018, para utilização durante os anos letivos de 2018, 2019 e 2020 nas escolas públicas de Ensino Médio, conta com 31 capítulos inseridos em sete unidades temáticas fundamentados na História da Filosofia.

As unidades temáticas são: (1) Descobrimos a Filosofia, trabalhando no primeiro capítulo a experiência filosófica, no segundo capítulo tratando das origens da Filosofia, discutindo a consciência mítica, a mitologia grega, os pré-socráticos, Heráclito e Parmênides; (2) A Condição Humana, com capítulos sobre a natureza e a cultura, linguagem e pensamento, trabalho, consumo e lazer; (3) Conhecimento e Verdade, tratando sobre o ato de conhecer, ideologias, lógica e a busca da verdade, Filosofia moderna e contemporânea; (4) Filosofia Moral, discutindo teorias de ética e moral; (5) Filosofia Política, sobre a democracia, direitos humanos, política antiga, moderna e contemporânea, teorias socialistas; (6) Filosofia das Ciências, nascimento das ciências humanas, ciência antiga, medieval, tecnologia, revolução científica, método das ciências; (7) Estética, analisando a arte como forma de pensamento, o significado da arte e suas concepções estéticas. O livro conta com os seguintes recursos:

QUADRO 18: Recursos gráficos-editoriais do livro “Filosofando: introdução à Filosofia”

| Recurso | Especificação |
|----------------------|---|
| Glossário | Disponibiliza significados de termos necessários para o entendimento dos textos. |
| Infográfico | Recurso para auxiliar no estudo dos assuntos abordados nos capítulos mediante resumos, imagens, tabelas e questões. |
| Atividades | No fim de cada capítulo apresenta exercícios e atividades. |
| Bibliografia | Referências bibliográficas. |
| Sumário Geral | Lista com títulos e páginas de cada unidade e capítulo, |
| Índice de Nomes | Indica às páginas em que são citados os principais filósofos e pensadores estudados |
| Abertura da Unidade | Introduz o tema de cada unidade. |
| Abertura do Capítulo | Introduz o assunto de cada capítulo. |
| Para Saber Mais | Informações complementares sobre os assuntos trabalhados. |
| Etimologia | Esclarece a origem e significado de termos considerados importantes. |

| | |
|--------------------------|---|
| Quem é | Bibliografia dos pensadores citados. |
| Para Refletir | Questões sobre assunto apresentado. |
| Leitura Complementar | Textos que ampliam os conteúdos estudados. |
| Colóquio | Textos de pensadores com visões diferentes dos temas estudados. |
| Explorando Outras Fontes | Propostas de leituras, filmes, documentários e outras obras literárias. |

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Aranha e Martins (2016).

O livro didático de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins apresenta uma orientação filosófica geral, explicitando, mediante os conteúdos trabalhados a multiplicidade do debate filosófico. Os recursos Colóquio e Leitura Complementar mostram as diferentes perspectivas filosóficas e auxiliam na tomada de posição sobre os temas abordados.

Propicia também o contato com trechos de textos dos filósofos e a relação da Filosofia com sua História. Mostra o contexto dos diversos períodos da Filosofia, desde a antiguidade, idade média, moderna e contemporânea, com uma excelente precisão histórica não trabalhada de forma cronológica.

As atividades não fogem aos temas tratados em cada capítulo. Apesar dos conteúdos serem apresentados de forma resumida, pois se trata de uma obra de volume único destinada para auxiliar o professor e os alunos nos 3º anos do Ensino Médio e tem 400 páginas, o livro mostra uma intencionalidade crítica que possibilita reflexões sobre os assuntos trabalhados.

Os conteúdos de cada unidade temática se relacionam com áreas do conhecimento, como a de artes e história, entretanto, mostra insuficiência ao relacionar-se com as outras disciplinas escolares. Mostra a relação da investigação filosófica com os problemas contemporâneos, tanto mundiais quanto da sociedade brasileira. O livro contém recursos visuais que ajudam para uma melhor compreensão dos assuntos definidos nos programas curriculares para área de Filosofia no Ensino Médio.

Por fim, a obra não apresenta nos seus textos, imagens ou recursos editoriais qualquer tipo de preconceitos, como os de origem, raça, etnia, orientação sexual, gênero, idade, religião ou outras formas de discriminação.

O livro “Filosofando: introdução à Filosofia” traz vários recursos gráficos e abarca uma grande quantidade de conteúdo que podem ser utilizados pelo professor na sala de aula, poderia ser melhor aproveitado se disponibiliza-se uma versão digital tanto para os professores quanto para os alunos, com *links* diretos para as propostas de leituras, filmes, documentários e outras obras literárias que indica.

Por não apresentar um conteúdo que possa ser editado pelos professores e alunos, o livro não pode ser adotado em todas as diferentes regiões do país, pois uma das formas de se ensinar Filosofia é problematizando a realidade em que os alunos estão inseridos.

Não sendo elaborado por diferentes autores que estejam presenciando as realidades do sistema de ensino, o livro didático acaba estando a mercê dos conhecimentos de poucos autores, mesmo que especialistas, não conseguem elaborar todos os capítulos da melhor forma a ser utilizada nos três anos do Ensino Médio.

O livro didático de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins é uma obra que ao ser implementada nas salas de aula do Ensino Médio precisa ser acompanhada de outras fontes de ensino, como obras dos filósofos e recursos que remetam a realidade dos alunos, desta forma, pode se tornar um importante recurso educacional. Utilizado como único material de ensino, por não ter um conteúdo que possa ser modificado com base no plano de aula dos professores e necessidades dos alunos, o livro se torna insuficiente para o processo de ensino e aprendizagem da disciplina de Filosofia no Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas conclusões desta pesquisa, foram retomados alguns pontos apresentados ao longo da dissertação visando discutir a trajetória que os manuais, compêndios e livros didáticos para o ensino de Filosofia no Brasil lograram chegar. Os resultados do trabalho não se limitam em si, pois a pesquisa sobre os caminhos percorridos para chegar no atual modelo dos materiais didáticos ainda tem um vasto campo a ser explorado.

Atualmente, a disciplina de Filosofia pode contar com materiais didáticos que ao longo dos anos foram sendo constantemente aprimorados, como exemplo, o livro “Filosofando: introdução à Filosofia”, de Maria Helena Pires Martins e Maria Lúcia de Arruda Aranha, que em 2016 completou 30 anos da publicação do primeiro exemplar, manual que auxilia na difícil tarefa de formação dos brasileiro, tanto no Ensino Médio, Ensino Técnico e de Jovens e Adultos.

O percurso dos livros para o ensino de Filosofia no Brasil se inicia no Período Colonial. Nessa época os Jesuítas importavam manuais europeus para as aulas de Filosofia, sabe-se que em um primeiro momento eram Compêndios e em terras brasileiras foram elaborados livros-textos criados pelos professores que ministravam a disciplina. O Padre Antônio Viera sendo o primeiro a montar um livro de textos intitulado “Curso de Filosofia”. Com a instituição das aulas régias, a partir de 1773, foram utilizados os Compêndios “Instituições de Lógica e Metafísica”, de Antonio Genovesi e o “Instituições de Filosofia Prática ou princípios de ética Universal e Particular e Direito Natural”, de Eduardo Job. O livro de Antonio Genovesi figurou por mais de 70 anos como uma fonte para se ensinar Filosofia no Brasil.

Durante o período colonial, a Filosofia foi usada como meio para uma formação eclesiástica. Posteriormente, para atender preceitos liberais e iluministas vindos da metrópole, ela assumiu um importante espaço para educação dos filhos dos portugueses que vieram para legitimar a colonização.

No Período Imperial e da República Velha, os compêndios se tornaram os principais materiais didáticos para o ensino de Filosofia no nível secundário, se sobressaindo até mesmos sobre os livros-textos, pois tais compêndios mantinham um aspecto enciclopédico visando abarcar os conteúdos cobrados nos exames de acesso ao ensino superior.

Com a criação do Colégio Pedro II a matéria de Filosofia passou a ter uma forte influência do modelo educacional Francês, devido tanto aos compêndios de Eustache Barbe e de Paul Janet adotados oficialmente nos programas de ensino da Corte quanto pelo método de ensino fundamentado na História da Filosofia com base nos ideais de Victor Cousin.

Pesquisas mostram que os compêndios adotados oficialmente pelos programas curricular do Colégio Pedro II tiveram fortes influências no Ensino de Filosofia, pois o Colégio era referência para todo o território, entretanto, com a pesquisa foi possível averiguar que durante o período Imperial, nas províncias que mantinham a disciplina de Filosofia, como São Paulo, Bahia e Pernambuco foram adotados diversos outros compêndios escolares, como os de Antonio Genovesi, Eduardo Job, Silvestre Pinheiro Ferreira, Salustiano José Pedroza, Phelisbert Damirone, Antonio da Virgem Maria Itaparica (Frei Itaparica), Manuel de Moraes do Vale, D. José de Moraes Torres, Francisco Mont'Alverne, José Soriano de Sousa, Antoine Charma. Sendo assim, é possível afirmar que várias outras influências, dogmas ou correntes de pensamento estavam inseridas nos compêndios utilizados para o ensino de Filosofia.

Mediante a pesquisa foi possível constatar que o texto escrito, seja na forma de manuais ou compêndios, fragmentos de obras filosóficas ou resumo elaborados pelos professores, se consolidou como o principal meio de se Ensinar Filosofia no Brasil.

A criação, em 1938, da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) marcou o início da institucionalização da definição dos livros que deveriam ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem. A partir da interferência direta do Estado na questão do livro didático as escolas e os professores não tiveram mais autonomia para decidir se iriam empregar nas aulas alguns dos vários livros didáticos publicados ou utilizar manuais elaborados pelos professores e diretores dos estabelecimentos de ensino. Esse processo trouxe avanços positivos, como o estabelecimento de um padrão mínimo que os livros didáticos deveriam ter para servirem ao ensino, e negativos, como os interesses ideológicos e mercantis inseridos nas etapas de fabricação e distribuição.

A partir da década de 1960, o livro didático no Brasil se consolidou como um instrumento privilegiado de comunicação e formação, tanto pelo Estado, que passou a financiar a aquisição do Livro didático, do professor do sistema público de ensino que se tornou o responsável por escolher qual entre os livros autorizados pelo governo era mais adequado para suas aulas, quanto para o aluno que teve no Livro didático a sistematização dos conteúdos curriculares. Desta forma, o livro didático se consolidou como um instrumento multifacetado visando atender os interesses dos diversos personagens envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Com o resultado da sistematização dos dados referentes aos livros didáticos para área de Filosofia aprovados tanto pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) quanto pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi possível constatar que de 1938 ao PNLD de 2018 somente dezessete diferentes livros didáticos de Filosofia foram autorizados pelo governo

Brasileiro. A CNLD autorizou oito livros, sendo eles: (1) Filosofia: sumário e dicionário; (2) História da Filosofia; (3) Noções de História da Filosofia; (4) Pontos de Filosofia; (5) Introdução à Filosofia da Lógica; (6) Manual de Filosofia; (7) Compêndio de Filosofia; (8) Compêndio de Filosofia. O PNLD por sua vez aprovou nove livros: (1) Filosofando - introdução à Filosofia (PNLDs 2012, 2015, 2018); (2) Fundamentos de Filosofia (2012, 2015, 2018); (3) Iniciação à Filosofia (2012, 2015, 2018); (4) Filosofia: experiência do pensamento (2015, 2018); (5) Filosofia: por uma inteligência da complexidade (aprovado somente no PNLD 2015); (6) Diálogo: primeiros estudos em Filosofia (2018); (7) Reflexões: Filosofia e cotidiano (2018); (8) Filosofia e filosofias - existência e sentidos (2018); (9) Filosofia: temas e percursos (2018).

O livro didático desde o início do processo de escolarização no Brasil sempre fez parte da cultura escolar e a sua forma e conteúdo, no decorrer dos anos, passaram a ser controlados via órgãos governamentais de avaliação.

O atual programa do livro didático adotado no Brasil não é o único possível, já que outras alternativas, como os livros didáticos criados a partir de Recursos Educacionais Abertos (REA) despontam como novas possibilidades de se elaborar materiais didáticos mais adequados as realidades educacionais, fortalecendo os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Livros didáticos criados por professores das redes de ensino por meio de Recursos Educacionais Abertos dispensam a mediação das editoras no processo de elaboração dos conteúdos escolares, deixando a cargo dos envolvidos no processo de ensino a responsabilidade de criação e atualização dos recursos educacionais necessários para o sistema escolar, elevando os materiais escolares a categoria de bens públicos que podem ser acessados e utilizados por todas as pessoas.

Os REA são meios para contrabalancear o monopólio do livro didático no Brasil, barateando o custo da produção e distribuição dos materiais didáticos. Os REA, ao possibilitar diminuir o monopólio das editoras na produção dos livros escolares, acaba fortalecendo aqueles que produzem conteúdos didáticos, pois deixa a cargo dos autores a escolha de como elaborar e quando distribuir os conteúdos.

A adoção de Recursos Educacionais Abertos como modo de produzir livros didáticos pelos diversos Estados brasileiro pode melhorar a atual Política do Livro Didático e o Programa Nacional do Livro Didático, visto que, ao possibilitar a criação, a um custo menor, de materiais didáticos mais adaptados as diferentes regiões do país, materiais que podem ser editados, revisados e atualizados quando necessário, que são elaborados pelos sujeitos inseridos no cotidiano escolar, se torna uma estrutura melhor do que a compra de livros didáticos de editoras

que controlam os direitos autorais dos livros, impossibilitando o compartilhamento e edição dos conteúdos e entregando apenas versões impressas dos livros didáticos a cada três anos.

Os livros didáticos de Filosofia, ao serem elaborados via Recursos Educacionais Abertos, sendo acessíveis a todas as pessoas e construídos por professores da disciplina, pode gerar a criação de um material de ensino que fuja a lógica de produção industrial-capitalista e não sejam condicionados por razões econômicas (mercado).

Longe de sugerir uma volta ao passado, onde os professores da disciplina de Filosofia produziam livros-textos para as suas aulas, a crítica aqui apresentada, busca indicar a criação de livros e materiais didáticos para a disciplina de Filosofia de forma democrática e compartilhada, envolvendo todos os sujeitos inseridos no processo de ensino. Criação de conteúdos escolares que possam ser acessíveis a todas as pessoas, sejam em *sites* ou outros meios digitais. Gerando um melhor uso dos recursos públicos e melhorado o sistema de ensino.

Fizemos um levantamento de preços e comparamos. Do ponto de vista econômico, a iniciativa paranaense se mostrou um verdadeiro avanço, cujo exemplo deveria ser seguido por outros estados da federação. Diante da constatação de que os REA são uma importante alternativa a atual política do livro didático, como produto dessa dissertação, fica a recomendação: educação não é mercadoria e o livro didático de Filosofia também não deveria ser.

Por fim, mediante a pesquisa, foi possível compreender a importância da permanência da disciplina de Filosofia no Ensino Médio e das estruturas de elaboração e distribuição dos livros didáticos para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. J. *A Filosofia no Ensino Médio: ambiguidades e contradições*. Campinas: São Paulo. Autores Associados, 2002.

APPLE, M. Cultura e comércio do livro didático. In: Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 2005.

ARANHA, de Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 6º ed. Editora Moderna, 2016.

BITTENCOURT, C. Livros didáticos entre textos e imagens. In.: BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL. *Decreto nº. 1.331-a*, de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em 28/02/2019.

_____. *Decreto nº, 21.241*, de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html> Acesso em 30/03/2019.

_____. *Decreto-Lei nº. 1.006*, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em; <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 30/03/2019.

_____. *Portaria Ministerial nº. 253*, de 24 de dezembro de 1940. Instruções para funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático, 1940.

_____. *Lei nº. 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a\)%20a%20compreens%C3%A3o%20dos%20direitos,grupos%20que%20comp%C3%B5em%20a%20comunidade%3B&text=%C3%80%20fam%C3%ADlia%20cabe%20escolher%20o,deve%20dar%20a%20Oseus%20filhos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a)%20a%20compreens%C3%A3o%20dos%20direitos,grupos%20que%20comp%C3%B5em%20a%20comunidade%3B&text=%C3%80%20fam%C3%ADlia%20cabe%20escolher%20o,deve%20dar%20a%20Oseus%20filhos). Acesso em: 14/09/2019.

_____. *Decreto nº. 59.355*, de 4 de outubro de 1966. Institui No Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted) e Revoga o Decreto nº. 58.653-66. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 30/03/2019.

_____. *Portaria nº. 69*, de 13 de março de 1967. Regimento da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, 1967.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Brasília/DF: SEF, 1998.

BRASIL. *PNLD 2012: Filosofia*. Secretaria de Educação Básica Guia de livros didáticos. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

_____. *Dados estatísticos: PNLD 2012 - valores de aquisição por título - Ensino Médio (inclui EJA)*. MEC-FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores>. Acesso em: 4 fev. de 2020.

_____. *PNLD 2015: Filosofia - Ensino Médio*. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

_____. *Dados estatísticos: PNLD 2015 – Valores de aquisição por editora e título – Ensino Médio*. MEC-FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores>. Acesso em: 8 de fev. de 2020.

_____. *PNLD 2018: Filosofia – guia de livros didáticos – Ensino Médio*. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

_____. *Dados estatísticos: PNLD 2018 – Valores de aquisição por título*. MEC-FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

CARDOSO, TEREZA FACHADA LEVY. O valor do exemplo. In: CARDOSO, Tereza Fachada Levy Cardoso (Org.). *História da profissão docente no Brasil e em Portugal*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2014.

CARTOLANO, M. T. P. *Filosofia no Ensino de 2º grau*. São Paulo: Cortez, 1985

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel. V. 13, n.º. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. V. 30, n.º. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CORNELLI, Gabriele; GONTIJO, Pedro Erginaldo; LOPES, Rodolfo; SAMPAIO, Evaldo. A avaliação de obras do componente curricular Filosofia no PNLD 2018. **Revista Veritas**. V. 64, n.º. 1, p. 1-28, 2019.

COSTA, V. M. da; PAIVA, M. M. A educação no seminário de Olinda no início do século XIX: componentes curriculares humanistas e científicos x componentes curriculares religiosos. Anais do IV Encontro Norte Nordeste de História da Educação. 2016. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/viennhe/anais/trabalhos/eixo2/submissao_14712052_063541472992310650.pdf. Acesso em: 02 de out. 2018.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CRUZ, André Silvério da. O pensamento filosófico e o Ensino de Filosofia na escola secundária brasileira: uma interpretação dos programas de ensino de Colégio Pedro II (1837-1951). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

DOURADO, Benvinda Barros. Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, 2010.

DOMINGUES, I. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas*. Ensaios Metafilosóficos. São Paulo: EdUnesp, 2017.

ESTATUTOS do Seminário Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Magestade Fidelisima fundador do mesmo Seminario. Lisboa: Typografia da Acad. R. das Ciencias, 1798.

FÁVERO, L. L. Heranças - A educação no Brasil Colônia. **Rev. ANPOLL**. n.º. 8, p. 87-102, jan./jun. 2000;

FERREIRA JR., Amarílio. *História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008.

FERREIRA, G.M. dos S; CARVALHO, J. de S. Recursos Educacionais Abertos como Tecnologia Educacionais: Considerações Críticas. **Rer. Educ. Soc.**, Campinas, v.39, n.º.144.p.738-755, jul-set, 2018.

FRANCA, L. *O método pedagógico dos jesuítas – O Ratio Studiorum: introdução e tradução*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria R.; COSTA, Wanderly F. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.

GONTIJO, Pedro Ergnaldo. Ensino de Filosofia e uso do Livro Didático: um debate necessário. **Revista O que nos faz pensar**. Rio de Janeiro, v. 28, n.º. 44, p.133-147, jan.-jun. 2019

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.

HUTNER, Lane. Projeto Folhas e Livro Didático Público. In: Nelson De Lucca Pretto (Orgs.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas*. 1º ed. Salvador/BA: Edefba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012.

IBGE. Brasil: Estatísticas do Século XX (1936-1940). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>. Acesso em: 07/12/2019.

_____. Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018 [recurso eletrônico]. Brasília/DF: 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2018.pdf. Acesso em: 12/01/2020

KRAFZIK, M. L. A. Acordo MEC/USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966-1971). Dissertação (mestrado)- Faculdade de Educação da UERJ, 2006.

MACIEL, Viviane Barros. Da Corte à Província, do Império À República, do Colégio Pedro II ao Liceu De Goiás: Dinâmicas de circulação e apropriação da matemática escolar no Brasil, 1856-1918. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, 2012.

MARCONDES, Danilo; JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MORAES FILHO, E. *O ensino da filosofia no Brasil*. Decimália. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Biblioteca Nacional, 1959.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**. V. 23, n.º. 3, p. 51-66, 2012.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NETO, A. S.; MACIEL, L. S.B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**. n.º. 31, p. 169-189, 2008.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. n.º 14, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

PAIM, Antônio. *Bibliografia Filosófica Brasileira*. Centro de documentação do pensamento brasileiro: 1983.

_____. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Convívio, 1985.

_____. *História das ideias filosóficas no Brasil*. Vol. II– as correntes. 6ª ed. Revista humanidades: Londrina, 2007.

PRADO Jr., C. *Evolução Política do Brasil*. 11ª ed. São Paulo: brasiliense, 1979.

ROSSINI; Carolina; GONZALEZ, Cristina. REA: o debate em política pública e as oportunidades para o mercado. In: Nelson De Lucca Pretto (Orgs.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas*. 1º ed. Salvador/BA: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da & Moreira, Antonio Flavio (Org.). *Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson De Lucca Pretto (Orgs.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas*. 1º ed. Salvador/BA: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012.

SANTOS, Marcus Éverson. “Para instruir o espírito e melhorar o coração”: compêndios escolares de filosofia racional e moral em Sergipe no século XIX. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SERAFIM LEITE, S. J. O Curso de Filosofia e tentativas para se criar a Universidade do Brasil no século XVII. **Revista Verbum**. Rio de Janeiro. V. 5, nº. 2, p. 108-143, 1948.

SILVA, M. A fetichização do livro didático no Brasil. **Revista Educação e Realidade**. V. 37, nº. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

SILVA, Aldemir Barbosa da. As evidências do *Ratio Studiorum* nos manuais escolares de Filosofia nas décadas de 1910 a 1940. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2015.

SILVA, Juliana Orsini da. Professores de línguas e programas do livro didático. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n (55.1): 185-198, jan./abr, 2016

SOARES, Paulo Sérgio Gomes. O modelo freireano de educação popular e os fundamentos do comunitarismo. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos: UFSCar, 2016.

TEIXEIRA, G. R. M. Os manuais escolares utilizados para o ensino de Filosofia no secundário brasileiro (1836-1881). In: XVI Encontro da ANPOF: Filosofia e Ensinar a Filosofia, 2015.

VECHIA, Aricle; LORENZ, Karl Michael. Os livros didáticos de matemática na escola secundária brasileira no século 19. **Revista História da Educação**. V. 8, nº. 15, p. 53-72, jun/jul. 2004.

VIEIRA, Vanda Domingos. Goyas, século XIX: as matemáticas e as mudanças das práticas sociais de ensino. Rio Claro: [s/n.], 2007 (Goiânia: E.V.). 216 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, 2007.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. Vitória da Conquista - BA. Tese (doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

XAVIER, C. F. de A. O texto filosófico no currículo do ensino de Filosofia do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2015.